



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

CLAUDENIR DOS SANTOS

**REBELIÃO EM PENITENCIÁRIAS DE MATO GROSSO DO SUL:
O ENQUADRAMENTO DE UMA CRISE PELO JORNAL *CORREIO DO ESTADO***

CAMPO GRANDE – MS

2021

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Comunicação
Av. Costa e Silva, s/nº – 79070-900 - Campo Grande - MS
www.ppgcom.ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CLAUDENIR DOS SANTOS

**REBELIÃO EM PENITENCIÁRIAS DE MATO GROSSO DO SUL:
O ENQUADRAMENTO DE UMA CRISE PELO JORNAL *CORREIO DO ESTADO***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) – Curso de Mestrado – da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da linha de pesquisa Mídia, regionalidades e identidades, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes.

CAMPO GRANDE – MS

2021

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Comunicação
Av. Costa e Silva, s/nº – 79070-900 - Campo Grande - MS
www.ppgcom.ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, por webconferência pela ferramenta Google Meet, na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Mario Luiz Fernandes (UFMS), Clayton da Silva Barcelos (UFOB) e Marcos Paulo da Silva (UFMS), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho do aluno **Claudenir dos Santos**, CPF 81606206168, Área de concentração em Mídia e Representação Social, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "Rebelião em Penitenciárias de Mato Grosso do Sul: o enquadramento de uma crise pelo jornal Correio do Estado" e orientação de Mario Luiz Fernandes. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra ao aluno que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação e, após, emitiu parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR**ASSINATURA****AVALIAÇÃO**

Dr. Mario Luiz Fernandes (Interno)
Dr. Clayton da Silva Barcelos (Externo)
Dra. Daniela Cristiane Ota (Interno) (Suplente)
Dr. Marcos Paulo da Silva (Interno)

RESULTADO FINAL:

Aprovado
 Reprovado

Aprovado com Revisão (

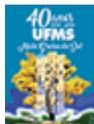
OBSERVAÇÕES:

O mestrando deverá considerar as revisões conforme o sugerido pela banca, bem como a ampliação as considerações finais.

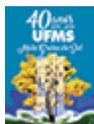
Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:
Aluno

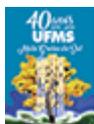
Presidente da Banca Examinadora



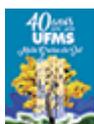
Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Fernandes, Professor do Magisterio Superior**, em 10/03/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo da Silva, Coordenador(a) de Curso de Pós-graduação**, em 10/03/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clayton da Silva Barcelos, Usuário Externo**, em 10/03/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudenir dos Santos, Usuário Externo**, em 10/03/2021, às 16:36, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2437476 e o código CRC 41899A06.

COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7437

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



À minha mãe e meu pai, que apesar de todas as dificuldades e dentro das suas possibilidades, me conduziram pelos caminhos do conhecimento.



AGRADECIMENTOS

Agradecer é um dos mais belos gestos, nos ajuda a resgatar a essência humana, algumas vezes perdida em um emaranhado de sentimentos e adversidades. Dar crédito àqueles que me estenderam a mão demonstra a minha profunda gratidão em reconhecer que, sem o apoio recebido, dificilmente chegaria a este resultado.

Um agradecimento especial a Deus, que rege todos as forças e me move. Como gesto de amor colocou suas partículas em mim, na forma de resiliência. Ajudou a seguir firme e deu a coragem necessária para retornar aos estudos, depois de mais de uma década afastado de uma sala de aula.

Ao professor Mário Luiz Fernandes, pela parceria e contribuições em qual caminho trilhar durante o percurso da pesquisa. Nossas reuniões, inicialmente, presenciais desenharam um pequeno esboço do que hoje apresento, mas foi por meio das reuniões virtuais, em meio a um instável 2020, que os pensamentos foram alinhados e esculpidos. Obrigado por auxiliar nesse percurso, pelas lições e ideias, que contribuíram para o meu aperfeiçoamento profissional e guiarão os novos caminhos que trilharei.

Aos professores Linoel Leal Ordóñez, Antônio Carlos do Nascimento Osório, Thiago Muller e Wilson José Gonçalves pelas contribuições, aconselhamentos e conversas. Pelos assuntos, dicas e informações que extrapolaram as fronteiras científicas e ajudaram a ampliar horizontes, formas de pensamento e entendimento do mundo.

Ao professor Marcos Paulo da Silva, que me deu o primeiro SIM. Aceitou como aluno ouvinte em sua disciplina, auxiliando durante o desenrolar do mestrado e contribuindo com esta dissertação, a partir da banca de qualificação. Muito obrigado pelo gentil gesto de abrir a porta!

Ao professor Clayton da Silva Barcelos, que se tornou membro da banca de qualificação e possibilitou enxergar várias vertentes do mundo prisional que, até então, estavam envoltas em



uma cortina de fumaça. Ao amigo Clayton, por servir de inspiração na vida profissional e pelos muitos caminhos que já percorremos.

À minha amiga, colega de profissão e agora mestra Cinthia Caldeira Nogueira, que sempre esteve ao meu lado, desde ‘desde’, auxiliando do início ao fim desse processo. Me incentivou a entrar no Mestrado e em todos os momentos de cansaço da etapa final.

Aos meus colegas Alline Ribeiro de Góis, Ana Barbosa Souza e Leopoldo Pedro Neto, pelas contribuições e por vibrarem comigo quando da minha aprovação no processo seletivo.

À minha colega e ouvinte de lamúrias Ana Paula Banyasz, pelas horas de estudos a fio, pelo incentivo e apoio nas aflições e nos momentos em que as forças diminuam.

À equipe responsável pelo acervo do jornal *Correio do Estado*, pela disponibilização do material para realização da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos e reitero, esta dissertação foi construída com o aporte e as contribuições de cada um de vocês.



SANTOS, Claudenir dos. **Rebelião em penitenciárias de Mato Grosso do Sul: o enquadramento de uma crise pelo jornal *Correio do Estado***. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar quais foram os enquadramentos utilizados na cobertura jornalística da rebelião de presidiários em Mato Grosso do Sul, ocorrida no mês de maio, no ano de 2006. A rebelião ficou marcada pela apropriação de vários estabelecimentos prisionais estaduais, motins, ameaças aos corpos estatais de segurança, mortes, sequestros e pânico social. Em Mato Grosso do Sul, surgiram como um desdobramento de fatos violentos que ocorriam em São Paulo e Paraná, cuja autoria foi atribuída à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Para realização da pesquisa tomou-se como *corpus* o conteúdo produzido pelo jornal *Correio do Estado*, em Campo Grande/MS, no período compreendido entre os dias 14/05/2006, data em que as rebeliões se iniciaram, a 14/06/2006. Foi utilizada uma combinação de métodos de pesquisa exploratória e análise dos dados obtidos à partir da perspectiva de enquadramento noticioso (*media frames*) proposta por Robert Entman (1993). Os resultados apontam que na narrativa utilizada houve um predomínio de tentativa de deslegitimação da administração pública e uma crítica política ao controle estatal vigente e suprimidos os aspectos sociais da violência e do cárcere.

Palavras-chave: Comunicação; Enquadramento midiático; Mato Grosso do Sul; Rebeliões prisionais; Primeiro Comando da Capital; Correio do Estado.



ABSTRACT

The research aims to analyze the frameworks used in the journalistic coverage of the prisoners' rebellion in Mato Grosso do Sul, which occurred in May, 2006. The rebellion was marked by the appropriation of several state prison establishments, riots, threats to state security bodies, deaths, kidnappings and social panic. In Mato Grosso do Sul, they emerged as a result of violent events that occurred in São Paulo and Paraná, whose authorship was attributed to the criminal organization Primeiro Comando da Capital (PCC). In order to carry out the research, the content produced by the newspaper *Correio do Estado*, in Campo Grande / MS, was taken in the period between 05/14/2006, the date on which the rebellions started, on 06/14/2006. A combination of exploratory research methods and analysis of the data obtained from the perspective of news framing (media frames) proposed by Robert Entman (1993) was used. The results show that in the narrative used, there was a predominance of an attempt to delegitimize the public administration and a political criticism of the current state control and the social aspects of violence and prison were suppressed.

Keywords: Prison rebellions. Organized crime; Primeiro Comando da Capital; *Correio do Estado*.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CNN	Comando Norte e Nordeste
CV	Comando Vermelho
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DF	Distrito Federal
FDN	Família do Norte
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LSN	Lei de Segurança Nacional
ORCRIM	Organização criminosa
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCL	Primeiro Comando da Liberdade
PCMS	Primeiro Comando de Mato Grosso do Sul
PCPR	Primeiro Comando do Paraná
PED	Penitenciária Estadual de Dourados
PF	Polícia Federal
PHAC	Penitenciária Harry Amorim Costa
PJFC	Penitenciária Jair Ferreira de Carvalho
PLD	Paz, liberdade e direito
PSMCG	Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande
SEJUSP	Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública



LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Símbolo do Comando Vermelho.....	29
Figura 2	Instituto Penal Cândido Mendes.....	31
Figura 3	Centro de Custódia e Tratamento de Taubaté.....	32
Figura 4	Símbolo do PCC.....	33
Figura 5	Mapa de influência do PCC.....	35
Figura 6	Mapa de Mato Grosso do Sul.....	36
Figura 7	Índice de apreensão de drogas em Mato Grosso do Sul.....	37
Figura 8	Evolução da população prisional brasileira.....	42
Figura 9	Charge 1 – 16/05/2006.....	66
Figura 10	Charge 2 - 19/05/2006.....	67



LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Índices da violência em Mato Grosso do Sul.....	23
Quadro 2	Critérios de noticiabilidade.....	49
Quadro 3	Quadro utilizado para análise dos textos.....	69
Quadro 4	Texto 1: <i>Foro especial fortalece o crime organizado</i>	69
Quadro 5	Texto 2: <i>Dias de fúria custarão 5 anos</i>	70
Quadro 6	Texto 3: <i>Familiares de presos protestam com vigília</i>	71
Quadro 7	Texto 4: <i>Rebelião em penitenciária causa reflexos também no judiciário</i>	72
Quadro 8	Texto 5: <i>Governador pede reforço nacional para a segurança</i>	73
Quadro 9	Texto 6: <i>Comunidade repudia transferência</i>	74
Quadro 10	Texto 7: <i>Odilon vai interrogar Beira-Mar na Capital</i>	74
Quadro 11	Texto 8: <i>Força Nacional não quer atuar em presídios</i>	75
Quadro 12	Texto 9: <i>Liberção de mais recursos para segurança esbarra na burocracia</i>	76
Quadro 13	Texto 10: <i>Tropa especial realiza operações em rodovias para adaptação</i>	76
Quadro 14	Texto 11: <i>Sem TV, presos podem promover rebelião</i>	77
Quadro 15	Texto 12: <i>Clima foi de tranquilidade em penitenciárias</i>	78
Quadro 16	Editorial 1: <i>O fracasso do Estado</i>	89
Quadro 17	Editorial 2: <i>O galinheiro e a pirâmide invertida</i>	90
Quadro 18	Editorial 3: <i>A indústria do medo</i>	91
Quadro 19	Editorial 4: <i>Força ficcional</i>	92
Quadro 20	Editorial 5: <i>Regalias ou punições</i>	93



LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Texto 1.....	111
Anexo 2	Texto 2.....	111
Anexo 3	Texto 3.....	113
Anexo 4	Texto 4.....	113
Anexo 5	Texto 5.....	114
Anexo 6	Texto 6.....	114
Anexo 7	Texto 7.....	115
Anexo 8	Texto 8.....	116
Anexo 9	Texto 9.....	117
Anexo 10	Texto 10.....	117
Anexo 11	Texto 11.....	118
Anexo 12	Texto 12.....	119
Anexo 13	Editorial 1.....	120
Anexo 14	Editorial 2.....	120
Anexo 15	Editorial 3.....	121
Anexo 16	Editorial 4.....	121
Anexo 17	Editorial 5.....	122
Anexo 18	Estatuto de fundação do PCC.....	123



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 REFERÊNCIAS TEMÁTICAS.....	19
1.1 VIOLÊNCIA.....	19
1.2 CRIME.....	23
1.3 ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	25
1.4 PRISÃO.....	38
1.5 REBELIÕES PRISIONAIS.....	43
2 REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	46
2.1 NOTÍCIA.....	47
2.2 GÊNEROS E FORMATOS JORNALÍSTICOS.....	50
2.3 ENQUADRAMENTO.....	56
3 ENQUADRAMENTO DA REBELIÃO PELO JORNAL CORREIO DO ESTADO.....	62
3.1 HISTÓRICO DO JORNAL <i>CORREIO DO ESTADO</i>	62
3.2 MORFOLOGIA DA COBERTURA.....	64
3.3 O ENQUADRAMENTO DAS REBELIÕES PELAS NOTÍCIAS.....	69
3.3.1 Análise das funções de enquadramento.....	79
3.4 O ENQUADRAMENTO DAS REBELIÕES PELOS EDITORIAIS.....	88
3.4.1 Análise das funções de enquadramento.....	94
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS.....	111

INTRODUÇÃO

A realidade carcerária brasileira, formada em sua maioria por jovens e negros, expõe as mazelas sociais enfrentadas por essa população, a qual o Estado não consegue alcançar. Levantamento da Pastoral Carcerária, organizado por Valente (2018), mostra que a partir da década de 1980 ocorreu um acelerado e intenso crescimento na quantidade de presos, colocando o Brasil em terceiro lugar no ranking mundial que mais aprisionam pessoas no mundo, ficando atrás somente de países com grande concentração demográfica, como China e Estados Unidos.

O universo do cárcere, as relações pessoais e tensionamentos de poder fomentam o senso comum e povoam o imaginário coletivo. Aspectos prisionais brasileiros, como insalubridade, superpopulação, tentativas de fugas, crime organizado, rebeliões e baixo índice de ressocialização, fazem com que tal universo desperte interesse de pesquisadores, da mídia e da sociedade em geral.

Em maio de 2006, o sistema carcerário brasileiro vivenciou uma onda de violência, promovida pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), iniciando nas penitenciárias do estado de São Paulo, onde prédios públicos foram atacados, corpos de segurança (policiais, bombeiros, agentes penitenciários, entre outros) mortos e veículos incendiados. Em Mato Grosso do Sul, prédios públicos foram esvaziados por ameaça de bombas e ocorreram motins e rebeliões em diversas penitenciárias, tendo como ponto de partida a Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande (PSMCG), gerando reações em cadeia em penitenciárias de Dourados, Corumbá e Três Lagoas.

No dia 14/05/2006, domingo em que era comemorado o Dia Das Mães, os estabelecimentos penais recebiam um grande número de visitantes. Após determinação do PCC enviadas de São Paulo, os presos de Mato Grosso do Sul iniciaram a tomada dos presídios, fazendo idosos, mulheres, crianças, agentes penitenciários e presos, que se opunham ou possuíam desentendimentos com a organização, como reféns, mantendo-os na condição até a manhã da segunda-feira seguinte.

Como parte das ações, reféns foram torturados, um deles foi decaptado. Agentes penitenciários foram amarrados a botijões de gás e celas e setores administrativos das penitenciárias incendiados. Somado a esse cenário ocorria também a possibilidade de uma fuga em massa, por medo das atitudes do crime organizado com os presos que não aderiram ou tinham algum tipo de discordância com os rebelados.

Um acontecimento caótico e de grandes proporções na segurança pública do Estado, que abalou de forma substancial um de seus tripés¹, a prisão. Acontecimentos como esses, até então raros no sistema prisional sul-mato-grossense e com capacidade para se tornar uma das maiores tragédias da época, se espalharam de forma rápida e receberam cobertura da mídia impressa, televisiva e radiofônica da época.

Em 2006, a estrutura da mídia em Mato Grosso do Sul² era composta por 54 jornais impressos, sendo 12 produzidos em Campo Grande³ e 42 no interior⁴, 92 emissoras de rádio, 14 na Capital⁵, 78 nas demais cidades, nove emissoras de televisão em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, além de uma série de sítios de notícias. Pela relevância do fato, a rebelião recebeu ampla cobertura da imprensa.

Desse universo midiático, nesta pesquisa optou-se por analisar como foi realizada a cobertura do jornal *Correio do Estado*, em razão de sua abrangência junto à população sul-mato-grossense e opinião pública, sendo o jornal de maior circulação no Estado, que abrange quase todas as cidades do estado.

Assim, o objetivo deste estudo consiste na análise discursiva sobre a cobertura feita pelo veículo durante as rebeliões prisionais ocorridas no estado de Mato Grosso do Sul em maio de 2006. Versa ainda, como objetivos específicos, compreender quais elementos estruturais e possíveis características de manipulação foram empregadas na cobertura, bem com analisar se houve articulação entre os textos informativos e opinativos como forma de identificar se a cobertura foi orientada pela linha editorial do jornal.

O *corpus* da pesquisa é constituído por 12 notícias e cinco editoriais veiculados entre os dias 14/05/2006 e 14/06/2006. A razão pela escolha do período deve-se ao fato de que a

1 Na perspectiva de Lopes (2009), os três pilares da segurança pública são: a polícia, a justiça e a prisão;

2 Portal de Mídia da UFMS. Disponível em: <<http://www.portaldemidia.ufms.br/>>. Acesso em: 29 fev. 2020;

3 Jornal Entrevista, Jornal de Domingo, O Estado de Mato Grosso do Sul, Folha de Campo Grande, Boca do Povo, O Clarim, O Momento, Correio do Estado, Midiamax Diário, A Crítica, JNE, O Consumidor;

4 Selvíria Jornal de Aparecida do Taboado de Aparecida do Taboado, Tribuna do Povo de Mundo Novo, Folha de São Gabriel e O Gabrielense de São Gabriel D' oeste, Jornal Daqui de Fátima do Sul, Tribuna Popular de Jardim, A Gazeta de Amambai, Jornal do Povo, Hoje Mais e Correio de Três Lagoas de Três Lagoas, Folha de Selvíria de Selvíria, Jornal da Praça e Jornal de Notícias de Ponta Porã, Folha de Paranaíba, MS Notícias, Jornal D' oeste e J Pantanal de Nova Andradina, JK News de Naviraí, O Liberal de Mundo Novo, Jornal Guaicuru e Jornal da Cidade de Miranda, Maracaju Hoje de Maracaju, Jornal Estado do Pantanal de Guia Lopes da Laguna, O Progresso e Diário MS de dourados, Jornal de Costa Rica e Jornal a Gazeta de Costa Rica, Tendência do Estado de Camapuã, Folha de Corumbá, Jornal Correio de Corumbá e Jornal Diário da Manhã de Corumbá, Jornal O Correio de Chapadão do Sul, O Jornal de Cassilândia, Folha de Camapuã e Folha Regional de Camapuã, Jornal da Cidade de Brasilândia, O Pantaneiro de Aquidauana, Folha Integração, Jornal do Bolsão e Correio da Fronteira de Aparecida do Taboado;

5 Esporte MS, AM Ativa 1180, AM Capital, Cidade FM 97,9, Concórdia AM 1120, Cultura AM 680, Difusora Pantanal AM 1240, Imaculada Conceição AM 1490, Mega 94 FM, Novo Tempo AM 630, 91,5 FM UCDB, 95,90 FM Capital, 103,7 Uniderp FM, 104,7 FM Rádio MS.

rebelião, que teve início em 14 de maio (durando 24 horas), e foi identificado na leitura flutuante o maior volume de publicações acerca do assunto nesse período.

Para nortear a realização da dissertação formulou-se as seguintes questões de pesquisa:

- 1) Qual foi o enquadramento dado pelo *Correio do Estado* na cobertura das rebeliões prisionais?
- 2) Quais fatores ou aspectos foram enfatizados ou amenizados pela cobertura?; e 3) Como o jornal se posiciona frente à crise penitenciária em Mato Grosso do Sul?

O tema rebeliões em penitenciárias vem sendo estudado em diferentes pesquisas acadêmicas (monografias, dissertações e teses) na área da Comunicação. Após a definição do objeto de pesquisa foi efetuado um levantamento bibliográfico das produções ocorridas entre os anos de 2006 a 2020 sobre o assunto. As buscas por dissertações e teses foram feitas no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no depósito de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGcom) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A primeira parte das buscas foi no banco de Teses e Dissertações da CAPES. Foram utilizados os seguintes descritores: rebeliões prisionais, crime organizado, organizações criminosas, facções criminosas, Primeiro Comando da Capital e a sigla PCC. Do resultado, entre todas as áreas do conhecimento e todos os anos, emergiram 1.137.980 pesquisas, sendo 845.773 dissertações e 292.207 teses de doutorado, distribuídos da seguinte forma: rebeliões prisionais (414 dissertações e 151 teses); crime organizado (7.598 teses e 2.449 dissertações); organizações criminosas (24.357 dissertações e 6.435 teses); facções criminosas (479 dissertações e 133 teses); Primeiro Comando da Capital (812.621 dissertações e 282.912 teses); e a sigla PCC (304 dissertações e 127 teses).

Após a aplicação dos filtros (grande área das Ciências Sociais Aplicadas; área da Comunicação; e produções entre os anos de 2006 a 2020), a amostra total foi reduzida para 9.617 pesquisas. Em seguida foram lidos os títulos que mais se aproximavam ao tema, reduzindo a amostra para 93 pesquisas, e logo após os resumos, chegando a duas pesquisas que se mostraram pertinentes e importantes como referência para este estudo.

Lopes (2008), em sua dissertação *Charge jornalística: estudo do discurso chargístico da Folha de S.Paulo veiculado no período da crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)*, analisou as narrativas empregadas nas charges produzidas pela Folha de São Paulo. O autor realizou uma catalogação das charges publicadas pelo jornal que utilizaram o tema ‘problemas gerados a partir das mobilizações violentas do PCC’, ocorridas em maio de 2006, mesmo período de foco desta pesquisa.

Na dissertação que recebeu o nome de *O jornal e a prisão: uma análise da cobertura dos ataques do PCC em 2006 pela Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo*, Camilo (2009) analisou como se davam as relações entre os meios de comunicação e a estrutura carcerária brasileira.

No depósito de teses e dissertações do PPGcom da UFMS não foram localizadas pesquisas que articulassem a rebelião carcerária no estado do Mato Grosso do Sul e a cobertura realizada pelo jornalismo impresso, televisivo ou online.

Após a busca por pesquisas foi possível identificar que o binômio ‘jornalismo e prisões’ tem sido objeto de várias pesquisas e alvo de interesse de vários pesquisadores, demonstrando assim a relevância social. Entretanto, não foram localizados estudos que se articulem pelos mesmos aspectos desta dissertação (cobertura das rebeliões em penitenciárias pelo jornalismo impresso de Mato Grosso do Sul), conferindo ineditismo. Entende-se assim que esta dissertação pode se tornar referência para futuras investigações acadêmicas que tenham interesse em pesquisar outros fatores, que ora não foram explorados e que se articulam entre jornalismo, comunicação, crime organizado e rebelião prisional.

A segunda etapa no desenvolvimento desta pesquisa foi o levantamento da morfologia da cobertura, na qual foi feita a classificação, a quantidade de material produzido, catalogação de gêneros e formatos jornalísticos, identificação dos profissionais jornalistas que atuaram na cobertura, mensuração do tamanho da cobertura frente a quantidade de edições publicadas no período e aplicação de critérios para delimitação do *corpus* de pesquisa.

Recorreu-se à abordagem metodológica da Análise de Enquadramento para estudo do *corpus* selecionado para verificar como o jornal atuou na cobertura, quais os aspectos foram destacados, salientados e/ou omitidos. O método de enquadramento interpretativo, desenvolvido e utilizado em um primeiro momento pela sociologia, foi criado na década de 1970 por Erving Goffman. O enquadramento ou *framing* funciona como um coletivo de pressupostos que coordenam a interpretação subjetiva de eventos e fatos, baseados nas experiências existentes nos indivíduos e na interação com as outras pessoas. Segundo o pensamento de Goffman (2012), os quadros influenciam na construção de significados, atuando na forma de decodificação da realidade e interpretação no âmbito social.

Na área da comunicação, o enquadramento é analisado na interface dos efeitos da mídia e começou a ser estudado no início da década de 1980 por Gaye Tuchman (1980), Todd Gitlin (1980), William Ganson e André Modigliani (1989), assim como Robert Entman (1993). Seu emprego permite observar as estruturas simbólicas aplicadas na narrativa, estruturas essas responsáveis por dar sentido a um fato ou evento. Entman (1993) enfatiza que o enquadramento

oferece uma ferramenta importante na compreensão do poder e da influência que os discursos midiáticos exercem sobre o receptor permitindo, assim, identificar nos textos quais são os atores e os interesses implícitos.

A análise foi desenvolvida utilizando como referência as quatro funções de enquadramento propostas por Entman (1993): 1) Definição de um problema; 2) Diagnóstico das causas que ocasionaram o problema; 3) Juízo moral implícito ou explícito nas publicações; e 4) As propostas de solução. Nesta dissertação foram analisadas as notícias e os editoriais que se enquadraram em, pelo menos, três das quatro funções.

A dissertação é dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado ‘Referenciais temáticos’, são apresentados os aspectos relacionados à violência, os fatores envolvidos e a prisão. Nele, os embasamentos necessários para o entendimento da realidade carcerária brasileira, a relação entre violência, cultura sul-mato-grossense e o tráfico de entorpecentes. Possui cinco tópicos: ‘Violência’, ‘Crime’, ‘Organizações criminosas’, ‘Prisão’ e ‘Rebeliões prisionais’.

Em ‘Violência’ são discutidos aspectos relacionados à etimologia do termo e suas implicações no cotidiano das sociedades. Na seção ‘Crime’ é feita uma revisão do termo, das principais características e entendimentos legais. No tópico ‘Organizações criminosas’ faz-se um resgate histórico do surgimento das mesmas no Brasil a partir das prisões, com ênfase no Comando Vermelho (CV) e PCC. Na parte ‘Rebeliões prisionais’ são descritas as características dos movimentos, bem como da rebelião de 2006 que é objeto desta dissertação.

No segundo capítulo ‘Referenciais teórico-metodológicos’ são trazidas as contribuições teóricas e metodológicas que foram utilizadas para a análise do *corpus* deste trabalho. Essa parte é dividida em ‘Notícia’, ‘Gêneros e Formatos jornalísticos’ e ‘Enquadramento’. No tópico ‘Notícia’ abordam-se aspectos de seleção de acontecimentos e critérios de noticiabilidade no processo de transformação de fatos em notícias. Em ‘Gêneros e Formatos jornalísticos’ são elencadas as principais características, tanto dos gêneros quanto dos formatos jornalísticos utilizadas no Brasil, com ênfase nos gêneros informativos e opinativos.

Duas correntes de pensamento acerca do tema são apresentadas, uma na qual acredita-se que existe uma delimitação clara dos limites e fronteiras, uma vez que para Marques de Melo (2003) divide os gêneros informativos e opinativos. E a outra, em Chaparro *apud* Marques de Melo e Assis (2020), que defende que um texto jornalístico, mesmo que informativo, é permeado pela opinião. Ele acredita que os gêneros perpassam uns aos outros criando um “tecido” e uma complexidade maior aos textos. Na última parte do capítulo, ‘Enquadramento’, são trazidas as origens do conceito e o caminho percorrido, desde sua aplicação no ramo da

Sociologia e Psicologia, até sua chegada nos estudos discursivos da Comunicação, resgatando alguns dos principais aportes que contribuíram para o aprimoramento da metodologia.

O terceiro capítulo, intitulado ‘Enquadramento da rebelião pelo jornal *Correio do Estado*’, é dividido em quatro tópicos: ‘Histórico do *Correio do Estado*’, ‘Morfologia da cobertura’, ‘O enquadramento das rebeliões pelas notícias’ e ‘O enquadramento das rebeliões pelos editoriais’. Em ‘Histórico do *Correio do Estado*’ é realizada uma breve apresentação do jornal e suas principais características. ‘Morfologia da cobertura’ traz os resultados quantitativos da pesquisa empírica sobre a cobertura, descrevendo tamanho, quantidade de textos informativos, quantidade de textos opinativos, quantidade de fotografias, jornalistas e fotógrafos que realizaram a cobertura. Na terceira seção ‘O enquadramento das rebeliões pelas notícias’ são apresentados os 12 textos selecionados, em forma de quadros, seguidos de pequenos resumos das notícias, bem como a análise das funções de enquadramento empregada (problema identificado, causas, juízo moral e proposta de solução). Ao fim da análise, ‘O enquadramento das rebeliões pelos editoriais’ mostra os cinco textos opinativos que compõem o *corpus* de pesquisa e a análise das funções de enquadramento utilizadas no discurso do jornal, também em forma de quadros com resumos.

Nas ‘Considerações finais’ são apresentados os principais aspectos que serviram de embasamento para a construção da pesquisa, a Análise de Enquadramento, a comparação entre as narrativas utilizadas nas notícias e nos editoriais, assim como as contribuições fundamentadas nos enquadramentos empregados. Ao fim, as ‘Referências’ que deram o aporte para sua elaboração, seguida dos ‘Anexos’, que traz os materiais utilizados, as notícias, editoriais e o Estatuto de Constituição do PCC.

1. REFERENCIAIS TEMÁTICOS

Neste capítulo serão abordados temas relativos à violência e sua influência na evolução histórica e cultural da população de Mato Grosso do Sul. Apresenta-se também como se propagou a violência, o controle por parte do Estado, o cumprimento de penas pela prática de crimes e os aspectos que conduziram ao contexto carcerário brasileiro. Serão abordados os termos ‘violência’, ‘crime’, ‘organizações criminosas’, ‘prisão’ e ‘rebeliões prisionais’.

1.1 VIOLÊNCIA

Antes de analisar o discurso empregado pela mídia na cobertura jornalística, faz-se necessário adentrar em um percurso conceitual sobre o tema violência, bem como um retrospecto histórico dos modos com os quais os sul-mato-grossenses se relacionam com a violência.

Para Sodré (2002, p. 96-97), a mídia atua como instrumento na fomentação, por meio das suas narrativas, da necessidade de uma moral restauradora.

A mídia é a principal gestora das enunciações em que o ato agressivo aparece como gênero catastrófico, gerador não de simples medo – que todo vínculo social costuma acomodar -, mas de modo excessivo, ou pânico. Sabemos que, do ponto de vista dramático, a violência é um recurso de economia discursiva: o soco ou o tiro do herói no vilão poupa o espectador de longas pregações morais contra o mal. É uma elipse semiótica com grande poder de sedução. Mas também é preciso levar em conta toda uma tradição de representação da violência na cultura do Ocidente. Ela faz-se presente como exigência catástica, sob forma do terror e da piedade, na tragédia grega.

No jornalismo, fatos ligados à violência, seja ela fora ou dentro das prisões, é sempre terreno fértil, com potencial para serem noticiados. No caso de uma rebelião prisional, com a probabilidade de ações violentas e fugas em massa, é quase inevitável que a mesma seja noticiada por diversos meios de comunicação.

O termo violência possui um significado dicotômico, refere-se à ação de agir contra alguém ou obrigá-lo, através da utilização da força ou de outros artifícios coercitivos; e uma pré-disposição natural para expressar sentimentos potencializados. Refere-se ainda à força contra a qual não se pode resistir ou um caráter brutal de uma ação.

Sodré (2002, p. 17-18) divide a violência em direta e indireta:

A violência social, ocorrente em todos os planos (econômico, político, psicológico) da existência, quando considerada por suas formas externas de manifestação, apresenta dois tipos básicos: a violência direta, que é o uso imediato da força física; e a violência indireta (latente), que inclui os diversos modos de pressão (econômicos, políticos, psicológicos) ou então a ameaça do emprego da força. Esta classificação insere-se na mesma linha de raciocínio que considera a diferença dos aspectos de ato e estado no fenômeno da violência.

Por um lado, a palavra violência descreve fatos e ações, que se opõe à paz, e por outro, a maneira de ser da força que desordena algo que já existe de maneira estruturada e aceita socialmente. Em ambos os casos, a palavra sempre está acompanhada da impressão ou do sentimento de força. No entanto, faz-se necessário salientar que não é a força que delimita a violência, mas sua característica intrínseca de perturbação da ordem socialmente edificada.

Aprofundando um pouco mais nas definições do termo, faz-se necessário tomar como ponto de partida as raízes etimológicas, com raízes no latim e derivações gregas.

Violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais profundamente, a palavra significa a força em ação, o recuso de um corpo para exercer sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital. A passagem do latim para o grego confirma este núcleo de significação. O *vis* latino corresponde ao *is* homérico (*is*) que significa músculo, ou ainda força, vigor, e se vincula a *bia* (*Bía*) que quer dizer a força vital, a força do corpo, o vigor e, conseqüentemente, o emprego da força, a violência, o que coage e faz violência (MICHAUD, 1989, p.8).

As narrativas sobre a violência apontam para o uso da força, legítima ou ilegítima. A manifestação dessa, acontece no cotidiano das pessoas, embora algumas vezes de forma implícita, configurando-se como uma resposta aos problemas sociais face a algum conflito e provocando aceitação ou não nos processos de relações humanas. Sua manifestação pode ocorrer de forma física, psicológica ou simbólica e está, na maioria das vezes, ligada à promoção de delitos e crimes. Um dos fundamentos de um Estado democrático consiste na manutenção da paz e da ordem social, dois dos itens que a violência tenciona, e para fazê-la reivindicar para si o uso legítimo da força.

Corrêa (2009) disserta que a violência está ligada as raízes históricas da região que deu origem ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tornando-se parte das matrizes culturais do povo que habita nesta área do país. A ocupação da região remonta ao século XVIII, com o objetivo de angariar mão de obra escrava indígena para ser empregada na mineração, a mando da coroa portuguesa. Os conflitos gerados para obtenção dessa mão de obra serviram de fomento para o início de uma sociedade violenta e instável.

Com o início da atividade extrativista e a descoberta de metais preciosos houve um aumento populacional expressivo na região, que foi ocupada de maneira desordenada. Ou seja, tais fatores contribuíram para o caráter instável e violento da população que se formava.

Nas considerações iniciais sobre as condições da formação da sociedade, deve-se levar em conta a falta de técnicas apropriadas de exploração e o desconhecimento do ambiente natural, que impuseram limites ao homem em seu papel de agente transformador na conquista de um novo território. Desse modo, o estabelecimento das relações de simples convivência e o caráter primitivo e rude dessa ocupação permitiram aos primeiros povoadores vivenciar uma *violência costumeira* (CORRÊA, 2009, p. 58).

Outro marco histórico do estado e que contribuiu para a relação entre violência e povo do Mato Grosso, segundo Corrêa (2009) foi a Guerra do Paraguai, um conflito que envolveu países e assolou o sul do estado, no caso Mato Grosso do Sul. Após a conclusão da guerra, proteger a região fronteiriça era tarefa árdua e, por vezes, impossível, levando as regiões mais afetadas pelo conflito a conviverem com desertores, foras da lei e traficantes. O somatório desses fatores contribuiu para a implantação e proliferação do banditismo na região. Corrêa (2009, p. 67) complementa:

Nesse sentido, mesmo após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência. Isso vale dizer que, no instante de reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, as leis de um modo geral passaram a ser sistematicamente violadas, ou simplesmente ignoradas, dando continuidade ao *clima de guerra* e à impunidade na região. Apareceram assim, os primeiros focos de banditismo na região sul, às vezes perfeitamente delimitados pela concentração em determinadas fazendas, abandonadas ou arrasadas pela guerra, ou através de constantes ataques a boiadeiros, mascates e aos fazendeiros que tentavam recuperar seus bens.

Corrêa (2009) pontua que, em contraponto ao clima de guerra e como maneira de defender seus bens, surgia o coronelismo, que na busca de trabalhadores para manter seus bens, contratavam assassinos e burladores da lei para compor equipes. Nesse mesmo período, os grupos de determinados coronéis saqueavam os bens de outros coronéis que possuíam pensamentos e ideologias políticas divergentes, além de atacarem também pequenos produtores e comerciantes.

Foi a partir desse momento que, paralelamente ao fenômeno coronelista e também como consequência do domínio dos *coronéis*, desenvolveu-se em Mato Grosso um banditismo sem precedentes na história brasileira. A região mato-grossense passou, então a ser conhecida como *terra sem lei*, ou onde a única lei existente obedecia ao *artigo 44* ou seja, a lei do *calibre 44*. A violência ali existente, manifestada de maneira tão explícita e rotineira, assumiu tamanha naturalidade que surpreendia os viajantes de passagem por Mato Grosso, conforme relatos da época (CORRÊA, 2009, p. 69).

Avançando no tempo, Corrêa (2009) ainda defende que a impunidade e a inoperância do estado em segurança pública foram fatos que caracterizaram Mato Grosso no período da República Velha e início do Estado Novo. Segundo o autor, ocorria uma certa tolerância à violência praticada por coronéis, bandidos e revolucionários. O autor ainda afirma que outra forma de violência tolerada desde o fim do império foi a escravidão de negros, índios e brancos em fazendas de plantações de cana e ervais.

Corrêa (1995) ainda se refere a outro episódio da relação entre a violência e a cultura regional, o movimento separatista para a criação do Mato Grosso do Sul. Segundo o autor, no final do século XIX iniciou-se um movimento separatista motivado por coronéis rebeldes do Sul que não desejavam mais ser subordinados às oligarquias do norte, que eram dominadas por políticos cuiabanos. O desmembramento dos estados não ocorreu especificamente em decorrência do movimento citado pelo autor, porém, o movimento acentuou a luta pelo posicionamento político das elites sulistas que sustentavam a separação.

Nesse breve levantamento histórico é possível identificar que a violência esteve ligada às raízes culturais do sul-mato-grossense, forjada ao longo das décadas, influenciando o estado e seus moradores. Porém, Raposo (2018, p. 38) aponta que a identidade e a diversidade cultural herdadas por Mato Grosso do Sul, antes do período da divisão dos estados, foram esquecidas pelos idealizadores do projeto de divisionista, no qual o jornal *Correio do Estado* esteve inserido.

Essa representação da cultura sul-mato-grossense, da forma como foi elaborada pelos seus idealizadores, recria uma noção de identidade do ser sul-mato-grossense que exclui a expressão das diferenças representadas pelas etnias indígenas, pelos trabalhadores do gado e pelos migrantes, que desapareceram como protagonistas da história e da cultura regional.

A população indígena a qual o autor se refere têm se autodizimado nas últimas décadas, cometendo suicídio e é assunto frequente nos noticiários. No ano de 2018, 93,6% de suicídios da Região Centro-Oeste foram cometidos no estado.

Além de enfrentarem a desterritorialização, a comunidade indígena de Mato Grosso do Sul é a segunda com maior número de mortes suicidas no Brasil. Nos últimos dez anos foram registrados 523 casos de suicídio em povos indígenas sul-mato-grossense, segundo dados do Ministério da Saúde. Em 2018, 93,6% dos suicídios indígenas do centro-oeste aconteceram no Estado, de acordo com o Ministério da Saúde. Segundo o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), 31 casos de suicídio foram notificados no MS, em 2017. De acordo com dados do Ministério da Saúde, 64,5% dessas mortes foram na faixa etária de 15 a 19 anos⁶.

6 Em 10 anos, mais de 500 indígenas tiraram a própria vida em MS. Midiamax. 19/09/2019. Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2019/em-10-anos-mais-de-500-indigenas-tiraram-a-propria-vida-em-ms>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

Mato Grosso do Sul possui números expressivos de atos de violência. A região fronteira, por exemplo, no ano de 2019 foi considerada uma das regiões com o maior número de homicídios, cuja quantidade de mortes superam os índices das maiores cidades do Brasil.

A cada dois dias, uma pessoa é assassinada a tiros na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Os quase 150 crimes de homicídio registrado mais precisamente no trecho entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no lado paraguaio, o mais sangrento da fronteira entre os dois países, fazem do local um dos mais violentos do Brasil. Os dados apontam que se mata até duas vezes mais na fronteira que nas regiões com as maiores incidências criminais das duas maiores cidades brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro⁷.

Dados da SEJUSP/MS (2020) revelam também altos números de pessoas presas pela prática de crimes violentos, com destaque para violência doméstica, feminicídio, homicídios dolosos e homicídio na forma tentada.

Quadro 1 - Índices da violência em Mato Grosso do Sul

Ano	Violência doméstica	Feminicídio	Homicídio doloso	Homicídio doloso na forma tentada
2017	115	28	530	821
2018	138	32	456	691
2019	121	30	414	710
2020	106	38	433	594

Fonte: Elaborado pelo autor com informações da SEJUSP/MS (2020).

A violência que fez parte das raízes culturais de Mato Grosso do Sul contribuiu para a formação de uma população aguerrida e forjada na luta de povos e ainda mostra seu reflexo na contemporaneidade. Logo, a violência e a maneira como ela se manifesta no cotidiano da população influencia diretamente os produtos midiáticos, por consequência a maneira como o jornalismo a retrata.

1.2 CRIME

O uso da força ilegítima, que provoca a violência, resulta na prática de crimes e delitos, cometidos por indivíduos que convivem em sociedade. Tráfico de drogas, homicídios, furtos, roubos e sequestros são alguns exemplos dessa conduta delitiva. O crime pode ser considerado

⁷ Com 150 assassinatos, fronteira é um dos lugares mais perigosos do País. Jornal Correio do Estado. 16/10/2019. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/policia/com-150-assassinatos-fronteira-e-um-dos-lugares-mais-perigosos-do-pais/362207>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

como uma ação ou violação cometida com dolo ou negligência que contraria os costumes, a moral e as leis. Para compreensão da complexidade do conceito de crime faz-se necessário observar o ato sobre três perspectivas que podem variar de acordo com a doutrina utilizada: formal, material e analítica.

A perspectiva formal explora o crime a partir de uma visão legal, utilizando as leis vigentes como um instrumento para padronizar e nortear a conduta social. Deste modo, só ocorrerá um crime se o fato possuir identidade com o que a lei define como o crime, sem atentar-se a qualquer outro fator que possa ter contribuído para o acontecimento do fato. Logo, crime é toda ação ou omissão proibida por lei e que pode ser passível de punição.

Sob o aspecto formal, podem-se citar os seguintes conceitos de crime: ‘Crime é o fato humano contrário à lei’ (Carmignani); ‘Crime é qualquer ação legalmente punível’; ‘Crime é toda ação ou omissão proibida pela lei sob ameaça de pena; ‘Crime é uma conduta (ação ou omissão) contrária ao Direito, a que a lei atribui uma pena’. Essas definições, entretanto, alcançam apenas um dos aspectos do fenômeno criminal, o mais aparente, que é a contradição do fato a uma norma de direito, ou seja, sua ilegalidade como fato contrário à norma penal. Não penetram, contudo, em sua essência, em seu conteúdo, em sua matéria (MIRABETE, 2001, p. 95).

O legislador leva em conta também quais foram os critérios para a definir se o ato praticado pode ou não ser considerado crime. Dessa forma, o crime pode ser definido como conduta geradora de lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico e que tal fato contrasta com os valores ou interesses sociais a modo de se exigir sua proibição sob ameaça de pena.

É certo que sem descrição legal nenhum fato pode ser considerado crime. Todavia, é importante estabelecer o critério que leva o legislador a definir somente alguns fatos como criminosos. É preciso dar um norte ao legislador, pois, de forma contrária, ficaria ao seu livre alvedrio a criação de normas penais incriminadoras sem esquema de orientação, o que, fatalmente, viria lesar o *jus libertatis* dos cidadãos (JESUS, 2001, p. 151).

Para o autor, a perspectiva material diz respeito a condutas previstas pelo legislador, que exigem os resultados para serem caracterizadas como crime, condutas essas que causam uma modificação naturalística. Ou seja, para que seja caracterizado, o crime é necessário que o resultado da ação seja palpável (JESUS, 2001).

Segundo a perspectiva analítica de Jesus (2001), a compreensão de um fato que resulta em crime implica em uma decomposição didática, minuciosa dos elementos que o constitui (fato típico, antijuricidade, culpabilidade, punibilidade e conduta). Logo, o crime constitui-se em um conjunto de pressupostos indispensáveis para a pena.

Os crimes também recebem uma classificação de acordo com o resultado econômico resultante da sua prática. Segundo Becker (1968), os crimes são divididos em dois grupos distintos: os crimes lucrativos e os crimes não lucrativos.

Como exemplos para o crime lucrativo têm-se: furto, roubo ou extorsão, usurpação, apropriação indébita, estelionato, receptação, crimes contra a propriedade imaterial, contra a fé pública, contra a administração pública, tráfico de entorpecentes: para o caso do crime não-lucrativo têm-se todos aqueles que não incluídos no primeiro caso como, por exemplo, homicídio privilegiado, estupro, abuso de poder, tortura, etc (BORILLI; SHIKIDA, 2002, p. 195).

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2020), em 2019, o Brasil possuía naquele ano 989.263 pessoas presas. Deste total, 704.691 pessoas assim se encontravam pela prática de crimes lucrativos, 504.108 pessoas (50,96%) por crimes contra o patrimônio e 200.583 (20,28%) por crimes ligados ao tráfico e comercialização de drogas.

Cabe ao Estado, utilizando-se do exercício de poder, conter, julgar, custodiar e reintegrar indivíduos que cometeram crimes para o convívio social a fim de reestabelecer a ordem. O controle da ação criminal representa um gasto financeiro expressivo, tanto para a sociedade e para o Estado.

À sociedade cabe custos para proteção, como seguros, rastreadores de frotas, escoltas e segurança privada, afetando o custo das mercadorias que são repassados ao consumidor; e ao Estado gastos diretos, como a manutenção da segurança pública e prisional, e indiretos, como o sistema público de saúde e de assistência social. Todavia, é dever constitucional do Estado zelar pelos direitos (em especial, à vida) de todos os seus cidadãos.

1.3 ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

A Lei nº 12.850 (BRASIL, 2013) define organização criminosa, como uma associação de quatro ou mais pessoas, sob uma estrutura ordenada e com divisão de tarefas e atribuições, ainda que de maneira informal, com o objetivo de obter, direta ou indireta, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.

As organizações criminosas (ORCRIMs) nas prisões foram criadas para fazer frente ao poder do imperativo do Estado e, em seguida, foram aprimoradas objetivando o domínio, por

meio do emprego da força, para levantar riquezas, dominar territórios ou para exercer influência sobre as populações periféricas.

A evolução e o aprimoramento das organizações criminosas a partir das prisões ocorreu de forma progressiva, propiciada pela evolução tecnológica. Velhas práticas foram abandonadas e novas surgiram, com as quais as organizações se adaptaram para ampliar sua área de domínio e a infiltração no convívio social exterior. Exemplo disso foi o advento dos smartphones com acesso à internet, que possibilitaram uma maior velocidade e interação com outras pessoas.

As ORCRIMs possuem estruturas similares às de uma empresa privada, com organogramas hierárquicos, divisão de tarefas, responsabilidades e obtenção de lucros. Lucros esses, que em alguns casos são legalizados mediante a inserção de capital em empresas e investimentos.

Um dos pontos mais característicos do fenômeno da criminalidade organizada é a *acumulação de poder econômico* os seus integrantes, pois, como referido, geralmente as organizações atuam no vácuo de alguma proibição estatal, o que lhes possibilita auferir extraordinários lucros. Estima-se que o mercado envolvendo todas as modalidades de criminalidade organizada seja responsável por mais de ¼ (um quarto) do dinheiro em circulação em todo o mundo. Pesquisa realizada pelos jornais The Los Angeles Times e o Estado de São Paulo revelou que as organizações transnacionais movimentam atualmente cerca de US\$ 850 bilhões, quantia considerada superior ao PIB de uma das sete nações mais ricas do mundo. Segundo o relatório divulgado em 2008 pela Agência para Drogas e Crime Organizado das Nações Unidas, só a renda obtida com o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes corresponde em média a US\$ 322 bilhões por ano (SILVA, 2015, p. 11-12).

Ainda segundo o autor, as organizações criminosas possuem alto poder de corrupção com acúmulo de riquezas, utilizados também para corromper autoridades dos poderes estatais e intimidar, prevalecendo uma espécie de lei de silêncio imposta a pessoas estranhas à organização e mantida com emprego de meios variados de violência contra elas ou contra seus familiares, com o objetivo de evitar outras iniciativas criminosas, conexões locais e internacionais, assim como pela divisão das áreas de atuação (SILVA, 2015).

Do ponto de vista histórico, a partir da criação das equipes de cangaço⁸ na região Nordeste, deu-se início à ideia do que atualmente entende-se por organizações criminosas. Cangaceiros eram equipes de trabalhadores montadas por fazendeiros para a proteção de suas propriedades, e entre as atividades, as equipes realizavam condutas criminosas apoiadas pelos

8 “Cangas” é o conjunto de petrechos utilizados para prender animais em carroças e charretes. Os cangaceiros receberam esse nome pois utilizavam espingardas com correias cruzadas no peito, semelhantes às tiras utilizadas nos carros de bois.

coronéis e por policiais, que forneciam as armas e munições que eram utilizadas nas práticas delituosas. Assim:

Os cangaceiros tinham organização hierárquica e com o tempo passaram a atuar em várias frentes ao mesmo tempo, dedicando-se a saquear vilas, fazendas e pequenas cidades, extorquir dinheiro mediante ameaça de ataque e pilhagem ou sequestrar pessoas importantes e influentes para depois exigir resgates. Para tanto, relacionavam-se com fazendeiros e chefes políticos influentes e contavam com a colaboração de policiais corruptos, que lhes forneciam armas e munições (SILVA, 2015, p.8-9).

A partir da década de 1950 ocorreu uma mudança populacional que levou o trabalhador rural brasileiro para os centros urbanos. Motivados pelo crescimento econômico, o êxodo rural levou muitas pessoas que até então viviam no campo para as cidades. As indústrias se difundiam e cresciam, necessitando de mão de obra para trabalhar nas fábricas e em outros setores por elas impulsionados.

O crescimento urbano desordenado gerado por essa migração sem controle, e em um curto espaço temporal, trouxe consigo graves problemas estruturais, ambientais e sociais. Na década de 1980, a economia já não apresentava resultados tão pujantes como da década anterior e a realidade das famílias, as oportunidades de trabalho, as condições urbanas precárias e as desigualdades impossibilitavam as chances de ascensão social. O conjunto desses fatores tornou-se terreno fértil para a criação e expansão de periferias e favelas.

A produção capitalista, estendida ao campo, trouxe uma produtividade notável para a agricultura, especialmente para o Centro-Sul e o Centro-Oeste. Não se tocou na obsoleta estrutura fundiária (o latifúndio típico do Nordeste e de Minas Gerais), e esta não foi de fato obstáculo a uma modernização da produção agrícola favorável apenas aos grandes proprietários rurais e empresários. Mas a concentração das terras em grandes empresas agropecuárias ou nas mãos de uma nova classe de fazendeiros-industriais – que, graças a créditos especiais e isenções fiscais, empregam tecnologia avançada e desempregam mão de obra humana – acarretou uma crise permanente para os pequenos produtores rurais e para os trabalhadores tradicionais da agricultura. Isto só fez aumentar a miséria social no campo e levou a um processo de urbanização não menos miserável (SODRÉ, 2002, p. 63-64).

As dificuldades de acesso aos locais onde a população foi se aglomerando impossibilitava, em parte, a atuação do Estado, favorecendo o aumento e a disseminação da marginalidade. Para Sodré (2002), as populações desses locais formam uma espécie de universo que margeia a sociedade, com regras próprias, ditadas pelos detentores do poder que constitui estados paralelos de atuação sobre a população pobre.

Zaluar (2004) acredita que não é correto atribuir somente à pobreza o aumento da criminalidade e da violência, pois ao fazê-lo corre-se o risco de aumentar o estigma e a discriminação em relação aos mais pobres. Em contrapartida, Adorno (2002) salienta que não

há como dissociar os índices de violência dos lugares onde são precárias as condições sociais e a qualidade de vida é degradada.

Assim, nesse universo marginal, foram surgindo indivíduos, redes e organizações que pudessem exercer o controle da criminalidade, tráfico e comercialização de drogas. Vários desses indivíduos acabaram presos, levando essa hierarquia para dentro das prisões e potencializando o crime organizado brasileiro.

A capacidade de organização que possibilitava ganhos econômicos despertava também o prestígio entre a massa carcerária, proporcionando um domínio ascendente e de controle.

Essa capacidade de organização foi resultando não apenas em ganhos econômicos, mas igualmente em prestígio de alguns no mundo do crime, os quais passam a ter ascendência sobre a massa de presos, que, no Brasil é, em sua grande maioria, composta por presos pobres, com poucos recursos pessoais, suscetíveis às influências do momento e vulneráveis às ações arbitrárias e violentas de quem quer que seja. Essas lideranças, em boa medida, se fortaleceram porque souberam manipular e monopolizar os recursos disponíveis na prisão para acumular riqueza, explorando a partir de dentro atividades ilegais como o tráfico de drogas, a extorsão de outros presos e de seus familiares e o controle de locais e atividades (CAMILO, 2009, p. 67-68).

O surgimento de organizações criminosas a partir das prisões nacionais é creditado por alguns autores, como Camilo (2009), ao período de vigência do regime militar no qual o Brasil atravessou. Segundo ele, alguns cidadãos que praticavam crimes políticos ou que se opunham ao regime militar foram condenados à prisão e dividiram os mesmos espaços prisionais com presos comuns, causando uma fusão de realidades.

Essa convivência fez com que os presos comuns adquirissem conhecimento de táticas de guerrilha, organização e hierarquia. Ainda de acordo com Amorim (1994), a junção entre presos políticos e presos comuns num mesmo espaço prisional facilitou a criação de organizações que se dedicavam a prática de atos criminosos.

O governo militar tentou despolitizar as ações armadas da esquerda tratando-as como "simples banditismo comum", o que permitia também uma boa argumentação para enfrentar as pressões internacionais em prol de anistia e contra as denúncias de tortura. Nivelando o militante e o bandido, o sistema cometeu um grave erro. O encontro dos integrantes das organizações revolucionárias com o criminoso comum rendeu um fruto perigoso: o Comando Vermelho (AMORIM, 1994, p. 26).

Não existe um consenso no que se refere sobre a contribuição dos presos políticos para a formação dos grupos criminosos nas prisões. Nesse sentido, existe uma discussão de que não basta somente aprender os artificios. O motivo para a criação de organizações criminosas, parece ter sido mais uma forma de união para proteção, além de representar uma possibilidade de diálogo com o Estado na reivindicação de melhores condições de para os presos.

No entanto, o elemento que foi preponderante para que alavancasse a organização criminal no Brasil foi o negócio com a qual ele se envolveu: o tráfico de drogas. Um negócio rentável e que exigia um nível de organização elevada para operacionalizá-lo. Foi preciso pensar em cultivo, produção, logística, armazenamento, distribuição, compra e venda e, para manter essa estrutura de comércio de conduta ilícita, fez-se necessário a utilização da violência tornando-a parte integrante do processo.

A criação da mais antiga ORCRIM, o Comando Vermelho, segundo Amorim (2011), remonta à década de 1970 no estado do Rio de Janeiro. Disputas violentas entre os presos custodiados em diversas galerias do Instituto Penal Cândido Mendes, situado na Ilha Grande, município de Angra dos Reis/RJ, resultaram na criação de uma das maiores organizações brasileiras.

Figura 1 - Símbolo do Comando Vermelho



Fonte: Souza (2015, p. 1).

Amorim (2011, p. 50) defende que a criação do Comando Vermelho decorre de revoltas pelo tratamento dispensado aos presos, na unidade prisional do Instituto Penal Cândido Mendes, pelos militares que a comandavam.

As grades têm a ferrugem das décadas. E muitos lugares ainda exibem cicatrizes das incontáveis rebeliões e incêndios. O Cândido Mendes tem segredos: mortes violentas, estupros, o preso contra o preso, a guarda contra todos. Porque essa é uma cadeia de muitos horrores. É a mais pobre de todo o sistema carcerário do estado do Rio. Faltam comida, colchões, uniformes para os presos, cobertores para um inverno de ventos frios que vêm do mar. Faltam armas e munição para os soldados - e é comum que eles mesmos as comprem em caráter particular. Papel higiênico, aqui, é coisa de que nunca se ouviu falar. A cadeia, construída para abrigar 540 presos, está superlotada. Os 1.284 homens encarcerados ali no ano de 1979 se vestem como mendigos. Lutam por um prato extra de comida. Disputam a fachada um maço de cigarros ou uma "bagana" de maconha. Cocaína e armas de fogo podem ser razões para um motim.

As alas da penitenciária eram divididas por galerias apelidadas de falanges e a cor vermelha, que mais tarde seria usada pela organização para composição do nome, fazia referência à cor utilizada nos prontuários dos presos políticos da Falange da Lei de Segurança Nacional (LSN).

Lá pelo meio do ano de 1975, a comissão da Falange LSN já tinha alcançado certo reconhecimento oficial. Pôde inclusive divulgar no exterior uma carta denunciando a morte por espancamento de dois detentos. Espancamento - é claro - praticado pelos guardas. Para contrabandear o documento, eles foram ajudados por parentes dos presos políticos, que tinham feito amizade com familiares dos presos comuns. Uma cooperação que provavelmente encerrou um largo período de proximidade entre eles. Um dado é fundamental para entender o modo pelo qual o núcleo que deu origem ao Comando Vermelho foi ganhando a confiança do conjunto dos prisioneiros: enquanto as demais falanges se organizaram em torno de seus próprios interesses - e geralmente pelo terror - o grupo do "fundão" se esforçava para melhorar as condições carcerárias e reprimia o crime entre os próprios criminosos. Ironias da história (AMORIM, 1994, p. 61).

No ano de 1979, o Comando Vermelho promoveu uma onda de violência na Penitenciária da Ilha Grande, e no dia 17 de setembro assumiu o poder sobre os grupos menores. Após controlar os conflitos e como forma de desarticular o grupo que se formou e que estava crescendo, a administração penitenciária resolveu transferir os presos apontados como líderes da organização. Ainda de acordo com Amorim (1994), ao invés de diminuir a força do Comando Vermelho, as transferências contribuíram para que a organização fosse implantada em outras prisões cariocas.

A incredulidade das autoridades estaduais tem um preço: a experiência do "fundão" vai ser levada a todas as instituições penais. O braço da organização vai se estender ao redor dos quatorze mil presidiários do estado do Rio de Janeiro, especialmente porque a direção do sistema penal comete um erro muito grave, transferindo para outras unidades carcerárias alguns dos líderes do Comando Vermelho e muitos dos seus inimigos. Momentaneamente, a população da Ilha Grande se reduz - mas a repercussão da matança aumenta. As novas e mais radicais palavras de ordem do Comando Vermelho são ouvidas em todas as cadeias: 1. Morte para quem assaltar ou estuprar companheiros; 2. Incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua, porque a rivalidade entre quadrilhas não pode perturbar a vida na cadeia; 3. Violência apenas para tentar fugir; 4. Luta permanente contra a repressão e os abusos (AMORIM, 1994, p. 77).

O Comando Vermelho, tomando contornos de organização, ditou regras e normas para proteger os integrantes e fazer frente ao Poder Estatal na Penitenciária da Ilha Grande, logo depois, estendeu seu controle e área de atuação para as prisões, comunidades de todo o Rio de Janeiro e, em seguida, para outros estados brasileiros.

Figura 2 - Instituto Penal Cândido Mendes



Fonte: Rocha (2019).

O surgimento do Primeiro Comando da Capital, organização criminosa que motivou a rebelião estudada nesta dissertação, teve como cenários as penitenciárias paulistas na década de 1990. Existem divergências em torno da sua constituição, pois há uma divisão entre a cúpula dos membros fundadores e versões distintas, porém o ponto comum que motivou sua criação foi a reação a um incidente envolvendo policiais e presos durante o controle de uma rebelião.

Segundo Barcelos (2020), em outubro de 1992, durante o processo de contenção de uma rebelião que ocorria na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru, policiais militares foram responsabilizados pela morte de mais de uma centena de presos, tal incidente recebeu o nome de “Massacre do Carandiru”.

Após o incidente, um grupo de oito presos, dentre eles José Márcio Felício (conhecido como “Gelêião”), idealizou uma organização, fortalecidos pela necessidade de união entre os encarcerados para combater o poder imperativo do Estado dentro do sistema prisional paulista, ideais semelhantes aos que levaram à criação do Comando Vermelho.

O nome da organização deriva-se de um time de futebol criado para uma competição entre presidiários do Centro de Custódia e Tratamento de Taubaté. O Centro abrigava presos de Taubaté/SP, das imediações e presos que foram transferidos da Capital. Após o término de um jogo de futebol, os presos do interior arremessavam a bola contra uma parede e por meio de gestos e palavras associavam a bola às cabeças dos presos vindos da capital paulista.

Figura 3 - Centro de Custódia e Tratamento de Taubaté



Fonte: Codazzi e Alves (2019).

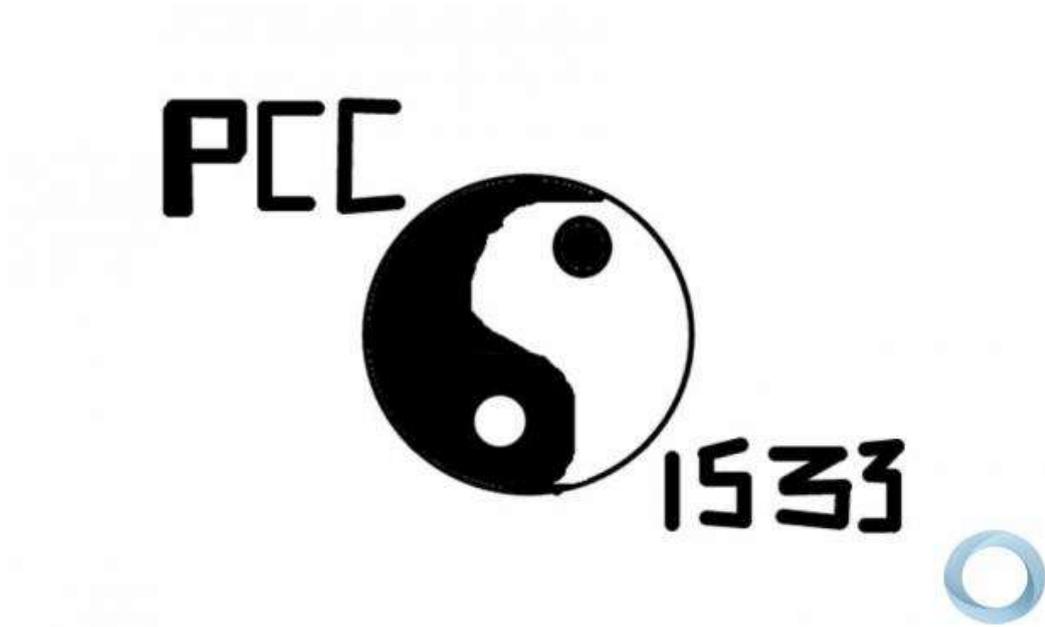
Após algumas transferências de celas dentro do presídio ocorreu um agrupamento dos presos da capital, os fundadores do PCC, e para vingar-se das provocações motivadas pelos chutes na bola, os mesmos organizaram uma matança contra os que se declararam rivais do grupo, conforme descreveu José Márcio Felício em matéria veiculada pelo Uol Notícias, de Adorno e Costa (2019, p. 1):

Assim que entraram no pátio, ficamos em posição e começou a matança com os companheiros na ativa. Com um soco estourei a cabeça do Garcia. Os demais colocaram linhas no pescoço do Severo e o enforcaram no meio do pátio. Assim aconteciam as primeiras mortes em Taubaté. Tudo está registrado na delegacia e no processo, no qual recebemos a condenação a 32 anos de prisão. Após as mortes, chamei todos no meio da quadra e ali com as mãos sujas de sangue, falamos: Aqui neste momento está fundada a facção PCC, Primeiro Comando da Capital. Vamos combater os corruptos e os opressores do sistema prisional.

Após o brado de José Márcio Felício, a organização foi tomando corpo e volume. Tendo como ponto de partida a Penitenciária de Taubaté, o grupo foi crescendo e se capilarizando nas prisões paulistas, controlando o interior das prisões, arrebatando integrantes que partilhavam da mesma visão e a cada motim orquestrado a área de atuação e domínio se expandia.

A ORCRIM constituída definiu como marca o símbolo japonês Yin-Yang, a sigla PCC e a numeração 1533 (em alusão à posição das três letras que a compõe no dicionário).

Figura 4 - Símbolo do PCC



Fonte: Woloszyn (2012, p. 1).

Com o intuito de mitigar a organização, que já tinha grandes dimensões, os órgãos da segurança pública paulista negociaram e transferiram os fundadores do PCC para prisões em outros estados. Segundo Woloszyn (2012), mesmo desarticulada, a organização manteve-se no compromisso assumido entre os membros de implantar o PCC por onde passassem, utilizando como bandeira o combate à corrupção e a luta contra espancamentos de presos, mesmo que para isso fosse necessário matar oponentes para que os ideais do grupo fossem cumpridos.

Assim, a organização foi sendo implementada região à região, obedecendo os preceitos firmados em seu estatuto (lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo). Alguns membros foram transferidos para penitenciárias do Paraná e, conforme Adorno e Costa (2019), criaram uma ramificação da organização, o Primeiro Comando do Paraná (PCPR).

Outros integrantes foram transferidos para penitenciárias em Mato Grosso do Sul, e para que os mesmos não permanecem em contato, foram alojados em penitenciárias de Dourados e Campo Grande. Dentre eles, Geleião, que teve como destino inicial a então Penitenciária Harry Amorim Costa (PHAC), em Dourados, hoje Penitenciária de Dourados (PED). No local, mobilizou os demais presidiários convertendo-os a seus seguidores e, devido à influência que exerceu sobre os presos, foi necessário sua transferência para a sede da Polícia Federal (PF), em Campo Grande.

Como a carceragem da PF possuía somente celas destinadas a presos em trânsito, Geleião foi transferido para a PSMCG, atualmente Penitenciária Jair Ferreira de Carvalho (PJFC), frustrando na época o planejamento da administração carcerária de Mato Grosso do Sul de isolar os líderes do PCC (ADORNO; COSTA, 2019).

Após o reencontro das lideranças em Campo Grande, a ramificação da organização fortaleceu-se. Ao se deparar com presos que se opunham aos seus ideais e que já comandavam a criminalidade na PSMCG, assassinou lideranças existentes e assumiu o controle da penitenciária. Nascia o Primeiro Comando de Mato Grosso do Sul (PCMS).

No dia 17 de janeiro de 2000, fui retirado da Polícia Federal e levado para a prisão de segurança máxima de Campo Grande, onde estavam Cesinha e Mizael. Os irmãos já tinham dominado e batizado os presos. Alguns não aceitavam porque tinha um cara que era líder e não queria perder a liderança. Então a solução era matar ele. Era ele ou nós. Acabei então matando ele. Fui condenado a 8 anos e 8 meses por este homicídio. Depois da morte, chegamos ao domínio total. Chamamos todos e fundamos o Primeiro Comando do Mato Grosso do Sul (ADORNO; COSTA, 2019, p. 1).

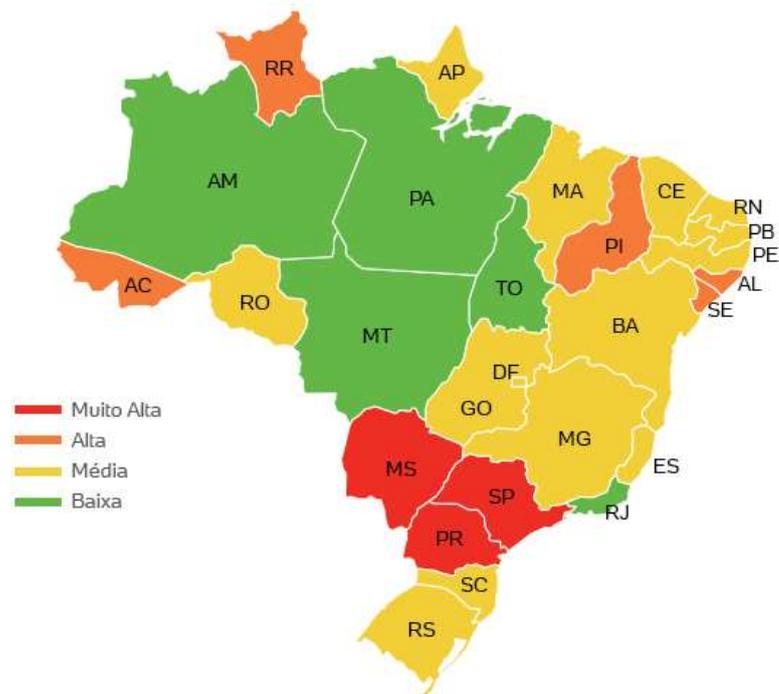
Após ter se instalado em três estados vizinhos, a partir dos anos 2000, o PCC passou também a controlar a criminalidade fora do ambiente prisional. Manso e Dias (2017, p. 16) afirmam que a partir da popularização dos aparelhos celulares, a organização conseguia articular as ações com líderes de outros estados e pessoas livres que se encontravam a serviço da organização.

Foi no início dos anos 2000 que a facção começou a organizar também a cena criminal do lado de fora das prisões, nas “quebradas” onde o mata-mata ainda acontecia em grande quantidade. Neste período, a popularização dos celulares ofereceu uma ferramenta de comunicação entre lideranças de dentro dos presídios para se articular com o lado de fora e com as lideranças em outros estados (MANSO; DIAS, 2017, p. 16).

A facilidade de comunicação em tempo real entre os presidiários e integrantes livres teve papel fundamental na articulação de várias ações do PCC, inclusive no planejamento de rebeliões, motins e atentados, que poderiam ocorrer ao mesmo tempo, em diversas prisões e cidades que se encontravam sob seu domínio.

Manso e Dias (2018) consideram o PCC como a maior organização criminosa brasileira, que possui quase 30 mil membros sob seu comando, dentro e fora das prisões, controla o sistema prisional em oito estados, além de lutar pelo controle de mais treze estados e do Distrito Federal.

Figura 5 - Mapa de influência do PCC



Fonte: Adorno e Costa (2018).

No mapa acima é possível identificar que Mato Grosso do Sul é território em que o PCC exerce grande influência. A região possui uma característica natural que facilita o crescimento e proliferação do crime organizado. O fato de ser vizinho do Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, além de suas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia transformou o estado em uma das principais rotas brasileiras para escoamento do tráfico internacional de narcóticos.

Conforme Abreu (2017, p. 24-25), essa característica de rota de escoamento de drogas remontam aos anos de 1970.

Uma das hipóteses é de que seus primórdios datam da década de 1970, quando vendedores ambulantes, chamados sacoleiros, passaram a levar a droga – na época, maconha – junto com produtos contrabandeados, como roupas, cigarro e uísque, do Paraguai até São Paulo, passando pelo interior. Documento de 1972 do serviço de inteligência do Exército já citava uma rota do contrabando e do narcotráfico entre Três Lagoas (MS) e Bauru (SP), inclusive com o transporte de drogas por ferrovias. Seis anos depois, outro relatório confidencial do Cisa, o setor de inteligência da Aeronáutica, apontava para “uma possível rede de tráfico de cocaína” na região de Araçatuba (SP). De acordo com os papéis, um “piloto de garimpo” faria o transporte de Corumbá (MS) até a região por meio de um Piper, monomotor de asas altas comum na época. “O pessoal do aeroporto sempre vê chegar com ‘saquinhos de couro’ do tamanho aproximado de sacos de 1 quilo de açúcar”, afirma o documento, um dos primeiros a descrever a rota caipira.

Assim, o controle das rotas sul-mato-grosenses do tráfico tornou-se um negócio lucrativo para o PCC e fator preponderante para manter a hegemonia da distribuição de drogas e armas nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste brasileiras, grandes mercados consumidores de seus produtos.

Figura 6 - Mapa de Mato Grosso do Sul



Fonte: Rod (2010, p. 1).

No mapa acima é possível identificar as diversas regiões fronteiriças que fazem divisa com Mato Grosso do Sul, desde fronteiras internacionais com a Bolívia e o Paraguai, bem como os limites estaduais com Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, reforçando o pensamento de Abreu (2017) sobre as rotas de tráfico que utilizam o estado como portão de entrada.

Vale ressaltar que além do PCC, o Comando Vermelho também exerce influência na região fronteiriça e nas prisões de Mato Grosso do Sul, com menor quantidade de membros, mas com constante tensionamento. Além do PCC e do CV, existem outras ORCRIMs brasileiras criadas a partir de prisões, algumas já extintas. São exemplos no Sudeste, as próprias Falanges da Ilha Grande, berço do Comando Vermelho e a Seita Satânica oriundas das penitenciárias paulistas como Carandiru e Franco da Rocha.

Figura 7 – Índice de apreensão de drogas em Mato Grosso do Sul



Fonte: Portal do Governo de Mato Grosso do Sul (2020).

Em outras regiões brasileiras existem várias organizações criminosas que tentam dominar os territórios pelo emprego da violência, normalmente criadas em oposição ou como braços do PCC e do CV. Os presídios do Distrito Federal sofrem a influência da ORCRIM Paz, Liberdade e Direito, PLD, criada após a chegada de um dos líderes nacionais do PCC. Presos dissidentes do PCMS criaram o Primeiro Comando da Liberdade (PCL) para fazer frente ao avanço do PCC em Mato Grosso do Sul.

Em Pernambuco, como uma rede de apoio ao CV, existe o Comando do Norte (CNN). Na região Norte, o comando das penitenciárias é feito pela Família do Norte, FDN, ORCRIM criada para impedir o avanço do PCC e o acesso a países produtores de drogas que fazem fronteira com o Brasil na região, como a Colômbia. Inclusive, em 2019, a FDN, em uma demonstração de força frente ao PCC, promoveu uma onda de ataques violentos nas penitenciárias de Manaus, resultando na morte de 55 presos, como afirma Barcelos (2020, p. 69-70):

Em maio de 2019, os presídios de Manaus (AM) também foram palco de motins que deixaram 55 sujeitos, que estavam em situação de privação de liberdade, mortos em sua maioria por golpes de armas brancas ou asfixia, em virtude da disputa interna da organização criminosa Família do Norte (FDN), que, depois de derrotar o Primeiro Comando da Capital (PCC), se dividiu em duas frentes na busca de sua liderança.

Nessa perspectiva, retomando a tipificação legal da ORCRIM enquadra-se na qualidade de crime formal, uma vez que apenas sua constituição, para obter qualquer tipo de vantagem, já é considerado um crime. Neste sentido, Nucci (2015) ensina que mesmo que não exista a necessidade de prática criminal, para a configuração de uma ORCRIM, pode ser observado que a realização de delitos e de desordem têm sido marcas das organizações brasileiras, que extrapolaram as fronteiras das prisões e tomam territórios, cidades e estados.

1.4 PRISÃO

O hábito de punir indivíduos que praticavam atos ou que possuíam condutas que divergiam das convenções sociais aceitas sempre esteve ligado à trajetória humana. Tendo início nas cisternas, onde os hebreus alojavam seus prisioneiros até os modelos atuais da privação de liberdade. Sobre essa evolução, Amaral (2016, p. 23) afirma que:

O significado jurídico, o regime, os fins e a estrutura das prisões variam enormemente desde a primitiva cisterna, onde os hebreus jogavam os prisioneiros. Essa alta variação – ainda que tenha exigido longos períodos de tempo – projeta na atualidade uma determinada representação jurídica e política.

O autor complementa que o conceito de prisão teve perspectivas e aplicações diferentes, que variaram na Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna. Na Antiguidade, a prisão não foi utilizada para cumprimento de pena, mas como um local onde os presos aguardavam sua sentença. Para que os indivíduos não fugissem antes do julgamento eram colocados em calabouços e masmorras insalubres. Na época era utilizado o princípio da Lei de Talião, um tipo de sistema punitivo com uma aplicação rigorosa da pena, na qual o fato acontecido teria de ser reparado com as mesmas características e proporções (AMARAL, 2016).

Na perspectiva de Salla (1999), o objetivo da prisão na época ultrapassava a punição, ou seja, o objetivo era dirimir os atos que contrapusessem as normas sociais estabelecidas, e não na reintegração ou na recuperação do preso.

Na Idade Média, segundo Amaral (2016), a Lei de Talião começou a dar espaço a aplicação de penas de privação de liberdade, castigos corporais e substituição da pena pela liberdade mediante pagamento. Já na Idade Moderna, as revoluções sociais começaram a

questionar a eficiência dos suplícios como forma de conter a criminalidade e surgem assim as sugestões para a prisão como pena privativa de liberdade, forma de empregar o sofrimento ao indivíduo que praticasse crimes.

A prisão supera o estágio de punição, recebendo a função de recuperação da conduta do indivíduo. A pena passa a ser cumprida em local específico, com condições dignas de recuperação. Foucault (1977, p. 198-199) dedica-se ao estudo das prisões e da violência a partir delas, enquanto instituições/técnicas disciplinares. Ele entende que a prisão representa um ambiente regido pela preocupação com a disciplina e a segurança, afinal representa o rigor para aplicação das penas propostas pela justiça.

Instituições completas e austeras”, dizia Baltard. A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar”. Além disso a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica.

Para o autor, o modelo prisional implantado na Idade Moderna caracteriza-se pela modelagem do corpo do aprisionado às técnicas de controle de suas operações, mediante exercício do poder disciplinar. Essa disciplina, segundo Foucault (1977), constitui o processo de domar, domesticar, dominar, cujo objetivo é transformar e moldar, mediante utilização de técnicas de controle de poder.

Na era industrial, os castigos corporais e do trabalho forçado foram abolidos devido à demanda de mão de obra livre, pois as guerras haviam atingido as sociedades, contribuindo assim para a diminuição da aplicação da pena de morte. A falta de mão de obra no século XIX atrapalharia a implementação do capitalismo e essa mudança de paradigma resultou no surgimento da detenção como forma de punição (FOUCAULT, 1977).

Segundo Maia *et al.* (2009), os registros iniciais de prisões brasileiras são encontrados na Carta Régia de 1769, que determinava a implementação de uma casa de correção no município do Rio de Janeiro. Em São Paulo existia um local chamado cadeia, construída na década de 1780. Ela explica que eram enviadas para lá as pessoas que cometiam infrações e crimes, incluindo escravos. Os indivíduos ficavam presos enquanto aguardavam a sentença, que variava de açoite a exílio.

A Constituição brasileira de 1824⁹ estabeleceu uma mudança nas prisões. A partir de sua sanção, as prisões deveriam possuir segurança, com celas limpas e arejadas, onde os presos deveriam ser alojados de acordo com a natureza dos crimes por eles praticados. Com o Código Criminal de 1830¹⁰ surgem as prisões com celas individuais e oficinas de trabalho, com arquitetura própria para cumprimento da pena.

A necessidade de tornar o cumprimento da pena privativa mais humana, uma vez que o isolamento era muito rigoroso, segundo Amaral (2016), levou a uma modernização do regime, dando lugar aos sistemas progressivos de cumprimento da pena.

Já no século XX, o Código Penal Brasileiro previa a incorporação do sistema penitenciário progressivo. Levando em consideração o comportamento, a conduta e a qualidade do trabalho desenvolvido pelo preso, a pena seria dividida em estágios que deveriam ser percorridos até o alcance final da liberdade. Esse sistema, embora tenha passado por modificações, possui mais similaridade com o sistema penal brasileiro atual.

O sistema progressivo para cumprimento da pena, de acordo com Amaral (2016), pode ser explicado utilizando três setores: o de prova para a generalidade dos detentos; o de punição; e o de recompensa para os que apresentam melhora do comportamento. Ou, ainda, mediante quatro fases: período de intimidação (privação de relações); período de trabalho (acolhido como recompensa após o período de ociosidade); regime de moralização; e período de trabalho em comum.

Responsável pela etapa final no cumprimento de penas imposta pela prática de atos delituosos, a junção entre instalações físicas e profissionais de áreas da segurança, médica e de assistência social, compõem o que é conhecido por sistema penitenciário. Ao sistema penitenciário são imputadas tarefas no trato com a população aprisionada: o afastamento do indivíduo preso do contato com a sociedade, controle e disciplina da população aprisionada, zelo e cuidados com a higiene e saúde, física e mental, educação e atuação nos diversos momentos do cumprimento das penas.

Durante o período em que o indivíduo permanece preso, o sistema penitenciário corrobora, com as outras forças de segurança estatais, para a manutenção de um ambiente de paz e de segurança social, enquanto o indivíduo passa por um processo disciplinador que objetiva mitigar as intenções na prática de atividades delituosas e para que não volte a cometê-las após seu retorno ao convívio em sociedade.

⁹ Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824;

¹⁰ Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal.

O ambiente prisional é alvo de uma constante dicotomia e as funções carcerárias, por vezes, representam um conflito entre os procedimentos de disciplina, de segurança e as atividades de ressocialização (trabalho, estudo, capacitação), prejudicando a destreza que esse delicado processo requer. Somado a isso, constata-se celas superlotadas, instalações físicas precárias e insalubres, deficiência ou inexistência de programas voltados para a capacitação profissional e reinserção dos indivíduos, bem como deficiência no quadro de servidores penitenciários. Aliás, a questão da falta de pessoal frente à quantidade de presos e de tarefas que a ressocialização exige, afetam os índices de ressocialização, visto que as rotinas de segurança e disciplina se sobressaem às demais, deixando as rotinas de ressocialização renegadas a um segundo momento.

As ações para combate à criminalidade brasileira não atuam nas causas do problema, preocupam-se em atenuar as consequências e utilizam o encarceramento para fazê-la. Os espaços prisionais brasileiros que deveriam preparar o indivíduo para o retorno social, na maioria das vezes serve para potencializar as características criminosas do indivíduo.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (INFOPEN, 2020), a falta de estrutura e a superpopulação são os principais problemas no sistema prisional. Em dezembro de 2019, o sistema penitenciário brasileiro custodiava 748.009 pessoas em 312.925 vagas, representando uma taxa de ocupação de 239,03% e um deficit 435.084 vagas. A população prisional brasileira, entre os anos de 2000 e 2019, subiu de 90 mil para mais de 726 mil, ou seja, um crescimento de mais de 300%, como mostra abaixo.

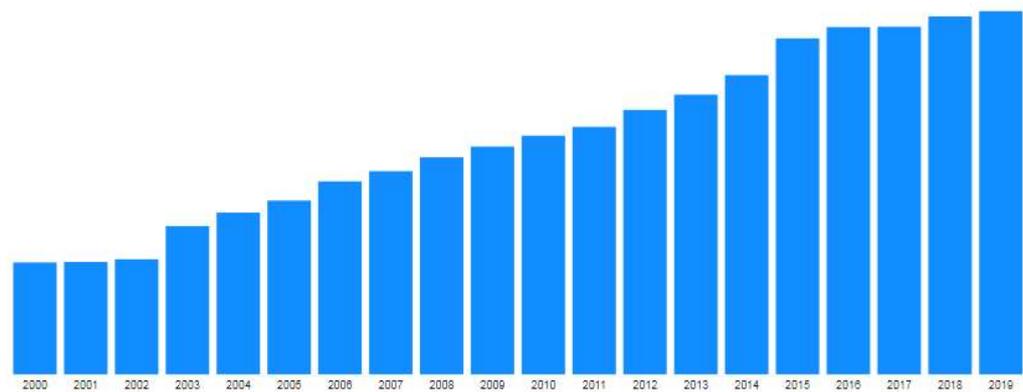
Figura 8 - Evolução da população prisional brasileira



População Prisional por Ano

Período de Julho a Dezembro de 2019

População Privada de Liberdade por Ano



Fonte: INFOPEN (2020, p. 1).

Assim, o sistema penitenciário, por vezes, acaba se tornando um espaço de aprendizagem e de aprimoramento criminal. Questiona-se assim sua função de preparação e reabilitação do indivíduo para o retorno ao convívio social redimido de sua conduta delinvente e com condições de afastar-se da criminalidade.

Uma pesquisa da Pastoral Carcerária - organizada por Valente (2018) - que recebeu o nome de *Luta antiprisional no mundo contemporâneo*, levantou que a população carcerária brasileira é a terceira maior do mundo e cresce em ritmo acelerado, formada em sua maioria por homens e negros que adentram à criminalidade desde muito jovens. Ao serem presos, estes são submetidos a maus tratos, alojados em condições precárias e sem condições dignas físicas e psíquicas para redimir-se de suas condutas.

Mais de 725 mil pessoas presas, crescimento de 460% em 22 anos, 3ª maior população carcerária do mundo, a maioria é jovem e negra, a população feminina, ainda bastante menor, cresce em ritmo maior do que a masculina, as vagas para atividades educacionais e produtivas são ínfimas, a superlotação é crônica, as denúncias de maus tratos e tortura recorrentes, as condições de indignidade psíquica e material são determinantes à redução da expectativa de vida e sentenciam milhares à morte anualmente, etc.: não faz muito tempo que a assim chamada “questão prisional” adquiriu uma diagnose crescentemente pormenorizada e preliminar de copiosos documentos, relatórios e análises “especializadas”, governamentais e “não-governamentais”, que vêm se atulhando nas últimas décadas (VALENTE, 2018, p.10).

Cada estado brasileiro é responsável por seu sistema de segurança, Polícia Judiciária, Polícia Militar e Sistema Penitenciário. À União cabe o papel de distribuição de recursos financeiros, não exercendo atividades de controle sobre os sistemas de segurança estaduais.

Porém, o Governo Federal, possui seu próprio sistema penitenciário, ligado ao Ministério da Justiça, com penitenciárias de segurança máxima, para as quais são destinados os presos de alta periculosidade e lideranças ligadas ao crime organizado, mantidos em um sistema chamado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), um isolamento severo onde cada indivíduo pode permanecer até 360 dias. “O DEPEN possui cinco penitenciárias espalhadas pelo território nacional: Catanduvas/PR, Campo Grande/MS, Porto Velho/RO, Mossoró/RN e Brasília/DF” (BARCELOS, 2020, p. 81).

Em Mato Grosso do Sul, o sistema penitenciário comandado pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciária (AGEPEN-MS), fundada em 1979. “Em 2002, o DSP passou a ser chamado de Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, alteração feita pela Lei 2.152, de 26 de outubro de 2000” (BARCELOS, 2017, p. 45).

A AGEPEN-MS possui 44¹¹ unidades prisionais de segurança mínima, média e máxima, distribuídas em 20 cidades e os servidores penitenciários realizam atividades de segurança e custódia, escolta, intervenção tática, psicologia, assistência social, administração e finanças.

1.5 REBELIÕES PRISIONAIS

As rebeliões prisionais contemporâneas ocorrem como forma de protesto por melhores condições de sobrevivência, alimentação adequada, atendimento médico, como uma forma de pressionar e fazer frente às ações empregadas pela administração pública ou até para mostrar força e controle sobre a massa carcerária.

Segundo Salla (2006, p. 279), os estudos sobre rebeliões em prisões tiveram início na década de 1950, nos Estados Unidos. Para o autor, as rebeliões que se tornaram objeto de estudo, foram motivadas por aspectos da vida dos presos, como falta de investimento, insalubridade, superlotação, tratamento indevido pelos corpos de segurança e falta de trabalho.

A eclosão dessas rebeliões era explicada por fatores que atuavam isoladamente ou em conjunto, tais como, o suporte financeiro insuficiente, indiferença pública e oficial, pessoal desqualificado, ociosidade forçada dos presos, ausência de programas

¹¹ AGEPEN/MS. Disponível em: <<https://www.agepen.ms.gov.br/historico/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

profissionais, tamanho excessivo das prisões, superlotação, motivações políticas da administração prisional, práticas imprudentes (incompetentes) de livramento. Porém a constatação de tais aspectos não avançava na direção de uma compreensão mais profunda das raízes desses eventos.

No Brasil, as rebeliões em prisões tornaram-se fruto de estudo após o final da ditadura militar, no início dos anos 1980, quando o país passava por uma recuperação democrática. Segundo Salla (2006), as rebeliões brasileiras podem ser agrupadas em três períodos: ocorridas até o início de 1980, depois de 1980 até 1992, e após 1992.

O autor explica que as rebeliões ocorridas até o início de 1980 eram levantadas a partir de reivindicações referentes à questões físicas, como a precariedade das instalações, alimentação inadequada ou insuficiente e maus-tratos. O segundo período compreende a década de 1980 e culmina com o incidente do “Massacre do Carandiru”, período pós-redemocratização em que ocorria uma mudança no perfil das políticas penitenciárias, mudança essa encarada com resistência pela administração penitenciária e policial. O terceiro momento foi marcado por problemas do Estado no controle penitenciário e, por consequência, na contenção da atuação de grupos criminosos que se expandiam dentro dele.

Assim, desde os anos 90, as rebeliões no Brasil tem sido provocadas, muitas vezes a partir de disputas entre grupos organizados que usam a rebelião como instrumento de desordem para acerto de contas, para matar lideranças rivais, para vingar mortes de companheiros em outras prisões para repactuar as relações entre os grupos criminosos e, por vezes, entre eles e o *staff* (SALLA, 2006, p. 287).

O autor ainda acrescenta que o crescimento e o fortalecimento do crime organizado serviram de alicerce para construção de um cenário propício para o surgimento de reivindicações, protestos, motins e rebeliões ocorridas nas últimas décadas.

Segundo Manso e Dias (2017), em 2001 o PCC já havia organizado uma rebelião de grandes proporções, em São Paulo, com adesão de 25 presídios e quatro cadeias, que recebeu o nome de “Megarebelião” e já demonstrava as proporções que a ORCRIM havia tomado em termos de articulação. Porém, foi no mês de maio de 2006 que o PCC mostrou um poderio organizacional, ao promover eventos de violência que não atingiram somente os ambientes prisionais paulistas, mas se estenderam para além das fronteiras de São Paulo, alcançando penitenciárias de Mato Grosso do Sul e Paraná. Tamanha foi a proporção da rebelião e das ações de violência nas ruas naquele 2006, que tornou-se assunto no Brasil e em diversos países do mundo.

Para Adorno e Dias (2016), um dos fatores preponderantes para a eclosão da onda de violência foi a cogitação da transferência de líderes e articuladores da ORCRIM, cujo

vazamento das informações relativas às transferências se deu pela compra de uma gravação que continha detalhes das transferências e outras informações fornecidas por delegados à CPI do Tráfico de Armas, na Câmara dos Deputados em Brasília, por advogados que defendiam réus ligados ao PCC na CPI.

Como parte da estratégia de demonstração de poder e organização, o grupo orquestrou, executou e coordenou ataques a agentes de segurança pública, destruiu instalações físicas e outros materiais das penitenciárias e vitimou presos que se opunham aos ideais do PCC.

Com bandeiras e faixas expondo a sigla da facção a cada rebelião que agora ocorria, o PCC transbordava os limites das muralhas. O impacto foi tão grande que surpreendeu os secretários da Administração Penitenciária e da Segurança Pública. Assim, o PCC deixava de ser uma questão a ser tratada no reservado do sistema prisional como uma questão secundária, para ser protagonista das ações da segurança pública. Alguns dias depois da megarrebelião, a revista *Veja* publicou uma reportagem com a manchete “Eles tomaram o poder” com observações muito interessantes. Destacam a ousadia da organização e o uso de parentes. Essa avalanche de informações sobre um poderoso e perigoso grupo, não era conhecido fora do ambiente da marginalidade, chocou a sociedade e ganhou a mídia do mundo todo. A partir desse momento, a ação do Estado para conter esse movimento passa a ser cobrada (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017, p. 52).

Segundo os autores, o PCC, na rebelião de maio de 2006, além de coordenar as ações do PCPR e PCMS, dentro e fora dos presídios, utilizou-se de ousadia ao fazer o uso de parentes, que foram convocados para comparecer aos presídios e ficarem retidos como reféns, enquanto ocorriam os motins (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017).

Deste modo, o discurso utilizado nas notícias e nos editoriais pelo *Correio do Estado*, envolvendo os fatos ocorridos em Mato Grosso do Sul, relacionados à rebelião de 2006 e suas consequências, contitui o objeto estudado nesta dissertação. Neste capítulo então, foram abordados os aspectos relativos a violência, sua relação com a cultura sul-mato-grossense e os fatores que envolvem assunto prisão e as relações sociais embricadas na mesma. No capítulo a seguir serão abordados os referenciais teóricos e metodológicos que serviram de subsidio para análise do *corpus* de pesquisa.

2. REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os referenciais teóricos e metodológicos utilizados para a construção da dissertação. Está dividido em três seções. O primeiro elemento do campo da comunicação que será abordado refere-se à ‘Notícia’ enquanto discurso jornalístico, na perspectiva de Marques de Melo (2003). Em seguida, serão abordadas as definições de ‘Gêneros e Formatos Jornalísticos’, suas características e fronteiras. Ao fim, será analisada a ‘Teoria do Enquadramento Midiático’, tanto o enquadramento primário (que tratará a violência como uma característica intrínseca no contexto social de Mato Grosso do Sul, um estado ruralista e com fortes características conservadoras), quanto o enquadramento técnico.

Os estudos e pesquisas centradas no campo da Comunicação se acentuam a cada década e pertencem a um campo em construção e em constante evolução. Uma das características mais evidentes nessa ainda juventude é o fato de que a Comunicação não é um campo independente de produção de conhecimento, como é a Linguística. Faz-se alusão a esta área porque nas propostas de análise de discurso, usando o enquadramento como metodologia, se reconhecem e aplicam também algumas abordagens semelhantes, não só teóricas da Linguística como também metodológicas e epistemológicas, com o intuito de estabelecer a base científica das análises, na qual sentidos e significados precisam ser descobertos e expostos.

A comunicação como processo humano impõe desafios para as relações sociais, sobretudo para a harmonia de tais relações, que são permeadas por vários significados e sentidos. Nestes desafios que se apresentam diante da sociedade, o contexto social não é só o meio, mas também objetivo da produção de sentidos, sendo esses desafios cada vez maiores e mais complexos. Atingir a chamada “verdade” nas coisas ditas constitui tarefa complexa, senão impossível.

Além disso, outras questões são levantadas, tanto das que interpretam com fins científicos, como dos sujeitos e instituições que produzem sentidos, inserindo o binarismo objeto-sujeito ou objetividade-subjetividade na produção de conhecimento destes fenômenos sociais. Com isto,

Quando se debate acerca do problema da objetividade e da subjetividade nas ciências sociais, um dos assuntos que comumente surgem é a diferença de estatuto epistemológico entre elas e as ciências naturais. A questão da objetividade, então, deveria ser vista diferentemente no âmbito das ciências da natureza e no âmbito das ciências sociais – também chamadas “ciências do homem” ou “ciências do espírito” (FOLLONI, 2014, p. 3).

Como segundo elemento na apresentação epistemológica desta pesquisa está o nível de intervenção do envolvimento do pesquisador no projeto e na análise. Este é um ponto-chave já que, levando em conta o binarismo objetividade-subjetividade, se faz notório que o pesquisador conheça o campo de ocorrência: o sistema prisional. Sobre isto,

A discussão sobre as relações entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa é um tema recorrente no campo do conhecimento nomeado como científico. Hoje é amplamente aceito que nenhuma área do conhecimento pode escapar das dificuldades produzidas pela subjetividade do investigador, pois este, ao escolher o objeto de sua investigação, já traz consigo a influência do seu contexto de inserção, de seus grupos de referência, de suas preferências intelectuais do momento e de suas idiossincrasias (SANT'ANA, 2010, p. 3).

Este processo chamado de tensão sujeito-objeto implica no fato de que o pesquisador pode se inserir na pesquisa até de forma inconsciente, demandando dele uma atitude de observação permanente para não atrapalhar a emergência dos verdadeiros significados, assumindo assim uma atitude de maior proximidade à objetividade da qual falam as ciências naturais, embora seja o fenômeno pesquisado pertencente às ciências sociais e humanas. “A implicação remete a elementos conscientes e inconscientes que perpassam as atitudes adotadas pelo investigador diante de seu campo de investigação, dos temas escolhidos, as relações que estabelece com os sujeitos sob os quais recai seu interesse, e assim por diante” (SANT'ANA, 2010, p. 3).

Cabe salientar que um dos motivos que levaram à escolha do objeto de pesquisa desta dissertação deve-se ao fato de que o autor da dissertação atua profissionalmente como servidor penitenciário na AGEPEN/MS, todavia durante as rebeliões das penitenciárias ocorridas no ano de 2006 ainda não fazia parte do quadro da segurança pública de Mato Grosso do Sul.

2.1 NOTÍCIA

A notícia remete a um conjunto de informações e dados e construída com base em fatos selecionados e a partir de critérios específicos. Sua produção envolve três etapas: fabricação, circulação e objetivação. Ainda de acordo com Sousa (2002, p. 9-10):

Notícia é o resultado da interação simultaneamente histórica e presente de forças de matriz pessoal, social (organizacional e extra-organizacional), ideológica, cultural, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos, tendo efeitos cognitivos, afectivos e comportamentais sobre as pessoas, o que por sua vez produz efeitos de mudança ou permanência e de formação de referências sobre as sociedades, as culturas e as civilizações.

O autor entende que tal produção envolve os processos da cadeia produtiva, como ideologia da empresa, linha editorial e atributos pessoais e profissionais do jornalista. Nessa etapa, alinhado com as ideias da empresa jornalística, ocorre a escolha de quais acontecimentos serão transformados em notícia. A circulação envolve o debate público produzido após o conhecimento da notícia e a objetivação - etapa final - dá-se quando os elementos noticiados são consolidados e se tornam parte da realidade social.

Segundo Fernandes *et al.* (2014), no processo de seleção dos fatos os jornalistas lançam mão de critérios de noticiabilidade para nortear a escolha: a característica do fato, julgamentos morais, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material, relação com as fontes e com o público, fatores éticos, circunstâncias históricas, econômicas e sociais.

Silva (2005) disserta que os critérios de noticiabilidade não são rígidos, nem universais e mudam de acordo com o tempo e com as circunstâncias do fato a ser noticiado. Para operacionalizar a noticiabilidade, os jornalistas utilizam os valores-notícia como parâmetro na avaliação dos fatos e sua possível conversão em notícia. Logo dois aspectos do valor-notícia tornam-se aparentes: sua caracterização como um critério de seleção e as próprias características do acontecimento, cuja identificação os tornariam potencialmente noticiáveis (como a rebelião no sistema carcerário de Mato Grosso do Sul, objeto desta pesquisa).

Para Marques de Melo e Assis (2020), a seleção é parte importante na escolha de quais fatos devem ser transformados em notícias. Caso essa triagem não seja realizada, corre-se o risco de produzir textos que não geram interesse ao leitor. Para o autor, nesse processo de seleção 10 critérios devem ser levados em consideração: proximidade, proeminência, consequências, raridade, conflito, idade e sexo, progresso, drama e comédia, política editorial e exclusividade.

Quadro 2 - Critérios de noticiabilidade

Proximidade	O homem considera-se o centro do mundo, com base nesse conhecimento o jornalista deverá selecionar os fatos que dizem respeito ao homem da sua comunidade. Fatos de interesse do leitor, seus interesses econômicos, sua saúde, melhorias da sua qualidade de vida, da sua educação, da sua segurança.
Proeminência	Diz respeito à posição ou valor social de pessoas, lugares, coisas, situações, organizações, cargos, ideias ou inventos a que os fatos dizem respeito ou fazem referência.
Consequências	Diante de um fato, o jornalista deve inferir as consequências ou efeitos que sua divulgação terá no ânimo do leitor e na vida da sociedade.
Raridade	Tudo o que seja diferente, raro, que desvie do comum, estranho, mesmo que não tenha importância, nem os personagens sejam figuras proeminentes.
Conflito	Partindo-se do pressuposto de que a vida do homem é um conflito, do nascimento até a morte, um constante batalhar é terreno fértil para o jornalismo. Campo vasto que vai de jogos a guerras e de crimes a pleitos políticos.
Idade e sexo	Características dos personagens envolvidos nos acontecimentos que influenciam diretamente no grau de interesse do leitor.
Progresso	Fatores que influenciam no progresso material, social e moral da comunidade e da humanidade tem valor jornalístico e desperta interesse do leitor.
Drama e comédia	Dramas e comédias que permeiam as relações cotidianas. Sentimentos de amor, ternura, piedade, admiração, ódio, despeito, inveja, desprezo, generosidade, egoísmo...
Política editorial	Orientação ideológica da empresa jornalística e do público ao qual o jornal se dirige.
Exclusividade	Relaciona-se com o juro jornalístico, divulgação exclusiva de um fato.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Beltrão *apud* Marques de Melo e Assis (2020, p. 29 a 33).

Assim, os fatos que possuírem os critérios de noticiabilidade acima garantirão sua escolha dentre outros fatos e que a notícia tenha maior aderência pelo leitor. Segundo Marques de Melo e Assis (2020), os fatos podem possuir um ou mais critérios de noticiabilidade.

No conjunto de textos analisados nesta pesquisa, vários dos critérios de noticiabilidade elencados na tabela acima estão presentes: proximidade, proeminência, consequências, raridade, conflito e drama. O somatório destes critérios fez com que a cobertura ganhasse destaque (11 textos opinativos, duas charges e 69 textos informativos), produzidos por 13 jornalistas, 13 fotógrafos e membros da sociedade.

Uma rebelião que ocorre nas maiores cidades de Mato Grosso do Sul é um fato noticiável que possui o fator proximidade interligado. O fato afeta interesses dos próprios presidiários e familiares, assim como trabalhadores da segurança pública e toda a população das cidades em que as penitenciárias estão instaladas.

A organização e engajamento produzidos pelo PCC para arquitetar e colocar em prática uma rebelião que assolou três estados diferentes na época, além de um exército de criminosos nas ruas, colocou em desvantagem a proeminência construída pelos corpos de segurança estatal em torno da contenção do crime organizado e da manutenção do clima de segurança do Brasil.

A divulgação das informações pela cobertura do *Correio do Estado* pode ter afetado o cotidiano da população, tendo como consequência uma situação de pânico social. A raridade de uma rebelião e de atentados ocorrendo em três estados diferentes, coordenados por uma ORCRIM, a partir de prisões, com emprego de violência foi uma demonstração dos contornos que a criminalidade havia tomado, vez que a maior rebelião que o PCC orquestrou - *Megarebelião* de 2001 - atingiu somente penitenciárias do estado de São Paulo.

Por fim, a carga de dramaticidade envolvendo o fato foi um dos critérios de noticiabilidade mais densos e presentes. Inúmeras pessoas feitas de reféns (incluindo mulheres e crianças), agressões, ameaças e humilhações a agentes penitenciários (na cidade de Dourados, um agente foi amarrado a um botijão de gás enquanto era mantido refém), familiares dos presos nas portas das prisões ávidos por notícias, desafetos do PCC temendo por suas vidas, parentes dos agentes mantidos reféns apreensivos com o desfecho das rebeliões, além da sociedade de uma forma geral preocupada com uma fuga em massa.

Conflitos, brigas, disputas internas e desentendimentos no interior das prisões são fatos costumeiros. No entanto, algo que ultrapassou os limites das muralhas e envolveu diversos setores da sociedade fizeram com que as notícias em torno das rebeliões prisionais cumprissem seu processo de objetivação, se tornando parte do debate público na época em Mato Grosso do Sul.

2.2 GÊNEROS E FORMATOS JORNALÍSTICOS

Os gêneros discursivos, nos quais os gêneros jornalísticos estão ancorados, estão relacionados a dois paradigmas da comunicação, o Formalista e o Funcionalista. Conforme Silveira (2005), esses dois paradigmas prevaleceram na linguística do século XX, o formalista atuando em como os elementos da língua são formados ou organizados e o funcionalista na investigação de como esses elementos e padrões são utilizados. Os gêneros trazem em sua

concepção raízes fortes fundamentadas na retórica, na linguística e na análise do discurso, divididos em duas classes e remontam a dois períodos específicos.

Para Grillo (2004) os gêneros primários originam-se do ato de falar, ou seja, da cultura oral, já os secundários, tem sua origem ligados à escrita e que aparecem em momentos de trocas culturais mais complexas e evoluídas, principalmente na forma escrita.

Os gêneros discursivos originam-se na retórica, entendida como a sistematização do conjunto de regras que constituem a arte do bem dizer. Em seu surgimento, faziam alusão à identidade dos textos, resultando na distinção das artes entre poesia, prosa, tragédia, comédia, etc, e não havia a distinção entre gêneros primários e secundários, os termos foram desenvolvidos posteriormente.

Segundo Silveira (2005), o mais antigo estudo sobre os usos do discurso remonta à Aristóteles, que baseado na identificação do ouvinte como um dos principais elementos dedicou-se a sistematização dos gêneros discursivos. Aristóteles classifica os gêneros retóricos em: deliberativos, no qual a assembleia aconselha ou reprova com base em valores estabelecidos; forense ou judiciário, em que juízes tem a intenção de defender ou acusar com base em acontecimentos passados; e demonstrativo, o qual o espectador elogia ou reprova fatos presentes.

Sobre esses gêneros, Aristóteles (2011, p. 53) argumenta:

O discurso deliberativo nos induz a fazer ou não fazer algo. Um destes procedimentos é sempre adotado por conselheiros sobre questões de interesse popular, bem como por indivíduos que dirigem as assembleias públicas a respeito de questões de interesse público. O discurso forense comporta a acusação ou a defesa de alguém [...]. O discurso demonstrativo ocupa-se do louvor ou da censura de alguém.

De outro modo, Bakhtin (2010) acredita que os gêneros são tipos relativamente estáveis de expressões linguísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas, que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura. No entanto, segundo o autor, os gêneros acompanham a evolução humana e tecnológica e, desta forma, podem ocorrer o surgimento de novos gêneros discursivos. Nessa perspectiva, o autor afirma que:

[...] a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado (BAKHTIN, 2010, p. 262).

As considerações do autor se tornam muito importante para as pesquisas na área de abordagem sócio-retórica, na qual sua perspectiva é vista como “verdadeiro marco referencial

para a revitalização dos estudos do gênero nessas duas últimas décadas” (SILVEIRA, 2005, p. 61). Na área da comunicação, seus aportes culminaram na constituição dos gêneros jornalísticos.

No Brasil, os estudos sobre os gêneros jornalísticos têm início a partir da década de 1960, com a trilogia publicada por Luiz Beltrão: *Imprensa Informativa (1969)*; *Jornalismo Interpretativo (1976)* e *Jornalismo Opinativo (1980)*. Outra contribuição significativa para o campo foi a Marques de Melo (2003).

Para Beltrão *apud* Marques de Melo e Assis (2020, p. 25), os textos pertencentes ao gênero informativo consistem em um relato puro sobre um acontecimento. Uma narrativa que objetiva levar ao conhecimento de outra pessoa, em uma versão mais próxima possível, um fato pertencente ao presente imediato ou ao passado, mas que tenha algum significado social.

No sentido humano, a informação é o ato de levar um fato ao conhecimento de outrem, uma função inata, comum a todos os racionais, uma vez que não se limita ao conhecimento e à transmissão daquilo que é percebido diretamente pelo indivíduo, do material, do imponderável, do interior envolto em mistério. A fim de que sua mensagem seja compreendida e dela resulte o entendimento desejado, o homem utiliza a forma mais simples de comunicação – a narrativa.

Marques de Melo (2003, p. 66) entende que o campo da comunicação é constituído por grupos processuais, organizados em modalidades de significado. No jornalismo, as mensagens se agrupam em classes, também conhecidas por gênero, que se subdividem em outras, denominadas formatos¹².

Existem tipos específicos de textos jornalísticos, que vão desde uma simples nota, caracterizada pela relevância e brevidade do fato, até a reportagem que representa uma descrição ampliada de um acontecimento e demanda uma pesquisa aprofundada de campo.

A distinção entre a nota, notícia e a reportagem está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público. A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e na televisão. A notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística. Por sua vez, a entrevista é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66).

¹² Melo (2003) propõe a seguinte classificação: pertencem ao gênero informativo as notícias, notas, reportagens e entrevistas; Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, charge e carta são formatos do gênero opinativo; Já os dossiês, perfis, enquetes e cronologia pertencem ao gênero interpretativo; As diversas histórias de interesse humano são formatos do gênero diversional e indicadores, cotação, roteiro e serviço são formatos do gênero utilitário;

Ainda de acordo com Marques de Melo (2003), a notícia é um texto que retrata um fato já acontecido. O processo narrativo ao descrever um fato responde aos questionamentos de Quintiliano¹³ (Que+Quem+Quando+Como+Onde+Por Que).

Marques de Melo e Assis (2020) ensina que uma notícia consiste em uma narração de fatos acontecidos ou na eminência de acontecer, sendo que no julgamento de quem a produz, interessa ou possui alguma importância para um público. Segundo o autor, os atributos da notícia são: imediatismo, veracidade, universalismo e interesse e importância. Sobre isso citam Assis e Marques de Melo e Assis (2020, p. 26-28):

1) O *imediatismo* é o que distingue a notícia da informação histórica, que é o relato de um acontecimento ou situação do passado. O jornal só se preocupa realmente com os últimos fatos, com o que ainda não é sabido de todos ou que está no momento, atuando na consciência coletiva. [...] 2) A *veracidade* é o atributo indissolúvel da notícia e está fixado no nosso conceito nas expressões “fatos ocorridos” ou “com possibilidade de ocorrer”. Jornalismo não se fundamenta em hipótese nem é ficção. [...] 3) O outro elemento característico da notícia é seu *universalismo*, desde que os fatos, as ideias e situações se registram em qualquer parte de atividade – humana, social e da própria natureza; em qualquer país ou latitude; tanto no material quanto no espiritual. [...] 4) O derradeiro atributo da notícia refere-se a *interesse e importância* que deve ter para o leitor. Este interesse é surpreendido e julgado pelo jornalista à base de certos princípios e normas que o seu aprendizado, sua capacidade, a sua experiência e a sua intuição profissional lhe ditam.

Narradas em uma espécie de pirâmide invertida, em um processo estilístico, as notícias dispõem primeiramente as informações mais importantes, seguidas de outros aspectos menos relevantes, privilegiando o clímax e evitando a cronologia.

A reportagem, por sua vez, é “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística”. Trata-se de um aprofundamento dos fatos que exigem descrições (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2020, p. 229).

O gênero opinativo surge com o próprio advento da imprensa, no qual folhas avulsas eram utilizadas na realização de propaganda de temas polêmicos da época.

O início do jornalismo de opinião remete à origem da imprensa. As folhas volantes, avulsos impressos que foram precursores do jornal, eram eminentemente opinativas, como as que circularam após a descoberta da imprensa de Johannes Gutemberg e fizeram propaganda, entre outros temas polêmicos, da Reforma da Alemanha e em outros países que se desligaram da ortodoxia da Igreja de Roma. Porém, logo a impressão dessas folhas opinativas nos territórios protestantes passou a ser controlada e monopolizada pela autoridade leiga e pela Igreja, impondo-se dupla censura –

¹³ Marcus Fabius Quintilianus, orador e professor de retórica, elaborou o chamado Heptâmetro de Quintiliano, um conjunto de perguntas que ao serem respondidas fornecem pistas sobre um determinado acontecimento: *Quis* – quem? *Quid* – que coisa? *Ubi* – onde? *Quando* – quando? *Quo Modo* – de que maneira? *Cur* – por quê? *Quibus auxiliis*” – com que auxílio (BARBOSA, 2010, p. 161).

governamental e eclesiástica, que ainda se confundiam com somente um instrumento de poder (SILVA, 2007, p. 22).

O gênero opinativo representa uma reação da empresa diante dos fatos, geralmente noticiados a partir dos textos informativos. “Nele as opiniões são difundidas, seja as próprias, seja as que lê, ouve ou vê” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 29). Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, charge e carta são formatos pertencentes a este gênero.

É no editorial que a empresa jornalística explicita sua opinião acerca dos acontecimentos por ela noticiados. Os fatos que mais afetam a sociedade, os problemas que interessam ao leitor, que se identifica com os ideais do jornal. Para Beltrão (1980, p. 52), o editorial é a voz da empresa jornalística.

O jornal é um catalisador de opiniões, um agente da consciência pública. Não é o que eu penso o que exprimo no editorial, mas o somatório de tudo que pensa uma expressiva parcela de opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal. Este pensamento que eu – como encarregado de colaborar e redigir o editorial – tenho que exprimir se origina na política editorial, ou seja, na linha filosófica-prática daquele grupo mantenedor e administrador do periódico.

O comentário funciona como uma espécie de explicação dada por um especialista para orientar o leitor. O autor emite suas próprias opiniões, sem ônus para a empresa jornalística. Para Marques de Melo e Assis (2020), o comentarista explica as notícias, circunstâncias e consequências. A opinião pode vir de forma implícita e o julgamento pode ser verificado de acordo com o raciocínio e argumentações do comentarista.

O artigo é um texto jornalístico no qual o autor, jornalista ou cidadão expressa alguma ideia ou imprime sua opinião acerca de determinado fato, “contém julgamentos mais ou menos provisórios, por ser escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando” (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2020, p. 216).

A resenha é a opinião de especialistas sobre determinados assuntos culturais e artísticos. A carta é o espaço em que o leitor expressa sua opinião sobre os fatos, embora qualquer indivíduo possa fazê-la, as cartas passam por um filtro, alinhado à orientação da política editorial do veículo. Para Marques de Melo e Assis (2020), os formatos relacionam-se aos fatos, mas em um momento posterior ao seu acontecimento.

Marques de Melo e Assis (2020) ensina que a coluna, texto publicado com regularidade, promove a divulgação da opinião de quem a redige, com estilo livre e pessoal, enquanto a crônica é um pequeno texto que emite opinião sobre fatos do cotidiano, noticiados no jornal. Ambos os formatos representam a opinião da comunidade ou dos estratos da sociedade aos quais o jornal se dirige.

A caricatura difunde a opinião do jornal por meio do uso da imagem, utilizando-se de sátira e humor.

Forma de ilustração que a imprensa absorve com sentido nitidamente opinativo. Sua origem semântica corresponde a ridicularizar, satirizar, e criticar, revelando uma tendência nitidamente oposicionista. Também pode ser exercida na forma de texto humorístico (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2020, p. 216).

A charge, por sua vez, na perspectiva de Marques de Melo (2003) é uma representação gráfica que objetiva criticar um fato ou acontecimento, já conhecido pelo público, com um alto poder de síntese, em alguns casos pode ter o peso de um editorial, pode ser apresentada em forma de imagens ou imagens e textos.

Nesta dissertação, como estratégia para delimitação do *corpus*, optou-se por analisar os editoriais dos textos do gênero opinativo. Os outros gêneros são o interpretativo, o diversional e o utilitário. “O jornalismo interpretativo é o objetivismo multiangular da realidade apresentado pelos agentes da informação pública para que os receptores analisem e julguem podendo assim agir de forma assertiva” (BELTRÃO, 1980, p.47).

Segundo Vaz (2013), o gênero diversional caracteriza-se pelo enriquecimento e recursos da narrativa da ficção, enquanto o utilitário atua na prestação de serviço ao leitor, às vezes gerando uma reação no receptor e que, geralmente, utiliza-se de seções próprias com repetições constantes a cada edição. Também se manifesta em reportagens que despertam a consciência do receptor com dicas sobre o que ele deve ou não fazer com aplicações financeiras, prevenção de doenças ou locais onde o público pode tomar vacinas, em caso de matérias sobre saúde.

No entanto, existe uma outra corrente de estudiosos, como Chaparro *apud* Marques de Melo e Assis (2020), que reflete sobre essa característica impermeável de forma e de conteúdo dos gêneros jornalísticos. Para eles, os gêneros não são unidades indivisíveis e com características que beiram a pureza. Nesse sentido, a ideia defendida é que os gêneros jornalísticos transbordam suas fronteiras e influenciam ou permeiam um ao outro, ou seja, existe opinião dentro da informação e informação dentro da opinião.

Chaparro *apud* Marques de Melo e Assis (2020) argumenta que face à dinâmica que o jornalismo viabiliza no mundo, não faz sentido compreender a ação discursiva do jornalismo com base da dicotomia e características da opinião *versus* informação e que este paradigma está ultrapassado.

Qualquer leitura de jornal ou revista de grande circulação deixa evidente que as fronteiras entre informação e opinião são distribuídas pela inevitabilidade da valoração jornalística, por sua vez influenciada pela interferência interessada e legítima dos vários sujeitos do processo – tanto do relato quanto no comentário da atualidade (CHAPARRO *apud* MARQUES DE MELO; ASSIS, 2020, p. 232).

Assim, o autor salienta que os textos jornalísticos são tecidos com traços de opinião e informação, pensados pelo profissional que o produziu, para que o mesmo alcance, além das intencionalidades do autor, a atenção do leitor. As classes de textos não se dividem, pelo contrário, se constroem com informação e opinião, “por se tratar de coisa impossível numa linguagem que tem por ‘dever de ofício’ recortar, informar e comentar o que de *mais importante* acontece” (CHAPARRO *apud* MARQUES DE MELO; ASSIS, 2020, p. 245).

Desta forma, o autor propõe uma classificação própria para descrever os discursos jornalístico, na qual podem ser divididos em dois grupos: o relato e o comentário. Segundo Chaparro (2020), o fazer jornalístico possui as ações de relatar a atualidade e comentar a atualidade, ambas com informação e opinião. O gênero relato divide-se em espécies narrativas: notícias, reportagem, entrevista, coluna, e em espécies práticas (roteiros, indicadores, agendamentos, meteorologia, consultas e orientações). O gênero comentário divide-se em espécies argumentativa: artigo, carta, coluna e, espécies gráfico-artísticas (caricatura e charge).

2.3 ENQUADRAMENTO

O referencial metodológico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa é a Análise de Enquadramento, proposta por Robert Entman (1993). A razão pela escolha da metodologia deu-se pelo fato de reconhecer que os jornais são detentores de competência técnica capazes de enfatizar ângulos e salientar temas que vão de encontro com seus padrões políticos, éticos, morais e ideológicos, elementos estes fundamentais para compreensão do objeto de pesquisa – o jornal *Correio do Estado*.

Na perspectiva de Silva (2015), a Análise de Enquadramento trata-se de um termo não uniforme semanticamente, com origens e abordagens diversas, já que o mesmo se associa e permite ser operacionalizado em campos nas ciências humanas e sociais, como psicologia, biologia, sociologia e nas ciências da comunicação.

Usada de forma progressiva nos estudos sobre processos de comunicação, as primeiras revisões intencionadas que reportam na literatura sobre a Análise de Enquadramento sugerem uma falta de clareza nos diversos usos do conceito, apontando uma dispersão quanto ao seu uso devido a sua dimensão adaptativa.

Por isso, entender fenômenos, ou atuar na pretensão de entendê-los, através de metodologia do enquadramento jornalístico, demanda a declaração de outros aspectos, como a noção de contexto, o nível de envolvimento do pesquisador/analista da informação na pesquisa e a nuance epistemológica na abordagem. Cabe assim dizer que existem pressupostos empíricos, racionalistas ou estritamente subjetivistas.

A ideia do enquadramento advém de estudos do campo da psicologia, iniciados por Gregory Bateson¹⁴, obtida na observação das relações entre seus pacientes, enquanto tentava compreender o fenômeno esquizofrênico aos quais eram acometidos. Silva (2015) explica:

Com a proposta de analisar a esquizofrenia e refletir a comunicação entre paciente e terapeuta, Bateson centrou-se na interação entre os indivíduos e a produção de mensagens metacomunicacionais – denominadas enquadres. Ele estudou a relação dos enquadres com os quadros de sentido, observando se eles atuavam como referência nas interpretações e ações dos atores envolvidos em cada situação (SILVA, 2015, p.25).

Na perspectiva de Mendonça e Simões (2012), baseado nas observações da interação, Gregory Bateson sugere a proposição do enquadre na compreensão da comunicação, na qual o profissional pudesse perceber por meio do discurso mensagens que incluídas ou excluídas em um contexto.

Em seguida, o sociólogo canadense Goffman (2012) apropriou-se do conceito e ampliou-o apresentando uma versão ou articulação teórica mais sistemática e orientada, dando início aos estudos da microssociologia, corrente teórica da sociologia com base nas interações sociais cotidianas.

Para Porto (2004), o conceito de enquadramento pode ser utilizado em duas perspectivas: o enquadramento interpretativo, utilizado em estudos sociológicos, que leva em consideração a avaliação de temas por diferentes atores sociais; o enquadramento da notícia, utilizado nos estudos dos efeitos da mídia sobre a audiência, baseado em angulações das notícias, construídos por jornalistas.

Goffman (2012) afirma que as pessoas tendem a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que permitem responder à pergunta: “O que está acontecendo aqui?”, mas entendendo que pelo menos como fenômeno sociológico há três escolas ou vertentes que lhe dão orientação. Sadaba (2001, p. 4) destaca que

¹⁴ Nascido em Grantchester (Inglaterra) no ano de 1904 e radicado nos Estados Unidos, Gregory Bateson integrou a Escola de Palo Alto. Formado em diversas áreas (zoologia, antropologia, psicologia e a psiquiatria). (MENDONÇA e SIMÕES, 2012. p. 198).

[...] dentro de la sociología, se encuadran tres escuelas cuyas aportaciones aparecerán continuamente en los autores que estudian el *framing*: se trata concretamente del Interaccionismo simbólico de la Escuela de Chicago, de la Fenomenología y de la Etnometodología. Los tres con relaciones entre sí, irán sembrando el terreno que permita la aparición del *framing* como concepto explicativo en las ciencias sociales¹⁵.

Porto (2004) acredita que é possível isolar alguns dos quadros básicos disponibilizados pela cultura, a fim de compreender a organização da experiência. É assim que o sociólogo parte para uma caracterização dos quadros, começando pelos quadros primários. Os quadros primários são entendidos por Goffman (2012) como aqueles cuja aplicação é mais imediata e direta em uma cultura. Nesse contexto, a violência, parte integrante da evolução histórica e cultural de Mato Grosso do Sul, influencia de forma direta na maneira com a qual a mídia lida com ela.

Em primeiro lugar, o contexto surge como fator de relevância, sendo inclusive um termo que se articula bem com o enquadramento jornalístico, no senso que orienta na compreensão dos sentidos e significados. Conforme explica Koch, Morato e Bentes (2011, p. 4-5):

A noção de contexto, como a de situação social, enquadre ou *frame*, está relacionado com estruturas de expectativa, isto é, não se trata de algo concebido *a priori* e nem de forma independente quanto a nossas experiências socioculturais; pelo contrário, dependem dos atos de significação e, portanto, das práticas mediadas largamente pela linguagem.

Assim, na análise de enquadramento se faz necessário entender e reconhecer a operação do contexto para enquadrar notícias e produzir efeitos comunicativos. Segundo Goffman (2012), para compreensão das interações são utilizados diversos tipos de quadros, que podem ser sobrepostos e combinados devido aos acontecimentos que rodeiam cada situação. Para o autor, os quadros primários são aqueles que a aplicação é imediata e direta em uma cultura.

Os esquemas primários de um determinado grupo social constituem um elemento central de sua cultura, especialmente na medida em que surgem compreensões relativas aos principais tipos de *schemata*, às relações destes tipos entre si e à soma total de forças e agentes que esses modelos interpretativos reconhecem estarem soltos no mundo. É preciso tentar formar uma imagem do esquema de esquemas de um grupo – seu sistema de crenças, sua “cosmologia” -, ainda que este seja um domínio que os estudiosos atentos da vida social contemporânea geralmente têm tido o prazer de entregar a outros (GOFFMAN, 2012, p. 51).

¹⁵ Na Sociologia, enquadram-se três enfoques cujos aportes apareceram continuamente nos autores que estudam o *framing*: trata-se concretamente do Interacionismo Simbólico da Escola de Chicago, da Fenomenologia e da Etnometodologia. Os três com relações entre si, vão semeando o terreno que permitem a aparição do enquadramento como conceito explicativo nas ciências sociais [Tradução própria do autor].

Segundo Silva (2015), o enquadramento da notícia defendido por Porto (2004) está relacionado aos efeitos produzidos/construídos pela mídia sobre a audiência e dedica-se a investigar um tipo de enquadre organizado, empregado por jornalistas na elaboração de uma narrativa ao noticiar um fato.

Entman (1993) ratifica que ao produzir um texto de comunicação, alguns aspectos da realidade são selecionados em detrimento a outros, e sobre eles são aplicadas técnicas para torná-los mais salientes que outros. Entretanto, o emprego de seleção e da saliência não é tarefa única do jornalista, “o autor se certificou que os quadros de referência transpassam a rotina jornalística, estão subordinados a questões ideológicas midiáticas que os constroem” (SILVA, 2015, p. 27).

Ainda segundo Silva (2015), outros importantes aportes significativos teórico-metodológicos contribuíram para o aprimoramento do conceito de *framing* no campo da comunicação e nos efeitos da mídia nos textos jornalísticos, como os de Gaye Tuchman, Todd Gitlin e Gansom e Modigliani.

Conforme destaca Sadaba (2001), o enquadramento ou *framing* não foi propriamente criado para análise dos discursos sociais. O conceito de *frame* é muito usado na cinematografia, com o intuito de compreender a dimensão relacional do significado, focando-se nas formas como os atores organizam sua experiência, como uma questão esclarecedora sobre a origem certa do conceito de enquadramento. Vinuto (2014, p. 27-28) explica:

Goffman tomou o conceito emprestado de Gregory Bateson, mas muito provavelmente sua experiência no National Film Board também influenciou o uso desse e de demais conceitos oriundos do cinema para melhor compreender. De acordo com Goffman, o quadro que os atores utilizam não só organiza o sentido que eles dão às suas próprias experiências, mas ao seu envolvimento também na sociedade. Nesse sentido, Goffman define a forma que se utilizará do conceito de *frame*, traduzido para o português como quadro.

A metodologia de análise baseada no enquadramento proposto por Robert Entman (1993) reporta pelo menos quatro elementos ou categorias que devem ser consideradas. A sua abordagem implica uma complexa trama em certo sentido sequencial na busca da produção e circulação de sentidos. Antes de apresentar tal aproximação teórica conceitual destes quatro elementos no enquadramento ressalta-se um aporte sobre algumas dimensões implicadas.

O enquadramento enquanto metodologia se comporta em função de quatro elementos ou categorias que lhe dão suporte para a análise e produção de sentidos, mas que nem sempre estão presentes como uma unidade inseparável. Um enquadramento diagnostica um problema, indicando o que um agente está fazendo, aponta as causas para este problema, sugerindo quais

foram as forças causadoras da situação, faz julgamentos morais, avaliando os agentes e os efeitos de suas atitudes e sugerem soluções, prevendo possíveis efeitos dos problemas (ENTMAN, 1993).

Essa ideia reflete sobre uma intenção de comunicar certos aspectos de um objeto, no caso do jornalismo, de um fato noticioso. Um mesmo fato pode adquirir diferentes significações segundo as intenções dos atores envolvidos no processo, não necessariamente os afetados ou autores da notícia. Jornalistas, editores, donos de empresas e conglomerados de telecomunicações podem estar envolvidos e serem parte de toda uma trama de significação.

Os processos de significação implicam em uma série de elementos a serem considerados. As notícias parecem ter a particularidade de serem enquadradas segundo os fins comunicativos editoriais. Não implicando em uma perversa deliberação na decisão de enquadrar ou não, é um fato que representa mais uma forma de comunicar. Um desses elementos no enquadramento seria a distinção entre os fatos objetivos e as opiniões sobre os fatos, que muitas vezes são mais expostas e ressaltadas nos textos mediados do que os mesmos fatos “imaculados” a serem interpretados pela opinião pública.

A comunicação dos fatos nas e para as sociedades não é fenômeno alheio de outros tipos de comunicação, pois tem como finalidade também a expressão de sentidos. Não somente significados através dos meios disponíveis, senão sentidos os quais se formam não só de conteúdo ou significados explícitos. Os sentidos procuram se instalar num espaço de ação mais profundo do simples espaço informativo, sobretudo no contexto de fenômenos tão sensíveis como a criminalidade, o aborto, a violência doméstica, ou inclusive a democracia. Fatos são comunicados ou informados, gerando assim opiniões que geram sucessivamente interpretação (estágio para gerar sentido).

Assim, entender e desenvolver o potencial que o enquadramento tem para a análise de situações sociais, referenciadas em jornais impressos, se faz necessário em diversos grupos de usuários, desde estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, cientistas políticos e sociais, entre outros. Por exemplo, na área sócio-política,

a utilização do conceito de enquadramento por acadêmicos brasileiros expandiu-se nas pesquisas realizadas sobre a eleição presidencial de 1998. Vários autores recorreram ao conceito para ressaltar como a mídia construiu um cenário favorável à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, principalmente no que se refere à cobertura da crise econômica que o País atravessava no período eleitoral (PORTO, 2004, p. 88).

Nesse contexto, a metodologia do enquadramento se torna ferramenta importante não só no contexto do jornalismo, como também em qualquer discurso no qual sejam pretendidas

tanto significações sobre os mais variados fenômenos sociais, como a democracia, a mortalidade, a liberdade, entre muitos outros fenômenos, quanto compreensão de fatos e significados manifestados sobre tais fenômenos. Assim, esta metodologia parece não se acabar em poucos temas, senão que adquire notoriedade na realidade brasileira, tal como destaca Porto (2004, p. 88):

Acadêmicos brasileiros têm encontrado, no conceito de enquadramento, um instrumento de análise importante para estudar a relação entre a mídia e os movimentos sociais. Em particular, pesquisadores destacaram os enquadramentos utilizados na cobertura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, pelos principais telejornais. Uma pesquisa realizada em 1997 sobre os dois principais telejornais do País, o *Jornal Nacional* e o *TJ Brasil*, identificou algumas diferenças no enfoque adotado por cada emissor.

Logo, enfatiza-se, que o enquadramento da notícia será o conceito-chave utilizado para a análise dos textos publicados pelo *Correio do Estado* sobre a cobertura das rebeliões em Mato Grosso do Sul em 2006. Será efetuado também um cruzamento com o enquadramento interpretativo, com a finalidade de verificar se aspectos relacionados à cultura regional (os quadros primários, na acepção de Goffman) influenciam ou não na construção da narrativa do jornal.

3. ENQUADRAMENTO DA REBELIÃO PELO JORNAL *CORREIO DO ESTADO*

Este capítulo foi sistematizado com o intuito de apresentar os enquadramentos, explícitos e implícitos, utilizados na cobertura das rebeliões prisionais ocorridas em 2006 pelo jornal *Correio do Estado*.

Inicialmente é trazido um breve resgate histórico da criação do jornal, com informações sobre os fundadores, apoiadores, desde o seu início, na década de 1950 até os dias atuais, bem como os principais objetivos da empresa. A segunda parte do capítulo compreende a morfologia da cobertura jornalística durante as rebeliões de 2006, o período de publicação das notícias e editoriais, a equipe de jornalistas e fotógrafos responsáveis pela produção, a quantidade de textos e fotografias.

Na sequência, são trazidos os textos informativos, apresentados em forma de quadros para fácil entendimento, de modo a identificar os detalhes das notícias (número da edição, data da publicação, caderno, número da página, problema identificado, causa, juízo moral e proposta de solução) que subsidiaram a análise das funções de enquadramento.

Ao fim, os textos editoriais, também em forma de quadros, para melhor investigação das publicações, a partir dos conceitos elencados, e a análise das quatro funções de enquadramento empregadas nos editoriais.

3.1 HISTÓRICO DO JORNAL *CORREIO DO ESTADO*

O jornal *Correio do Estado* foi fundado em 07 de fevereiro de 1954, por José Barbosa Rodrigues, em Campo Grande, cidade até então do sul de Mato Grosso. Ele tinha como objetivo ser um informativo político, uma vez que José Barbosa Rodrigues partilhava dos mesmos ideais de um grupo de autoridades e cidadãos com fortes ligações com a União Democrática Nacional (UDN).

De acordo com Benevides (1980, p. 9), a UDN foi um partido político criado como instrumento de um movimento de luta contra Getúlio Vargas, em 7 de abril de 1945, resultante da união de antigos partidos políticos e da incorporação de novos parceiros, subsidiados por ideais liberais.

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como um movimento de ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros – que surgiu a União Democrática Nacional, oficialmente fundada a sete de abril de 1945, para lembrar o outro sete de abril, 1831, festejada data do liberalismo brasileiro.

O partido surgiu como um movimento com a intenção de agregar diversas raízes políticas e históricas: adversários do antigo imperador, inimigos e desafetos, cujo objetivo era apressar a queda de Getúlio Vargas e extinguir o regime vigente. Com uma trajetória marcada por vitórias e derrotas, a UDN esteve presente na política brasileira por vinte anos, e, ainda conforme Benevides (1980, p. 3), sua contribuição final foi a instalação do período militar.

A legenda da “eterna vigilância” lembra, para simpatizantes ou adversários, a marca austera e altiva da União Democrática Nacional. Lembra, igualmente, a história de um partido que nasceu da luta contra uma ditadura, cresceu a partir de sofridas derrotas – sempre em nome dos ideais liberais de sua inspiração primeira – para finalmente, quase vinte anos depois, surgir vitorioso num esquema de poder que instalaria um regime militar de arbítrio, repressivo e autoritário.

Os apoiadores de José Barbosa Rodrigues na criação do jornal na época, segundo Scwhengber (2008), foram o governador do Mato Grosso na época, Fernando Corrêa da Costa; o primeiro diretor presidente do jornal, que depois ocupou os cargos políticos de senador, deputado e governador, José Manuel Fontanillas Frageli; e o principal acionista do Correio do Estado, José Inácio da Costa Moraes. Também apoiavam a empresa outros nomes conhecidos de autoridades da época: Vespasiano Martins; Laucídio Coelho; Laudelino Barcelos; e Wilson Barbosa Martins.

Vinte anos após sua fundação, o jornal participou de um importante processo político e histórico: a criação do Mato Grosso do Sul. Pautou os anseios de Campo Grande e região, presenciando a separação do então Mato Grosso uno e a elevação de Campo Grande para capital do novo Estado.

Durante o governo militar, segundo Scwhengber (2008), Campo Grande foi uma das cidades do Centro-Oeste brasileiro que mais se desenvolveu, repercutindo também no crescimento do *Correio do Estado*, tanto em quantidade de leitores quanto anunciantes.

Em 2003, após a morte de José Barbosa Rodrigues, a administração do jornal passou a ser realizada por Antônio João Hugo Rodrigues (filho de José Barbosa Rodrigues) e por sua esposa, Éster Figueiredo Gameiro.

De acordo com informações no sítio eletrônico¹⁶, o grupo de comunicação, ao qual o *Correio do Estado* faz parte, é composto por duas estações de rádio (Mega 94 FM e Rádio Hora), portais na internet (Agiumsoft, Portal de imóveis Vem para Casa, Portal de veículos VIP Marcas) e pela Produtora de vídeos Macaw. O jornal possui uma impressão diária de 11 mil exemplares, distribuídos para 9 mil assinantes e em 32 cidades.

3.2 MORFOLOGIA DA COBERTURA¹⁷

As pesquisas desta dissertação foram realizadas no Acervo Digital do *Correio do Estado*, localizado no sítio eletrônico, porém com *login* e senha específicos, fornecidos pela equipe ao autor. Na busca verificou-se que o jornal possui digitalizado desde a edição n. 01 (07/02/1954) a edição n. 21.165 (30/04/2020), data da pesquisa.

No período analisado, 14/05 a 14/06/2006, foram publicadas 30 edições (16.253 a 16.282). No entanto, no acervo eletrônico constavam apenas 24 edições para o estudo. Os materiais foram categorizados em planilhas eletrônicas (Software Microsoft Excel) para o desenvolvimento de análise da cobertura. Essas edições somavam 664 páginas, com os cadernos suplementares, exceto páginas de classificados (as quais não se encontravam disponíveis para consulta na plataforma).

Foi possível observar que as rebeliões estavam presentes em 21 das 24 capas, o que corresponde a 87% das edições analisadas. Destas, doze possuíam fotografias (57%), produzidas por Valdenir Rezende (4), Álvaro Rezende (3), Humberto Zum (1), Gerson Oliveira (1), Walber (1), Isaac Amorim (1), assessoria de comunicação do Ministério da Justiça (1) e acervo do jornal (1). A capa de um jornal é um espaço de destaque da edição, tem a função de atrair o olhar do leitor e despertar o interesse pelo conteúdo, utilizando de vários tipos de recursos.

A fotografia é uma ferramenta discursiva de valia às notícias, o centro de atração da página do jornal. Para Souza (2001), a fotografia informa, comunica e produz o sentido por meio da interpretação. Na mesma linha, Gruszynski (2011) entende que associada ao texto ou usada de forma independente é uma ferramenta utilizada de forma expressiva pelo jornalismo, selecionada por meio de estratégias e critérios editoriais para provocar no leitor associações sobre o conteúdo que está sendo noticiado.

¹⁶ Quem Somos. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

¹⁷ Os resultados iniciais da análise foram apresentados no 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2020, como parte do artigo *Cobertura jornalística de rebeliões em penitenciárias de Mato Grosso do Sul*.

As fotografias utilizadas nas capas analisadas retratam instalações das penitenciárias danificadas e em chamas, presos amotinados, reféns sendo liberados, policiais, delegacias e viaturas utilizadas pela FNSP, barreiras policiais, presos sendo transferidos e autoridades políticas e da segurança pública.

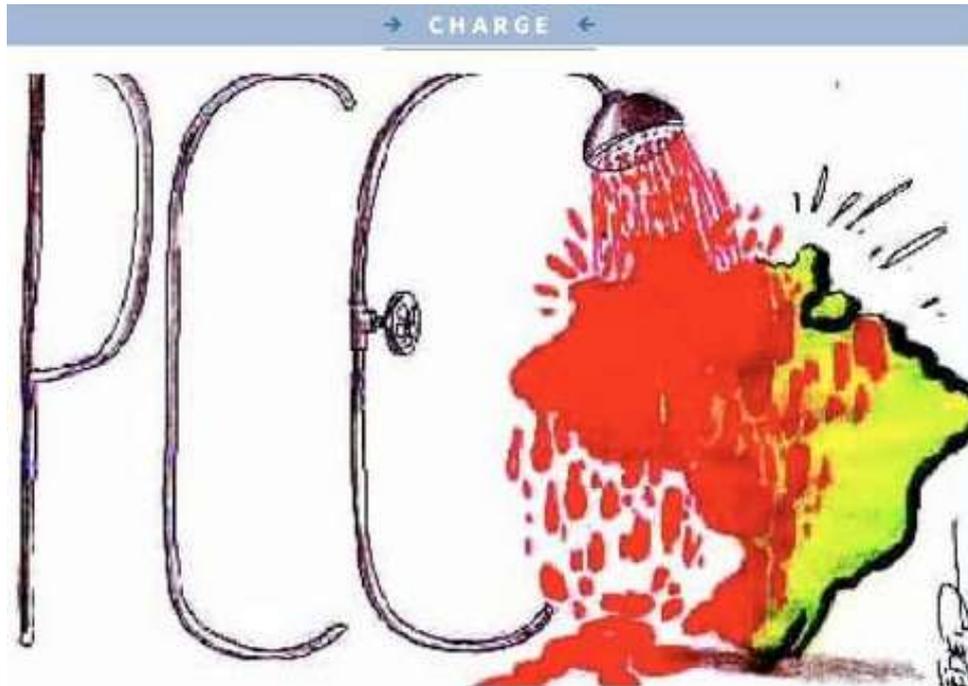
Sobre o conteúdo das páginas internas, as rebeliões estavam presentes em 91% das edições no período analisado (14/05 a 14/06/2006), redigidas em diferentes formatos e gêneros jornalísticos. Apenas duas edições não fizeram menção à rebelião (08/06 e 10/06/2006). Foram identificados assim 11 textos e duas charges pertencentes ao gênero opinativo, 19 textos informativos sobre rebeliões em outras regiões do país (São Paulo) e 63 textos informativos que fazem referência aos acontecimentos nas penitenciárias de Mato Grosso do Sul. Nesses textos foram encontradas 52 fotografias.

Dos onze textos opinativos, cinco foram editoriais e seis artigos. Os editoriais publicados: *O fracasso do Estado* (16/05/2006); *O galinheiro e a pirâmide invertida* (17/05/2006); *A indústria do medo* (19/05/2006); *Força ficcional* (04/06/2006) e *Regalias ou punição* (14/06/2006).

Dois artigos foram escritos por jornalistas, três por advogados, um por um advogado e jornalista e um por membro da sociedade civil. Foram eles: *Crime governa o país* (jornalista Denilson Pinto, 16/05/2006); *Escolha sua indignação* (jornalista Dante Filho, 17/05/2006); *À beira do abismo* (advogado Omar Kadri, 19/05/2006); *Construir escolas é a solução?* (advogado Sérgio Maidana, 19/05/2006); *Segurança sem hipocrisia* (jornalista e advogado Ruy Sant'Anna dos Santos, 01/06/2006); *Os irmãos metralha* (servidor da UFMS Aurélio Alves, 12/06/2006).

Duas charges, produzidas pelo cartunista Eder, foram publicadas no período, 16/05/2006 e 19/05/2006. Esse tipo de gênero atua na construção de sentido e, segundo Lopes (2008), pode utilizar de humor e ironia que, ao contrário da fotografia, não pretende transmitir ou gerar efeitos de realidade.

Figura 9 - Charge 1 – 16/05/2006

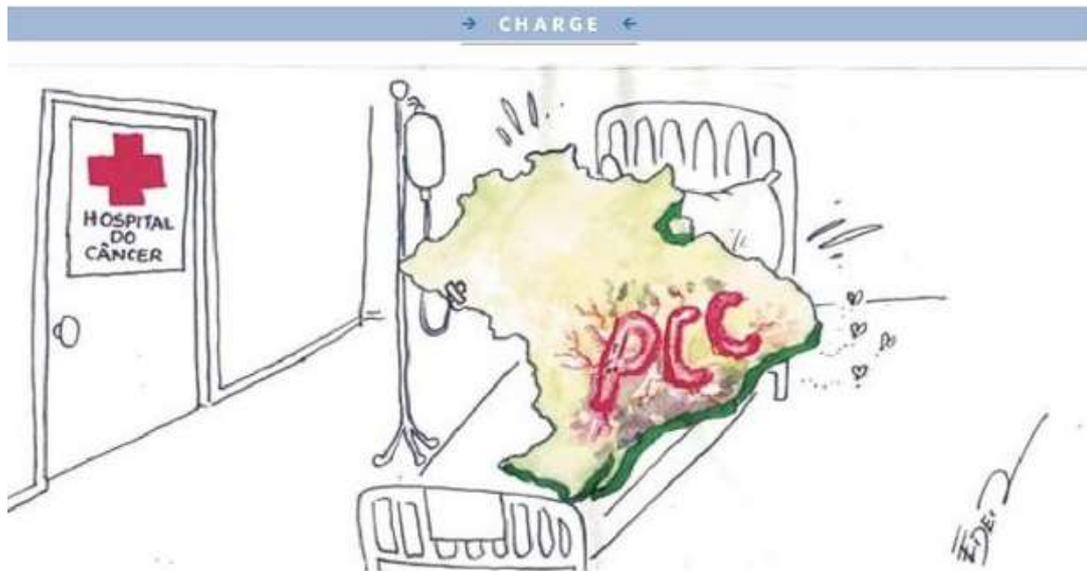


Fonte: Eder (2006a).

A charge que ilustra a edição do dia 16 de maio (primeira publicação produzida após a rebelião) foi publicada no topo direito da página 4A, na editoria *Política*. No topo esquerdo estava um quadro preto com a seguinte frase: *Eu decido meu futuro. E ele está logo ali*. Na mesma página estão publicados os textos: *PT desafia o PMDB ao apoiar André*, que aponta trâmites políticos em torno de denúncias de superfaturamento em obras realizadas pelo ex-prefeito de Campo Grande, André Puccinelli; *Câmara municipal não quer apurar denúncias*, que noticia, segundo o jornal, uma omissão política na criação da Comissão Parlamentar de Inquérito que apuraria a existência de desvio de obras na administração municipal; e *PDT indica Cristóvão Buarque para presidente*, em referência à mobilização política em torno da eleição presidencial. Inserir a charge nessa editoria conota a opinião do jornal de que classe política é responsável pela degradação do sistema prisional e a proliferação do crime organizado.

A charge descreve um Brasil, aparentemente surpreso, sendo banhado por um derramamento de sangue provocado pelo crime organizado. O sangue flui livremente por um encanamento que parece mascarar sua presença, uma alusão à contenção que o sistema penitenciário deveria fazer ao controlar a violência e a ação do crime. A presença de um registro, aparentemente aberto, faz alusão às barreiras que a segurança pública deveria fechar, mas não o faz, e como resultado poças de sangue se acumulam sobre o chão.

Figura 10 - Charge 2 – 19/05/2006



Fonte: Eder (2006b).

A segunda charge foi publicada três dias após a primeira, também no topo direito da página 4 A, na editoria *Política*. No topo esquerdo estava uma nota com o título *TSE decide se reforma valerá para este ano*, que se refere à sessão do Tribunal Superior Eleitoral que decidiria se a minirreforma eleitoral, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio da Silva, seria válida ou não para a próxima eleição.

Com o título *Tarso Genro busca recursos para Mato Grosso do Sul*, a notícia principal da página descrevia as articulações políticas do senador e proprietário do jornal Antônio João Hugo Rodrigues, em Brasília, para angariar fundos para a reconstrução das prisões de Mato Grosso do Sul. A fotografia que ilustrou a matéria era do Antônio João em reunião com o Ministro das Relações Institucionais Tarso Genro. Há ainda texto com o título *Senadores criticam falta de verba*, em alusão aos valores repassados pela administração federal para a manutenção do sistema penitenciário brasileiro. Ele comenta ainda o poder paralelo que o PCC representa, apoiando-se no discurso do Senador da época Ramez Tebet, que atribuiu um caráter político à organização criminosa, em virtude do grau de interferência da vida das pessoas.

A charge retrata um Brasil doente, deitado sobre um leito de hospital que realiza o tratamento ao câncer, também aparentemente surpreso e agonizante. Ao utilizar a expressão câncer, o jornal denota sua opinião de que o crime organizado é como uma doença grave, de consequências avassaladoras e de difícil cura. A sigla PCC repousa sobre as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, em avançado grau de decomposição, fazendo referência a um país

contaminado pelo câncer social que o crime organizado representa. O mapa recebe na região Norte, aparentemente não afetada, uma transfusão de sangue, como se mostrasse à necessidade de extirpar a doença antes que ela contamine o restante do país.

O conjunto de textos informativos ocupou aproximadamente 3% (20 páginas) do volume publicado no período. Foram identificados 63 textos, sendo que 52 deles eram notícias (82,53% da cobertura), nove notas, uma entrevista e uma reportagem. Quanto às editoriais, 89% dos textos (56) publicado no caderno *Geral*, dois no caderno *Política*, quatro no encarte especial *Copa 2006* e uma entrevista como *Entrevista*.

Participaram da cobertura 13 jornalistas. Eduardo Miranda e Elvio Lopes são responsáveis pela produção de 50 % da cobertura, com 17 e 20 textos, respectivamente. Os demais textos são escritos por: Marcelo Fernando (7); Redação (6); Thiago Gomes (3), Denílson Pinto (3), Edilson Oliveira (3), Clodoaldo Silva (2), Edivaldo Bittencourt (2), Robson Moreira (2), Antônio Vegas (1), Dante Filho (1), Silvia Tada (1) e Marisa Coutinho (1).

Os textos compreendem acontecimentos nas cidades onde ocorreram as rebeliões: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, bem como Naviraí, que entrou na cobertura posteriormente, pois a penitenciária construída na cidade foi escolhida para isolar integrantes do PCC, apontados como líderes da rebelião.

As fotografias que ilustram a cobertura foram produzidas por 13 profissionais. O fotógrafo Valdenir Rezende foi responsável por 32% (16 no total), Paulo Ribas produziu 10 fotos e Álvaro Rezende e Dorvacil Tamoschi produziram quatro cada um. Antônio Versas, Nelson Gabiatti, Fernando Montovani, César Cordeiro, José Cruz, Isaac Amorim, Gerson Oliveira, Luciana Novaes e Marcelo Casal Junior produziram uma fotografia cada. Também foram utilizadas nove fotos do arquivo.

Além dos ocorridos nas penitenciárias, o jornal também publicou 19 textos referentes ao cenário da segurança pública em São Paulo. No entanto, não foi mencionado qualquer texto sobre os motins e rebeliões que também estavam acontecendo nas penitenciárias do Paraná.

Logo após a catalogação, como critério de definição do *corpus* (textos que compreendiam ao menos três funções de enquadramento), as 52 notícias foram analisadas conforme o Quadro 3, com objetivo de identificar quais foram as funções de enquadramento utilizadas nos textos, bem como a quantidade de cada.

Quadro 3 - Quadro utilizado para análise dos textos

Número da edição	Data da publicação	Caderno	Página
Problema identificado	Determina qual foi o problema gerador do fato.		
Causa	Identifica quais fatores produziram o problema.		
Juízo moral	Avalia os agentes causais e seus efeitos.		
Proposta de solução	Propõe solução para resolução do problema.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Deste modo, após a análise das funções de enquadramento empregadas na cobertura, a amostra foi reduzida para 12 textos. Foram eles: 1) *Foro especial fortalece o crime organizado*; 2) *Dias de fúria custarão 5 anos*; 3) *Familiares de presos protestam com vigília*; 4) *Familiares de presos protestam com vigília*; 5) *Governador pede reforço nacional para a segurança*; 6) *Comunidade repudia transferência*; 7) *Odilon vai interrogar Beira-Mar na Capital*; 8) *Força Nacional não quer atuar em presídios*; 9) *Liberção de mais recursos para segurança esbarra na burocracia*; 10) *Tropa especial realiza operações em rodovias para adaptação*; 11) *Sem TV, presos podem promover rebelião*; e 12) *Clima foi de tranquilidade em penitenciárias*.

3.3 O ENQUADRAMENTO DAS REBELIÕES PELAS NOTÍCIAS

Nesta seção são descritas as funções adotadas nos discursos, em forma de quadros baseados na Análise do Enquadramento, seguidos de um resumo de cada um dos 12 textos, para melhor análise.

Quadro 4 - Texto 1: *Foro especial fortalece o crime organizado*

Edição nº 16.254	Data 17/05/2006	Caderno Geral	Página 5A
Problema identificado	O foro privilegiado atrapalha a aplicação da justiça em casos em que os condenados estão protegidos pelas prerrogativas.		
Causa	Políticos utilizam de brechas na Constituição Federal para realização de práticas delituosas.		
Juízo moral	Foro privilegiado representa impunidade, uma vez que a lei de execução penal não pode ser aplicada aos beneficiados.		
Proposta de solução	Reforma constitucional e a revisão de destinação das prerrogativas de foro.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O texto 1, escrito por Denilson Pinto, com o subtítulo *Solução: Para o juiz federal Odilon de Oliveira, a Constituição Federal teria que ser modificada e eliminadas as prerrogativas de foro privilegiado para várias autoridades*, tem a foto do juiz durante um discurso, escoltado por um policial fortemente armado, produzida por Valdenir Rezende.

Com base no relato do juiz, o texto sugere que figuras políticas eletivas estavam com a integridade ética comprometida devido envolvimento com o crime organizado, utilizando-se da prerrogativa de foro para praticarem condutas delituosas e permanecerem livres por conta do privilégio¹⁸ da função.

Quadro 5 - Texto 2: *Dias de fúria custarão 5 anos*

Edição nº 16.258	Data 21/05/2006	Caderno Geral	Página 14A
Problema identificado	O volume da população prisional causa um colapso no sistema penitenciário brasileiro.		
Causa	A infraestrutura das prisões não comporta a quantidade de presos. Os danos causados durante as rebeliões contribuíram para potencializar o agravamento da crise na segurança pública.		
Juízo moral	O abandono da gestão estatal, o descaso e a falta de investimentos potencializaram a degradação das instalações, o fortalecimento do crime organizado dentro das prisões e, por consequência, a proliferação da violência.		
Proposta de solução	Recuperação das instalações danificadas para conter os indivíduos presos.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O texto produzido por Eduardo Miranda, que possui o subtítulo *Cenas de violência que tomaram conta de quatro presídios em Mato Grosso do Sul durante rebeliões simultâneas em parte do país, organizadas pelo Primeiro Comando da Capital*, ocupou toda a página 14-A da editoria *Geral*.

A notícia foi ilustrada com quatro fotografias e todas foram produzidas por Paulo Ribas. A foto de destaque possui seis homens sobre uma marquise (a qual acredita-se ser a caixa d'água da PSMCG). Uma das pessoas, que aparenta estar sendo mantida como refém por um homem encapuzado, permanece amarrada e segurada por outra pessoa, sob a mira de um objeto que se

¹⁸ As prerrogativas de foro por desempenho de função estão previstas na Constituição Federal brasileira de 1988, no artigo 105, I. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art105> Acesso em: 08 nov. 2020.

assemelha a um facão. Na parede da marquise, abaixo de todos os homens, flameja uma bandeira com o símbolo japonês Yin-Yang, na parte preta do símbolo está escrito em branco a sigla PCMS, em alusão à ramificação do PCC em Mato Grosso do Sul, e na parte branca a sigla PCC na cor preta.

A primeira das três fotografias menores mostra um policial de costas com a mão no rosto, como se tivesse olhando a movimentação de algumas pessoas na frente de um prédio. Não é possível inferir se o homem está falando ou apenas observando. A segunda traz uma série de pessoas, familiares de presidiários, se aquecendo em uma fogueira à noite e próximas a uma muralha. A terceira é composta por cinco homens também encapuzados, portando armas artesanais, dispostos sobre o telhado de penitenciária.

A notícia apresenta um panorama inicial sobre o estado geral das instalações das penitenciárias de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas após a contenção da rebelião. Informa a suspensão da visitação de familiares e advogados e traz os valores financeiros solicitados pelo governador para reconstrução das unidades prisionais. Fez também um retrospecto, de 12/06/2006 (data em que tiveram início os motins e rebeliões em São Paulo) até o dia 17/06/2006, um dia após o final das rebeliões.

Quadro 6 - Texto 3: *Familiares de presos protestam com vigília*

Edição nº 16.259	Data 22/05/2006	Caderno Geral	Página 14A
Problema identificado	Suspensão das visitas de parentes e advogados deixa familiares de detentos em pânico.		
Causa	A falta de clareza e deficiência das informações divulgadas pela AGEPEN.		
	A dificuldade em liberar atendimento de advogados aos internos.		
Juízo moral	A maneira como foram fornecidas as informações sobre as condições físicas dos sobreviventes ou das vítimas da rebelião causou desconfiança aos familiares de presos, levando-os a acreditarem que a situação era mais grave do que aparentava.		
Proposta de solução	Retomada da visitação e liberação para atendimento de advogados, para confirmação da integridade física dos presos.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O texto produzido por Silvia Tada, com o subtítulo *Reflexos da rebelião: esposas, mães, irmãs e filhas de presidiários cobram a direção da Agepen pelo menos a entrada de advogados no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima*, tem como ilustração fotografia produzida por

Álvaro Rezende, na qual algumas mulheres, vestidas com roupas de frio, permanecem sentadas sob um telhado, ao lado de uma muralha.

A notícia aponta a insatisfação dos familiares na falta de informações confiáveis sobre o estado físico dos presidiários, na pós-rebelião. Na tentativa de garantir a segurança dos presos face a uma possível truculência policial na retomada das instalações, os parentes permaneceram em vigília nas proximidades das penitenciárias.

A jornalista ouviu como fonte a esposa de um detento, que reclamou que as mulheres estavam sendo atendidas apenas pelo juiz da Vara de Execuções, mas que gostariam também de atendimento do diretor-presidente da AGEPEN.

Quadro 7 - Texto 4: *Rebelião em penitenciária causa reflexos também no judiciário*

Edição nº 16.259	Data 22/05/2006	Caderno Geral	Página 14A
Problema identificado	Adiamento e atrasos em julgamentos.		
Causa	Vários arquivos físicos foram destruídos durante a rebelião, documentos estes necessários para cálculo de dias trabalhados e progressão de regime. A quantidade de policiais não era suficiente para realizar o traslado de presos, uma vez que os mesmos foram redirecionados para outras funções.		
Juízo moral	Como a rebelião foi ato dos presos, os mesmos deveriam ser punidos com a lentidão por ela produzida.		
Proposta de solução	Recuperação das instalações e das informações perdidas pela destruição causada pelas rebeliões.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A notícia, produzida por Eduardo Miranda, compreende possíveis atrasos que poderiam ocorrer em julgamentos, condenações, liberações de alvarás e sentenças de progressão de regime, em decorrência da destruição de arquivos e da escassez de policiais para efetuarem as escoltas dos presos até o Fórum, tendo em vista que muitos policiais foram deslocados para policiamento nas muralhas das penitenciárias.

O jornalista entrevistou o diretor-presidente da AGEPEN. Ele informou que os arquivos, assim como as instalações seriam recuperados, destacando as verbas solicitadas ao Governo Federal para a recuperação, e encerrou frisando que a administração estadual reconhece o colapso que ocorre no sistema prisional estadual.

Quadro 8 - Texto 5: Governador pede reforço nacional para a segurança

Edição nº 16.260	Data 23/05/2006	Caderno Geral	Página 7A
Problema identificado	Remoção dos Policiais Militares que atuam no policiamento urbano e escoltas em detrimento do deslocamento para vigilância das penitenciárias.		
Causa	Colapso no sistema prisional e eminência de uma fuga em massa de presidiários amotinados.		
Juízo moral	Não identificado.		
Proposta de solução	A utilização eficiente da mão de obra de 150 policiais da FNSP.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A notícia, escrita pelo repórter Edvaldo Bitencourt, foi ilustrada por fotografia que retrata presidiários encapuzados sobre telhado de penitenciária envolto em um fumaceiro, produzida por Paulo Ribas. Com o subtítulo *Auxílio recusado por Cláudio Lembo (SP) é bem-vindo no Estado*, ela expõe as tratativas do governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda com o Ministério da Defesa na obtenção de reforço da FNSP para aumentar o efetivo policial estadual. Os policiais na época tiveram as tarefas e atividades redirecionadas para as penitenciárias devido a rebelião, desguarnecendo outros setores da sociedade que eram dominados pelo medo.

O secretário de segurança pública Raufi Marques foi ouvido como fonte, informando que a tratativa para conseguir apoio da FNSP simboliza uma medida de zelo, de cuidado para tranquilizar ainda mais a população, uma vez que a demanda de policiais necessários para manter a segurança das penitenciárias aumentou após as rebeliões. Ele entendeu que o reforço de uma tropa com treinamento especial seria importante para agir naquele momento de tensão vivido pelo Estado.

O texto ainda reforça o pedido de verbas federais para a recuperação das unidades afetadas pela rebelião e aquisição de equipamentos para colocar em funcionamento o presídio de Naviraí, recém construído.

Quadro 9 - Texto 6: Comunidade repudia transferência

Edição nº 16.265	Data 28/05/2006	Caderno Geral	Página 13A
Problema identificado	Transferência de líderes apontados como mentores da rebelião para o presídio ainda não inaugurado da cidade de Naviraí.		
Causa	Necessidade de isolamento dos líderes da rebelião.		
	Falta de segurança e infraestrutura da cidade		
Juízo moral	A recepção do grupo de presos do PCC traria problemas para a pacata cidade de Naviraí		
Proposta de solução	O presídio da cidade de Naviraí deveria abrigar os presos da cadeia pública da própria cidade		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A notícia, desenvolvida por Eduardo Miranda, remete a um texto de repúdio da comunidade naviraiense sobre a transferência dos líderes das rebeliões para o recém construído presídio da cidade. O jornalista ouviu populares que respondiam atônitos sobre o recebimento de presos apontados como motivadores das rebeliões, sob a alegação de que objetivo do presídio municipal não era de receber presos de outras cidades e, sim, para desativar a cadeia pública que se encontrava em péssimo estado de conservação.

Também foram entrevistadas autoridades do judiciário e o prefeito da cidade, mostrando que todos partilhavam praticamente da mesma opinião, de que o presídio da cidade deveria abrigar os presos que estão alojados na precária cadeia pública do município.

Quadro 10 - Texto 7: Odilon vai interrogar Beira-Mar na Capital

Edição nº 16.270	Data 02/06/2006	Caderno Geral	Página 13A
Problema identificado	A força do crime organizado.		
Causa	Impunidade.		
Juízo moral	Foro privilegiado como sinônimo de impunidade.		
	Não se via o Supremo Tribunal Federal condenar, nem ordenar prisão de pessoas por ele julgados.		
Proposta de solução	O estabelecimento do fim das prerrogativas de foro privilegiado para autoridades.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O texto produzido por Denilson Pinto com o subtítulo *Narcotráfico: O juiz federal confirmou que o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, vai ser transferido para o Presídio Federal e interrogado por ele*, conta com fotografia de Luiz

Fernando da Costa, sendo retirado do compartimento veicular destinado ao transporte de pessoas presas, escoltado por policiais federais armados.

A notícia dá conta de um possível interrogatório que seria efetuado pelo juiz federal Odilon de Oliveira, quando o preso fosse transferido para o presídio federal em Campo Grande, sobre os crimes praticados na fronteira Brasil/Paraguai. Pesava sobre ele a acusação de envolvimento com o narcotráfico e lavagem de dinheiro, por meio de casas de câmbio na cidade de Coronel Sapucaia.

Traz ainda um comentário do juiz, obtido logo após as rebeliões carcerárias, com a afirmação de que para diminuir a força do crime organizado no Brasil era necessária uma reforma constitucional, objetivando o fim das prerrogativas de foro privilegiado para autoridades.

Quadro 11 - Texto 8: *Força Nacional não quer atuar em presídios*

Edição nº 16.270	Data 02/06/2006	Caderno Geral	Página 14A
Problema identificado	A FNSP não quer atuar nas penitenciárias de Mato Grosso do Sul.		
Causa	A FNSP é qualificada para outros tipos de atuações, de natureza operacional.		
Juízo moral	O nível de treinamento dos integrantes da FNSP estava além do trabalho proposto pela administração estadual para atuação no período pós rebelião.		
Proposta de solução	Redirecionar o trabalho da FNSP para atividades ostensivas.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A notícia, que possui duas fotos produzidas por Valdemir Rezende, tem o subtítulo *Segurança Pública: O comandante da tropa, coronel Aurélio Ferreira, disse que o efetivo é altamente treinado para operações especiais e cuidar de presos seria uma subutilização*. Ela traz em uma das fotografias a tropa em formação portando armamentos e, em outra, policiais ao lado de viaturas, ao fundo um helicóptero da FNSP.

O texto descreve que a equipe enviada pelo Ministério da Justiça para atuar em Mato Grosso do Sul não estaria disposta a trabalhar na vigilância das penitenciárias. Utilizou-se como fonte o comandante da tropa que enfatizou que não era esse o objetivo da tropa e sim operações ostensivas. O jornal ainda informou sobre a distribuição do contingente pelas cidades do estado e para as regiões fronteiriças, em apoio à PF e à Polícia Rodoviária Federal. Relata também a chegada de equipamentos junto com a tropa (armamentos, viaturas, capacetes e coletes) e que

alguns deles seriam doados para a Secretaria Estadual de Segurança Pública após o final das operações.

Quadro 12 - Texto 9: *Liberação de mais recursos para segurança esbarra na burocracia*

Edição nº 16.270	Data 02/06/2006	Caderno Geral	Página 14A
Problema identificado	Insuficiência de recursos para reconstrução das penitenciárias.		
Causa	Processos burocráticos da Caixa Econômica Federal.		
Juízo moral	Ineficiência de governantes anteriores ao que estava no poder naquela época.		
Proposta de solução	Flexibilização da burocracia da Caixa Econômica Federal para liberação de recursos, por meio de articulação política.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O repórter Eduardo Miranda escreveu a notícia que apresenta dados sobre o pessoal da FNSP e os equipamentos trazidos para sua atuação no estado. O texto tem uma fotografia do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, assinando um documento ladeado em primeiro plano pelo Governador e por outras autoridades estaduais.

A visita do ministro ao estado marcou também a apresentação dos profissionais da FNSP, dos materiais que seriam utilizados por eles e da liberação de verbas para reconstrução de penitenciárias. O texto fez uma observação de que parte do recurso disponibilizado seria utilizado para custear a estadia da FNSP. O ministro também anunciou a conclusão das obras do Presídio Federal, a ser administrado pelo DEPEN, para abrigar presos de alta periculosidade e líderes de organizações criminosas.

Quadro 13 - Texto 10: *Tropa especial realiza operações em rodovias para adaptação*

Edição nº 16.271	Data 03/06/2006	Caderno Geral	Página 14A
Problema identificado	A subutilização da mão de obra dos agentes da FNSP.		
Causa	A falta de planejamento e de foco para a atuação da equipe.		
Juízo moral	Uma tropa muito treinada não pode ser subutilizada na realização de trabalhos rotineiros.		
Proposta de solução	Não identificado.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O repórter Eduardo Miranda desenvolveu essa notícia sobre a estratégia elaborada pela administração estadual para uso da tropa da FNSP de Segurança. O texto possui uma fotografia produzida pelo fotógrafo Walber, na qual pessoas apoiadas na lateral de um ônibus eram revistadas por integrantes da tropa. Traz a informação de que a primeira atividade da tropa ocorreu bem longe das penitenciárias, em operações realizadas nas cidades de Terenos, Sidrolândia e nas saídas de Campo Grande, para São Paulo e Três Lagoas.

A notícia enfatiza a indefinição do uso do contingente da FNSP e um certo desconforto criado pela tropa, treinada para situações de crises, mas atuando no trato com a população que era inspecionada nas rodovias. Ouviu populares que passaram pela inspeção e que demonstravam insatisfação com o tipo de abordagem, relatando certa truculência.

Por fim, foram ouvidos membros das forças estaduais de segurança que relataram que a solicitação da tropa federal ocorreu em discordância com a atuação policial de Mato Grosso do Sul. Uma fonte não identificada informou que a presença da FNSP é uma ofensa aos policiais locais. Apontou que a FNSP deveria atuar penitenciárias superlotadas e não nas ruas, visto que os policiais do estado são os que mais apreendem drogas e prendem pessoas envolvidas com o crime no Brasil.

Quadro 14 - Texto 11: *Sem TV, presos podem promover rebelião*

Edição nº 16.281	Data 13/06/2006	Caderno Copa 2006	Página 15A
Problema identificado	Presos ameaçam iniciar novas rebeliões, devido os aparelhos eletrônicos terem sido removidos e ficarem impossibilitados de ver o jogo da seleção brasileira.		
Causa	A retirada dos equipamentos eletrônicos como forma de castigo pela rebelião.		
Juízo moral	Equipamentos eletrônicos como rádio e televisor são privilégios que não devem ser disponibilizados para quem cumpre pena pela prática de crimes.		
Proposta de solução	Não identificado.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O jornalista Edvaldo Bitencourt escreveu o texto que traz na parte superior uma fotografia de arquivo retratando presos encapuzados atrás de uma grade, com a legenda: *Após a rebelião em maio, 1,1 mil internos da Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande ficaram sem aparelhos eletrônicos, como TV e rádio, para acompanhar os jogos da seleção brasileira no mundial.* Com o título *Sob tensão: Punidos por motim em maio, detentos estão se*

mobilizando para protestar por não assistir ao jogo do Brasil. Sindicato dos agentes pede reforço na segurança, a notícia ouviu como fonte o representante dos agentes penitenciários que, com base na informação dos trabalhadores, alertou para a possibilidade de novos motins. O representante da classe observou ainda que era baixo o efetivo policial destinado para a segurança nas unidades prisionais e que a exemplo das últimas rebeliões, novas poderiam ocorrer durante a Copa do Mundo.

Foi feita uma comparação com outra unidade, o Instituto Penal de Campo Grande, onde não ocorreram rebeliões e que os presos continuavam com os aparelhos eletrônicos, com a PSMCG, localizada ao lado do IPCG, onde os aparelhos foram recolhidos. A notícia cita também que a posse de aparelhos eletrônicos por presos é uma regalia.

Quadro 15 - Texto 12: *Clima foi de tranquilidade em penitenciárias*

Edição nº 16.282	Data 14/06/2006	Caderno Geral	Página 7A
Problema identificado	Ameaças de novas rebeliões (sob a forma da aparente tranquilidade em que se encontrava a massa carcerária em detrimento da impossibilidade de assistir aos jogos de Brasil).		
Causa	A retirada dos equipamentos eletrônicos como forma de castigo pela rebelião.		
Juízo moral	Equipamentos eletrônicos como rádio e televisor são privilégios que não devem ser disponibilizados para quem cumpre pena pela prática de crimes.		
Proposta de solução	Não identificado.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O texto foi uma produção em conjunto dos jornalistas Robson Moreira, Elvio Lopes e Edilson Oliveira e ilustrado por uma fotografia de Paulo Ribas, na qual um gato repousa na frente da PSMCG. Traz informações de Campo Grande, Dourados e Naviraí. Ele indicava riscos de novos motins, causados desta vez pela remoção dos aparelhos eletrônicos, sob uma aparente normalidade informada por policiais que estavam realizando a vigilância da penitenciária. Pontua ainda que o policiamento foi reforçado para atuar em uma contenção emergencial, caso surgisse.

Em Dourados, um possível telefonema para uma emissora de rádio foi suscitado. No telefonema, internos da Penitenciária Harry Amorim Costa denunciavam um endurecimento da AGEPEN no trato com os presos, porém a ligação não foi confirmada pelo Comando da Polícia Militar que havia feito operações pente-fino nas celas.

A matéria também relata que em Naviraí, policiais da FNSP foram recebidos por deputados e pelo vice-prefeito da cidade, para atuação nas ruas e, caso necessário, na penitenciária recém-inaugurada.

3.3.1 Análise das funções de enquadramento

Nesta seção são analisadas as quatro funções de enquadramento propostas por Entman (1993) empregadas nas notícias selecionadas e que compõem o *corpus* de pesquisa. Procura-se responder dessa forma: 1) Quais foram os problemas apontados pelo jornal acerca das rebeliões?; 2) Qual o diagnóstico dos fatores que culminaram nos motins e conflitos entre o crime organizado, segurança pública e sociedade?; 3) Qual o juízo moral implícito ou explícito nas publicações?; e 4) Quais as propostas de solução que, no entendimento do jornal, sanariam ou amenizariam as consequências dos fatos ocorridos?

a) Problema identificado:

No conjunto das análises das matérias informativas, no que diz respeito à função “problema identificado”, observa-se que o *Correio do Estado* enquadrou sua cobertura sob a perspectiva de que os problemas da segurança pública já se arrastavam por anos sendo negligenciados pela administração pública brasileira. Ou seja, acentuou que a rebelião foi o ponto de ebulição da “crise da segurança pública”.

O jornal elencou quais foram os problemas que corroboraram para a crise nacional: degeneração do sistema carcerário brasileiro, força e influência do crime organizado na sociedade, corrupção, deficiências estatais, reconstrução das penitenciárias e acontecimentos pós-rebeliões.

A quantidade insuficiente de vagas nas prisões, no enquadramento do jornal, foi um dos fatores que mais contribuiu para a eclosão das rebeliões, reiterando que a realidade carcerária brasileira, com penitenciárias superlotadas, mesmo sendo anunciada há muito tempo, vinha sendo negligenciada pela administração pública, como apontado no texto 2: [...] *um problema que vem sendo denunciado a quase uma década: o da superlotação carcerária. São 8.266 detentos que se apertam em celas, que juntas podem abrigar no máximo 3.737 pessoas.*

A força e a influência do crime organizado na sociedade também fizeram parte dos problemas elencados que culminaram nas rebeliões prisionais. No texto 7, um trecho faz

menção a Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, líder da ORCRIM carioca Comando Vermelho:

Segundo relato dos procuradores da República, Beira-Mar lavou cerca de R\$12 milhões em Coronel Sapucaia, divisa com Capitán Bado (Paraguai), por meio de casas de câmbio. Todo o dinheiro teria sido obtido pelo traficante com a comercialização de maconha nos grandes centros consumidores do Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro).¹⁹

Coronel Sapucaia é uma cidade sul-mato-grossense que faz fronteira com o Paraguai que convive, mesmo que o CV não tenha relação direta com as rebeliões, com atuação no tráfico internacional de drogas na região. O trecho reforça a concepção de que Mato Grosso do Sul tem a função de rota para o escoamento do tráfico internacional. Em outra parte do texto refere-se ao nível de organização do PCC: [...] *é um dos grupos mais fortes da América do Sul, superando a organização das Farc, na Colômbia, e a desenvoltura para arquitetar e colocar em prática ações em diversos estados.*

Quanto à corrupção, o jornal enfatiza que a existência de políticos e de outras autoridades envolvidas com o crime organizado evidencia a capilaridade do crime em diversos estratos sociais, e que as pessoas com prerrogativas de foro privilegiado corroboram para com a criminalidade, tal como na fonte do texto 1: [...] *foro privilegiado significa impunidade. Não se vê o Supremo colocar ninguém na cadeia, nem ordenar.*

Com relação às deficiências estatais, por diversas vezes citadas, o jornal utiliza-se da dificuldade em coordenar a logística e a utilização da mão de obra da equipe da FNSP para mostrar a incapacidade gerencial da administração pública frente aos problemas gerados por um crime que se demonstrou mais organizado e ágil do que a máquina estatal.

A subutilização e o devido emprego da FNSP foram evidenciados no texto 2: [...] *a Força Nacional não quer atuar nos presídios de Mato Grosso do Sul que foram palcos de rebeliões no mês passado.* Nesse trecho, o jornal demonstra que a mobilização da FNSP, sem o devido planejamento, representa mais um custo adicional aos cofres públicos que, de fato, um auxílio aos corpos de segurança no enfrentamento dos problemas. O mesmo enquadramento foi reiterado no texto 10: [...] *na tarde de ontem, entretanto, a estratégia dos 200 policiais militares trazidos de 22 estados ainda não estava claramente definida [...].*

Com relação às verbas solicitadas ao Governo Federal para a recuperação das instalações, o *Correio do Estado* pontua que os valores que seriam recebidos eram inferiores

¹⁹ Jornal *Correio do Estado*. 02/06/2016. Odilon vai interrogar Beira-Mar na Capital. Arquivo *Correio do Estado*.

aos solicitados, ressaltando que a administração estadual petista não possuía habilidades para com o trato político, como no texto 9: [...] *liberando menos dinheiro que o esperado pela administração estadual, o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos esteve ontem em Campo Grande [...].* Cabe ressaltar que a foto que ilustra a notícia mostra o deputado federal Antônio João Hugo Rodrigues, em diálogo com outro deputado.

Após o fim das rebeliões e a retomada das instalações por parte da segurança, algumas atividades de rotina foram interrompidas, entre elas a suspensão das visitas de parentes e de advogados, o que segundo a cobertura causou a insatisfação e apreensão dos familiares dos detentos. Tal circunstância foi noticiada no texto 3: [...] *mães, mulheres e irmãs de detentos do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande fazem vigília próximo ao estabelecimento, em sinal de protesto conta a suspensão das visitas.* Em um posicionamento implícito, o jornal demonstra que a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário omitia informações sobre os presos.

A possibilidade de realização de novas rebeliões foi levantada pelo *Correio do Estado* após a AGEPEN remover televisores e rádios de uso dos presos, como forma de punição pela realização dos motins e destruição das instalações. Na ocasião, estava acontecendo a Copa do Mundo de Futebol e a impossibilidade de assistir ou ouvir aos jogos seria um dos motivos que, segundo o jornal, levariam a novos eventos de violência, como foi divulgado no texto 11: [...] *sem televisão para assistir ao jogo de estreia do Brasil na Copa do Mundo de 2006, os presos da Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande ameaçam promover nova rebelião nesta terça-feira [...];* e no texto 12: [...] *mesmo sob o risco de uma nova rebelião devido à falta de televisores, o presídio de Segurança Máxima de Campo Grande permaneceu durante toda a tarde de ontem sem nenhum tipo de manifestação dos detentos.* Aos textos couberam o enquadramento episódico de que determinadas decisões da administração penitenciária contribuem para a manutenção da paz ou para eventos de violência promovidos pela população carcerária, reforçando a posição primária da violência como fator cultural enraizada na vida cotidiana de Mato Grosso do Sul.

Outro problema levantado pelo *Correio do Estado* faz referência à transferência dos presos que coordenaram a rebelião para outras penitenciárias, como forma de mitigar as possíveis intenções de novos motins. O texto 6 suscitou a problemática da população naviraiense em receber os presos de alta periculosidade: [...] *a comunidade de Naviraí está repudiando a ideia de o presídio da cidade receber presos ligados ao PCC, antes da desativação da Cadeia Pública de Naviraí, que tem 84 presos em um espaço projetado para 24.* O enquadramento evidencia a insatisfação da comunidade e o temor das transferências

ocorrerem, pois, a sociedade local almejava a desativação da cadeia pública, retratada por eles como precária e insegura.

O jornal creditou também às rebeliões a morosidade que as rotinas judiciárias passavam ou passariam na época. Problema que afetaria de uma maneira macro o regime de julgamento e progressão de regime por conta de adiamentos e atrasos, como relatado no texto 4: [...] *as consequências da destruição das penitenciárias de Campo Grande e Dourados durante as rebeliões no início da semana passada, já chegam ao Poder Judiciário.*

A remoção do policiamento ostensivo das ruas para as penitenciárias também foi um dos problemas levantados pelo jornal, conforme o texto 5: [...] *segundo o secretário, os presos depredaram os presídios em Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Ponta Porã, onde estão mais de três mil internos. Para manter a segurança nestas unidades, o número de agentes e policiais para manter a vigilância das penitenciárias triplicou.*

Ao utilizar a expressão “fracasso”, o veículo ratifica sua posição crítico-política de que os problemas que culminaram na rebelião foram fruto de omissão da administração pública.

b) Causas:

Sobre às causas apontadas pelo *Correio do Estado* que levaram ao descortinamento da caoticidade do assunto prisão no Brasil e em Mato Grosso do Sul, o discurso apontou para dois momentos. O primeiro se refere ao colapso do sistema prisional, enquanto unidade de controle de indivíduos, e o segundo aos problemas que surgiram após a retomada das penitenciárias pelas forças de segurança.

Quanto à rebelião em vários estados, o jornal destaca que uma das causas foi o próprio colapso no sistema prisional brasileiro, englobando também Mato Grosso do Sul, enquadrado no texto 5: [...] *o pedido de ajuda do Governo federal foi aprovado em reunião no Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GCI), formado por membros da cúpula da segurança no Estado. A solicitação foi aprovada após o governador José Orcírio decretar situação de emergência em decorrência do colapso no sistema prisional.*

Impunidade e brechas na Constituição Federal foram causas apontadas para a crescente onda de violência brasileira. No texto 7 divulgou o jornal: [...] *o juiz federal Odilon de Oliveira, ao comentar a força do crime organizado, disse ao Correio do Estado que uma das medidas urgentes para enfraquecer o poder dos integrantes é estabelecer o fim das prerrogativas de foro privilegiado para autoridades, ou seja, alterar a Constituição Federal;* e no texto 1, sobre as brechas constitucionais que levam à impunidade: [...] *para isso, porém seria necessário*

alterar a Constituição, o que é de competência dos políticos que hoje são beneficiados pelo que o magistrado classifica como 'impunidade.

A falta de segurança e as condições laborais dos agentes penitenciários frente à destruição das penitenciárias causaram a insatisfação dos familiares dos presos na falta de informações, como observa-se no texto 2: [...] *falta de infraestrutura para dar segurança aos agentes, policiais, detentos e seus familiares. Nas ruínas das penitenciárias de Campo Grande e Dourados, por exemplo, é praticamente impossível revistar todos os visitantes*[...]; e no texto 3: [...] *as visitas foram suspensas pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário em razão da precariedade das instalações do presídio após a rebelião da semana passada. O local encontra-se semidestruído.*

As possíveis morosidades que pudessem ocorrer no judiciário, nas retomadas das audiências e dos processos de progressões de penas, derivam-se da destruição de documentos físicos arquivados nas instalações e da dificuldade de realização de escoltas, pois as forças policiais responsáveis por realizá-las foram deslocadas para outras atividades de segurança nas penitenciárias, como enfatizado no texto 4: *Dezenas de julgamentos e audiências podem ser adiados por conta da dificuldade de locomoção dos detentos e da extinção de arquivos e fichas dos setores administrativos dos presídios.*

A intenção de transferência dos líderes das rebeliões para a penitenciária da cidade de Naviraí foi apontada como causa para as reclamações da população local, como pode ser visto no texto 6: [...] *ecoou as reclamações da sociedade naviraiense, apreensiva com o recebimento de presos de alta periculosidade por ter uma cadeia pública mal estruturada.*

Segundo o enquadramento do jornal, a falta de planejamento e organização estatal nas ações foram as causas para a utilização incorreta da mão de obra da FNSP, apresentadas no texto 8: [...] *esse grupo é altamente qualificado para outros tipos de atuações, de natureza operacional* [...]; e no texto 10: [...] *na noite de quinta-feira o problema de planejamento era refletido dentro da própria Força Nacional.*

As causas para realização de novos motins seriam a retirada de aparelhos eletrônicos (televisores e rádios) da posse dos presos pela administração penitenciária, como apontado no texto 11: [...] *sobre o motivo alegado para revolta, a proibição de aparelhos de TV para assistir aos jogos da seleção, o sindicalista argumentou que eles estão procurando motivo para promover novas rebeliões*[...], apoiado na fala do presidente do sindicato que representa os agentes penitenciários; e [...] *no entanto, os 1.187 presos da Máxima estão sem qualquer aparelho eletrônico desde a rebelião, como punição. Eles também estão proibidos de receber visitas* [...]; e no texto 12: [...] *mesmo sob o risco de uma nova rebelião devido à falta de*

televisores, o presídio de Segurança Máxima de Campo Grande permaneceu durante toda a tarde de ontem sem nenhum tipo de manifestação dos detentos.

O jornal ainda citou a burocracia como causa pela demora da liberação de verbas federais advindas da CEF e que seriam necessárias para a reconstrução dos prédios e das instalações, enfatizando no texto 9: [...] *o ministro da justiça explicou que para disponibilizar o repasse do dinheiro necessário para a reforma da Segurança Máxima de Campo Grande, cerca de R\$ 2 milhões, é necessário fazer alguns ajustes burocráticos junto à Caixa Econômica Federal.*

c) Juízo moral:

Os juízos morais empregados na cobertura do jornal demonstram uma tendência em deslegitimar a administração pública, apontando para descasos, ineficiências política e falta de planejamento. Um outro fator que recebeu enfoque foi a característica punitiva da prisão, a qual o jornal julgou como relapsa e que não atua com severidade na aplicação do rigor legal.

Pelo enquadramento adotado pelo veículo, o Estado agiu de forma omissa e desinteressada, não realizando os investimentos necessários na segurança pública, o que resultou em uma degradação acentuada das penitenciárias, no fortalecimento do crime organizado e na proliferação da violência. Foram os julgamentos morais utilizados no texto 2: [...] *em uma semana, o crime organizado sob o comando do Primeiro Comando da Capital (PCC) ordena ataques e rebeliões simultâneas nos presídios do Brasil e atinge quatro cidades no Estado. A polícia se defende como pode.*

Uma classe política ineficiente foi o julgamento utilizado para reforçar a ideia do jornal de que o Estado fracassou no controle criminal, ratificada no texto 9, em uma fala do Ministro da Justiça ao explicar o atraso na entrega de obras da penitenciária federal, construída em Campo Grande, que serviria para abrigar os líderes de organizações criminosas e presos de alta periculosidade: *Thomaz Bastos ironizou: Este presídio estava previsto para ser construído desde 1984, e construímos ele em menos de três anos.* O ministro se referia às administrações não petistas, uma vez que ele era ministro do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010).

Os textos emitem também juízo moral ao informar que a AGEPEN não possuía transparência e nem forneceu informações convincentes aos familiares dos presos após o término da rebelião. Nos depoimentos dos familiares, o jornal deixou explícito que a

administração penitenciária esconderia o real estado da população encarcerada, conforme o texto 3:

Carla Galdino Fernandes é uma das manifestantes e explicou que a entrada de advogados na Máxima tranquilizaria a família. “Além disso, eles precisam de materiais de higiene pessoal, como pasta de dente”, disse. Os parentes chegaram a estender uma faixa, em que diziam “Reivindicamos nossa visita. Paz para todos”, mas afirmaram que os policiais militares retiraram-na.²⁰

Além do fato de não fornecimento de informações, o jornal ratifica o enquadramento da truculência de policiais no trato com os familiares dos presos. O juízo moral de que os presos implicados na rebelião deveriam ser punidos com a lentidão produzida pela sua rebelião foi descrito no texto 4, juízo enfatizado na fala do juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Júlio Siqueira Cardoso: [...] *os detentos das penitenciárias danificadas não poderão reclamar da lentidão no andamento de seus processos pois foram eles que se rebelaram e criaram todas essas dificuldades.*

Explicita-se que um caráter de punição deve ser empregado a presos que promovem motins e rebeliões. Nesse mesmo sentido, o punitivo, o jornal reitera a posição de que preso não merece privilégios como acesso aos televisores e rádios, apoiado no depoimento do presidente do sindicato dos agentes penitenciários, descrito no texto 11, publicado em 13/06/2006: [...] *segundo informações da Agepen, eles não vão assistir a nenhum jogo do Brasil pela Copa do Mundo da Alemanha. A medida tem o apoio do sindicato, que considera o aparelho de televisão como uma regalia.*

O julgamento moral de que os presos que foram responsabilizados pela rebelião não deveriam ser transferidos para Naviraí, pois trariam problemas para a cidade, apareceu no texto 6, na qual o jornalista colheu depoimentos de vários moradores para enfatizar a posição do jornal:

[...] Receber estes presos não satisfaz a população, que espera a desativação da cadeia pública é prioridade para a transferência dos presos que estão na cidade [...], [...] Naviraí merecia algo melhor que um presídio, mas já que temos um, temos que aceitar a ideia[...] não é bom ter os presos importados do PCC e de outras regiões, quando já temos os que estão na cidade e os que estão em cadeias superlotadas, em todo o cone sul [...].²¹

²⁰ Jornal *Correio do Estado*. 22/05/2006. Familiares de presos protestam com vigília. Arquivo *Correio do Estado*.

²¹ Jornal *Correio do Estado*. 28/05/2006. Comunidade repudia transferência. Arquivo *Correio do Estado*.

O julgamento moral de que o governo estadual não possuía a organização que deveria ser empregada na logística em relação à utilização da FNSP em Mato Grosso do Sul coube ao texto 8: [...] *não podemos subutilizar a tropa colocando-a dentro de presídios, disse o oficial, o que no meu entender não justificaria uma mobilização nacional do efetivo*; e ao texto 10: [...] *treinados para trabalhar em situações de crise extrema e com bandidos de alta periculosidade, os policiais da Força Nacional não conseguiram fugir do desconforto criado durante as revistas a caminhões, ônibus e automóveis. A estratégia de atuação da tropa de elite do Ministério da Justiça ainda é genérica.*

Por fim, o jornal emite o julgamento de que no Brasil as autoridades e políticos não são punidos por crimes cometidos. Tal posicionamento ficam intrínsecos nos textos 1 e 7, ao se referir às prerrogativas de foro. Sugere-se de que a força do crime organizado se apoia ou advém do suporte de indivíduos dos poderes executivos, legislativo e judiciário, que utilizam das prerrogativas de foro privilegiado para a prática de crimes.

d) Proposta de solução:

Em relação às propostas de solução adotadas, o jornal foi econômico nos apontamentos. Defendeu a celeridade na liberação do montante solicitado pela administração pública para reconstruir as unidades prisionais, transparência nas informações liberadas pela AGEPEN sobre os detentos e ações de deslocamentos do foco de atuação da tropa da FNSP. Com relação ao tema principal das rebeliões, o crime organizado, limitou-se à revisão das prerrogativas de foro privilegiado, endurecimento e aumento de penas.

O jornal defendeu que o emprego das verbas federais recebidas poderia recuperar partes das instalações danificadas, garantindo a segurança dos servidores e dos presos. No texto 2, sobre a recuperação das instalações que deveria devolver a aparente normalidade às penitenciárias:

[...] uma das esperanças para o Governo do Estado levar um pouco mais de tranquilidade para os servidores da Justiça e Segurança Pública e para as famílias da população carcerária é a captação de R\$ 2,5 milhões do Governo Federal, para obras emergenciais nas penitenciárias devastadas pela ação do PCC.

Os processos para liberação das verbas necessárias para a reconstrução das penitenciárias, segundo o veículo, deveriam ser flexibilizados pela urgência que o tema requeria. Essa proposta de solução com a liberação emergencial de verbas pela CEF está no texto 9.

Para a tranquilização dos familiares dos presos, o jornal citou que o retorno da liberação para os advogados atender seus clientes deveria acontecer o mais breve possível, como expõe o texto 3: [...] *mães, mulheres e irmãs de detentos do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande fazem vigília próximo ao estabelecimento, em sinal de protesto contra a suspensão das visitas. Elas querem que pelo menos os advogados tenham permissão para entrar e conversar com os presos.*

O jornal propôs para solucionar a insatisfação dos moradores de Naviraí que a penitenciária local abrigue os presos da cadeia pública da própria cidade e não receba os presos advindos das penitenciárias rebeladas, conforme o texto 6: [...] *da delegacia de Polícia Civil, ninguém quer falar para repórteres, mas não disfarçam o medo de novas rebeliões e tentativas de fuga. Eles, a exemplo de toda a comunidade naviraiense, expressam o desejo de ver os presos da cadeia local em novo presídio.*

Com relação à utilização da mão de obra da FNSP, o jornal defendeu que a mesma deveria estar em atividades ostensivas e de policiamento das fronteiras, como cita o texto 10: [...] *a FN realizou operações em pontos das rodovias BR-163, BR-262 e MS-080, em Campo Grande, já numa demonstração de sua área de atuação. A Força Nacional também deverá ser empregada na região de fronteira com o Paraguai e Bolívia, apoiando o combate ao tráfico de drogas, e em rodovias.*

No entanto, o veículo segue considerando extremado e desproporcional a solicitação da ajuda ao Governo Federal, uma vez que os agentes chegaram a Mato Grosso do Sul após o fim da rebelião, como enfatizado pelo texto 5: [...] *os integrantes do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança consideraram prudente o reforço com os Policiais da Força Nacional, por considera-los treinados para agirem em momentos de tensão, como o que ocorreu durante a rebelião.* Em vários trechos dessa notícia, o *Correio do Estado* reiterou o desconforto dos policiais locais e dos servidores cedidos pela FNSP.

Para resolver e mitigar o envolvimento de políticos e autoridades na criminalidade o jornal propôs, embasado no depoimento do juiz federal Odilon de Oliveira, que as prerrogativas de foro sejam de uso exclusivo de presidentes da República, Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, assunto reiterado no texto 1.

Em relação ao crime organizado, o texto 1, também embasado no depoimento do juiz Odilon de Oliveira, reitera a posição do jornal de que é necessário um certo endurecimento na legislação para conter o avanço e proliferação da criminalidade:

[...] um aumento de penas para determinados tipos de crime, como narcotráfico, homicídio, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, sequestro, entre outros. Eliminar prisão especial para quem tem curso superior, eliminar sigilo bancário e fiscal para certos crimes e permitir que delegado expeça mandado de busca e apreensão também, na avaliação de Odilon de Oliveira, seriam medidas que auxiliariam o Estado a enfraquecer o poder do crime organizado.²²

Após a análise dos textos informativos pôde-se constatar que a cobertura se dedica a mostrar a força que o crime organizado adquiriu, sintetizadas nas estratégias e planejamento das ações do PCC e nas deficiências estatais no controle da segurança pública brasileira. O jornal retrata de forma superficial os fatores que levaram ao cenário de degradação, como falta de investimento em infraestrutura, tecnologia, remuneração de servidores, entre outros problemas.

Sobre as causas que culminaram na rebelião, o jornal limita-se a analisar os fatos com maior proximidade aos eventos, sem, no entanto, ir ao cerne de questões relacionadas à violência estrutural, às desigualdades sociais, educacionais e à dificuldade de acesso a itens de necessidades básicas que contribuem para a marginalidade. Também não ficaram nítidas foram as propostas e apontamentos que, na concepção do jornal, poderiam contribuir para a solução da crise penitenciária instalada em Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Os temas enfatizados, em sua maioria, fazem referência às deficiências estatais e ressaltam a vulnerabilidade, falência da segurança pública, degradação do sistema penitenciário e falhas da administração pública.

Nos textos também transparecem uma percepção de que a população carcerária recebe privilégios indevidos, que deveriam ser punidos e não agraciados com recursos que conduzem a um aspecto de dignidade. Também nesse mesmo cerne, os direitos da pessoa humana e os prejuízos psicológicos e emocionais causados pela rebelião são assuntos que pouco foram explorados.

3.4 O ENQUADRAMENTO DAS REBELIÕES PELOS EDITORIAIS

Neste tópico estão apresentados os editoriais e as funções de enquadramento empregadas. Assim como feito para selecionar os textos informativos, os editoriais também foram dispostos no Quadro 3, seguidos de pequenos resumos. Verificou-se que todos eles

²² Jornal *Correio do Estado*. 17/05/2006. Foro especial fortalece o crime organizado. Arquivo *Correio do Estado*.

possuíam ao menos três das funções de enquadramento, logo todos os cinco editoriais passaram a compor o *corpus*.

Os editoriais, na perspectiva de Beltrão (1980), representam a voz da empresa jornalística, bem como o pensamento e a filosofia da opinião pública da qual ele é representante.

Quadro 16 - Editorial 1: *O fracasso do Estado*

Edição nº 16.255	Data 16/05/2006	Caderno Editorial	Página 2A
Problema identificado	A sociedade contaminada pela ação crime organizado brasileiro.		
Causa	A promiscuidade do ambiente político na sociedade.		
	Acumulo histórico de um passivo social associado às contradições do Estado.		
Juízo moral	Os responsáveis pela segurança pública negligenciaram a questão da organização criminal.		
	O crime organizado tornou-se um poder paralelo mais eficiente e poderoso que as organizações estatais e governamentais.		
	Inércia do Estado frente a momentos anteriores de tensão nacional se repetirá.		
Proposta de solução	Não identificado.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O editorial publicado em 16/05/2006 faz um apanhado das ações de violência que tiveram início em São Paulo e estenderam-se pelo interior paulista, promovidas pelo PCC, cujos reflexos ecoaram nas penitenciárias de Mato Grosso do Sul, causando um cenário de medo e de insegurança generalizado.

Questiona quem são os responsáveis pelo enfraquecimento do Estado e pela ascensão do crime organizado, o modelo de administração pública vigente e as tratativas políticas para contornar a situação das penitenciárias destruídas pelas rebeliões.

Quadro 17 - Editorial 2: *O galinheiro e a pirâmide invertida*

Edição nº 16.255	Data 17/05/2006	Caderno Editorial	Página 2A
Problema identificado	A desvantagem governamental frente à organização criminal.		
	Utilização das ações para controle das rebeliões como estratégia eleitoral.		
	Lassidão moral e ética nas esferas do poder público.		
Causa	Políticos gozam dos privilégios da impunidade, e a população vem sendo enculturada a crer na normalidade dos crimes por eles cometidos.		
	Estrutura da administração pública comprometida em detrimento de interesses eleitorais, cargos e posições disponibilizados como moeda de troca política.		
Juízo moral	A sociedade realiza um processo de transvaloração de padrões morais e avalia a realidade sob o prisma de uma pirâmide invertida em que a eficiência e o respeito na vida pública perdem espaço para a estrutura criminal.		
	População presa recebe benefícios indevidos.		
Proposta de solução	Não identificado		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Neste editorial, o *Correio do Estado* aponta que pior que a destruição e o caos provocados pelas rebeliões são as intenções dos grupos políticos, que se utilizando do oportunismo gerado pela onda de violência, articulam o resultado de eleições. Relata que o Estado está perdendo a luta contra o crime organizado e elenca os fatores que potencializam o processo de degradação na segurança pública. São eles: contradições do judiciário, frouxidão dos governos e lassidão moral e ética.

Apointa que toda uma geração está sendo enculturada, sob um prisma do crime, em um processo em que os valores morais, a eficiência e o respeito não são mais as posturas que norteiam a vida pública e, sim, a estrutura do crime organizado brasileiro. Também cita que a morosidade na máquina estatal ocorre em detrimento de interesses políticos e a compara a um galinheiro, que está sendo ultrapassado pela estrutura organizacional montada pelo PCC.

Quadro 18 - Editorial 3: *A indústria do medo*

Edição nº 16.256	Data 19/05/2006	Caderno Editorial	Página 2A
Problema identificado	Corrupção em todos os estratos sociais.		
	Segurança pública fragilizada.		
Causa	Poder paralelo capilarizado em todos os setores da sociedade sob o comando do crime organizado.		
Juízo moral	Administração pública não consegue controlar a onda de violência instalada e necessita negociar com o crime organizado o fim das rebeliões.		
	Penitenciárias são ambientes fétidos.		
Proposta de solução	Não identificado.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O editorial aponta para os dias de tensão vividos pelos moradores das cidades onde existem penitenciárias instaladas, seja por medo de fugas em massa ou por ameaças de bombas ou carros incendiados nas ruas. Considera que os eventos de violência ecoaram pela história e serão objetos de romancistas, sociólogos, historiadores e psicanalistas. Admite que ainda não é possível racionalizar os desdobramentos que a onda de violência causou, devido à sua recente eclosão.

Utiliza o fato de um funcionário da Câmara dos Deputados, em Brasília, ter sido assediado e ter vendido uma gravação dos depoimentos de delegados à CPI do Tráfico de Armas, por advogados que representam os réus do PCC, cujas informações sobre a transferência de lideranças do crime foram os fatos motivadores para as rebeliões, para ratificar a presença da organização criminosa em diversos estratos sociais corrompidos, potencializando o cenário de insegurança generalizada.

Questiona ainda, se houve negociação entre o governo de São Paulo e os representantes do PCC para a interrupção das rebeliões e ratifica que, mesmo sob a negativa estatal, a normalidade foi obtida por meio de concessões.

O editorial finaliza apontando que o poder paralelo do crime organizado permeia a sociedade, desde o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o Poder Judiciário até as celas das penitenciárias, usando a força por meio do emprego do medo sobre a rotina cada vez mais insegura dos brasileiros.

Quadro 19 - Editorial 4: *Força ficcional*

Edição nº 16.272	Data 04/06/2006	Caderno Editorial	Página 2A
Problema identificado	Utilização de ações para controle das rebeliões como propaganda eleitoral.		
	Dificuldade logística para recebimento dos servidores da FNSP.		
Causa	Improvisação, narcisismo e falta de experiência no controle das ações necessárias para o fim das rebeliões.		
Juízo moral	Ações mal articuladas provocam descrença e fomentam piadas entre a população.		
	O crime organizado com estrutura muito mais organizada que a administração pública.		
	Governo petista realiza um excesso de registros para a mídia na tentativa de mostrar eficiência e transforma fatos concretos em ficção, não sendo levado a sério pela população.		
Proposta de solução	Proposta implícita de que a administração petista deve deixar de lado os holofotes e se centrar em ações concretas e assertivas		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O texto opina sobre o excesso midiático cometido pelo governo estadual em torno da solicitação à União da Força Nacional de Segurança Pública e que os feitos anunciados pela administração petista são sempre precedidos de ações mal planejadas que provocam a descrença da população e drena recursos financeiros, levantados por meio dos impostos.

Segundo o jornal, a chegada da tropa deixa evidente a falta de planejamento e logística, pois não havia sido acertado detalhes primordiais como a acomodação e a alimentação dos agentes, colocando em xeque a improvisação do estado frente à organização criminal.

Finaliza argumentando que o governo estadual se preocupa em fazer registros, numa tentativa de mostrar uma eficiência que não possui, na qual transforma problemas concretos em ficção e que, no caso específico da FNSP depois de um começo tumultuado, não conseguirá ter credibilidade para convencer o sul-mato-grossense de que poderá combater o tráfico, o contrabando e as quadrilhas que atuam na região fronteira, com fortes laços com o PCC.

Quadro 20 - Editorial 5: Regalias ou punição

Edição nº 16.282	Data 14/06/2006	Caderno Editorial	Página 2A
Problema identificado	O modelo penitenciário brasileiro não cumpre sua função punitiva.		
Causa	A administração pública não consegue dar conta da complexidade da prisão.		
	Os detentos não se sentem punidos por estarem presos.		
Juízo moral	Por vezes, os presos recebem mais benefícios que o cidadão livre.		
	As regalias concedidas pelo sistema penitenciário e o judiciário brasileiro tornam os presos pessoas petulantes.		
	Pessoas presas não tem direito à reivindicações.		
	O sistema penitenciário facilita o acesso de drogas aos presos sobre o argumento que ela ajuda a manter um clima pacífico.		
	A única unanimidade brasileira é o futebol.		
Proposta de solução	Endurecimento da legislação penal.		
	Proibir o acesso à televisão e ao rádio durante os jogos da Copa do Mundo como forma de punição pedagógica.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O editorial trata sobre a ameaça de uma nova rebelião dos presos da PSMCG, uma reação à retirada dos televisores e rádios, às vésperas do jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo. O jornal classifica a iniciativa dos presos como uma ameaça petulante e que revela um grau de regalias que os presos possuem. Ainda afirma que não se deve negar o básico a condenados e presos que aguardam o julgamento, porém que eles foram afastados do convívio social por representarem um risco à população e devem “pagar” como punição pelos erros cometidos.

Todavia, da forma como vivem, a prisão não é encarada mais como punição, nem pelos presos e nem pela população. Segundo o jornal, as condições que são destinadas aos presos, como alojamento, alimentação, acesso a celulares, visitas íntimas, televisores e rádios são vistos como direito adquirido. O jornal considera que controlar uma massa carcerária é bem mais complicado se não houver concessões e regalias, no entanto salienta que esse modelo de compensação não funciona e ainda abre espaço para o crime organizado.

O jornal finaliza o editorial com a afirmação de que o Estado precisa atuar com seriedade no trato com a população carcerária e adotar medidas capazes de assustar quem está dentro e fora das penitenciárias.

3.4.1 Análise das funções

Neste tópico são analisadas as funções de enquadramento proposta por Entman (1993) empregadas nos editoriais que compõem o *corpus* de pesquisa, com os seguintes questionamentos: 1) Quais foram os problemas apontados nos textos?; 2) Quais as causas determinantes para a eclosão das rebeliões?; 3) O juízo moral empregado nos textos? e; 4) Quais são as propostas de solução para a crise prisional?

a) Problema identificado

Como resultado da análise do problema identificado, nos editoriais analisados constata-se que a deflagração das rebeliões trouxe à tona uma série de fatores que, na visão do jornal, estão encrustados nas esferas sociais brasileiras. Segundo este enquadramento, a sociedade de uma maneira geral está contaminada pela ação criminal, pela corrupção dos agentes públicos, com valores morais e éticos degradados em um efeito cascata que atinge todos os estratos, tornando a atividade criminal uma prática cotidiana.

O jornal se posiciona sobre um contexto geral da segurança pública, atribuindo à esfera política diversos problemas que resultaram nas rebeliões. Também esboça uma crítica sobre o sistema punitivo brasileiro e suas contradições:

Até que ponto as causas e os efeitos do ambiente político altamente promiscuo em que vivemos – mensalões, valeriodutos, dancinha da pizza, acordões, sanguessugas e tantos outros fatos que vêm engrossando o caldo da cultura da impunidade brasileira – fazem conexão com a atividade criminosa [...].²³

Práticas como a corrupção dos agentes públicos contribuem, segundo os editoriais, para um processo de degradação dos valores morais e éticos, fazendo com que a sociedade conviva com o crime de maneira rotineira e adote uma posição de pacífica de conformismo.

²³ Jornal *Correio do Estado*. 16/05/2006. *O fracasso do Estado*. Arquivo *Correio do Estado*.

Diante de tudo que foi noticiado até o momento sobre o levante do PCC no sistema prisional brasileiro, a gênese de todo o processo deu-se quando um simples técnico de som da Câmara dos Deputados, Arthur Vinicius Silva, depois de ter gravado sessão secreta da CPI do Tráfico de Armas, em que foram ouvidos os delegados Godofredo Bittencourt e Rui Fontes, do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic) de São Paulo, foi assediado por advogados de criminosos e, conforme seu depoimento, vendeu o material produzido em CD por R\$200 (apesar de haver versões de que foi muito mais).²⁴

No posicionamento do jornal, o Estado fracassou em diversos aspectos, sobretudo no controle criminal. O crime organizado foi negligenciado pela administração pública. Os editoriais apontaram ainda para um modelo de aplicação de penas impostas pelo Poder Judiciário aos presos que não cumprem um papel punitivo.

Sobre a utilização da FNSP, o jornal opina que a administração pública estadual mostrou um total despreparo no recebimento das tropas, denotando uma falta de sintonia entre a solicitação ao Ministério da Justiça e a logística necessária para abrigar a tropa e seu trabalho.

Por fim, afirma que o governo estadual utilizaria suas ações no controle das rebeliões como estratégia para propaganda eleitoral, em uma tentativa de demonstrar competência à população e assim vencer as próximas eleições.

b) Causas

As causas apontadas pelo *Correio do Estado*, nos textos analisados, para a eclosão das rebeliões são diversas, porém, com ênfase no seguimento político, adjetivando-o como comprometido com ações criminosas e a promiscuidade dos cargos eletivos. Mazelas sociais também foram suscitadas, porém de maneira superficial.

De acordo com os enquadramentos, os políticos gozam dos privilégios da impunidade, protegidos pelas prerrogativas de foro privilegiado. A sociedade, por sua vez, devido à convivência com essa cultura da impunidade tem sido levada a crer que os crimes políticos não serão punidos e essa familiaridade tem feito com que a população adote um certo *status* de conformismo e aceitação da criminalidade.

O jornal considera que a estrutura da administração pública está comprometida pela atuação criminosa de políticos e, em razão dessa promiscuidade, os cargos e empregos públicos são sempre disponibilizados como moeda de troca política para obter vantagens

²⁴ Jornal *Correio do Estado*. 19/05/2006. *A indústria do medo*. Arquivo *Correio do Estado*.

ilícitas. Ainda no campo político, credita-se um *status* de narcisismo nas ações efetuadas para o controle das rebeliões.

Considera que parte do crédito pelo crescimento do crime organizado se deve a ações mal orquestradas da administração pública, que demonstram um certo amadorismo no controle da máquina estatal, sobretudo no momento das rebeliões em que a segurança pública estava estremecida. Utiliza como exemplo a dificuldade em constituir um secretário estadual da segurança pública, visto que Raufi Marques, Chefe da Casa Civil, foi nomeado de forma interina para chefiar a pasta, os problemas de logística e a atuação da FNSP.

Com relação ao crime organizado, os editoriais do *Correio do Estado* consideram que a criminalidade adquiriu contornos de um poder paralelo, está capilarizada em todos os setores da sociedade, organizada e capaz de abalar as estruturas da administração pública. Essa organização criminal faz com que os detentos consigam negociar com a administração penitenciária, levando-os a não temer o fato de estarem presos, fazendo com que o Estado se perca e não dê conta da complexidade da prisão e dos fatores que levam a ela.

Por fim, o jornal faz uso do argumento de que as rebeliões podem ser creditadas a um passivo histórico social, que vem sendo acumulado por décadas e que encara contradições estatais, entretanto não dá pistas de quais mazelas sociais está se referindo.

c) Juízo moral

De acordo com os enquadramentos dos textos, o julgamento moral mais evidente é de que a administração pública falhou no controle dos presos e não conseguiu perceber um acúmulo histórico que culminou na articulação e na organização criminal. O jornal defende a ideia de que a população prisional recebe regalias em troca da manutenção de uma disciplina e que o Estado necessita de leis mais severas, capazes de transformar o ambiente prisional em um local temido por presos e por pessoas que possam querer entrar no mundo do crime.

A sociedade brasileira, segundo o jornal, passa por um processo de transvaloração de padrões morais e éticos, no qual avalia a realidade sob o prisma de uma pirâmide invertida. Neste padrão de avaliação, a eficiência e o respeito na vida pública perdem espaço para a estrutura do crime organizado, como descrito no editorial *O fracasso do estado*:

Em meio ao caos instalado desde a última sexta-feira na grande São Paulo (englobando também vários municípios do interior paulista) – e, aos poucos, como um tsunami incontrolável, estendendo-se para vários Estados brasileiros, inclusive Mato Grosso do Sul -, deixando claro para a população que o crime organizado está mais poderoso do que imaginavam os responsáveis pelo sistema de segurança pública de todo o País[...]. As ruas e praças tornaram-se os espaços do medo. Há uma sensação coletiva de que o crime organizado tornou-se um poder paralelo muito mais eficiente e poderoso do que as organizações estatais e governamentais[...].

A administração pública, historicamente, se manteve inerte em situações de tensão e que o fará nos conflitos envolvendo a segurança pública e o crime organizado, conforme o veículo. Enfatiza também a questão de que o crime organizado se tornou um poder paralelo mais eficiente e poderoso que as organizações estatais.

Ainda sobre o crime organizado, o jornal julga que a administração pública assume um papel de submissão frente ao crime. A ineficiência estatal no controle da violência, no julgamento do jornal, conduz, no caso das rebeliões, a uma negociação com o PCC para que os motins e ataques sejam cessados. Com relação ao trato com o crime organizado, o jornal faz uma alusão ao fato de que a administração penitenciária só consegue controlar a população carcerária mediante a concessão de inúmeras regalias e benefícios, incluindo a facilitação ao acesso de drogas ilícitas, sob o argumento de que sua utilização contribui para a manutenção de um clima de disciplina.

Considera que o excesso de regalias concedidas pelo sistema penitenciário, com o aval do Poder Judiciário (aqui o jornal considera regalia o acesso a televisores, rádios e visita íntima) empodera a população presa, tornando-a petulante e levando-a acreditar que possui direito às reivindicações.

O posicionamento de que os presos recebem muitas regalias pode ser confirmado no editorial *Punição ou regalias*, no qual aponta que o Estado tem características paternalistas no trato com os presos:

[...] com comida, cama, sexo e lazer permanentemente garantidos, o que há de assustador numa prisão que seja muito pior do que aquilo que boa parcela da população enfrenta do lado de fora das grades? Na semana passada, em São Paulo, internos de 144 unidades prisionais chegaram ao ponto de fazer 'greve branca' (como se fossem uma categoria laboral) em solidariedade ao regime de privações imposto aos colegas da Penitenciária Mauricio Henrique Guimarães (Venceslau 2). A tal greve deixou evidente que um sistema punitivo é encarado com temor.²⁵

O jornal emite o julgamento de que as penitenciárias possuem ambientes fétidos, porém não faz menção às condições de insalubridade dos prédios. Sobre a postura do governo estadual,

²⁵ Jornal *Correio do Estado*. 14/06/2006. *Punições ou regalias*. Arquivo *Correio do Estado*.

considera que a administração petista utiliza toda e qualquer oportunidade existente para fins eleitoreiros. Nota-se assim uma característica narcisista, na qual faz uso de um excesso de registros midiáticos, na tentativa de mostrar uma eficiência que não possui, transforma fatos concretos em uma ficção que não se sustenta, não sendo levado a sério pela população.

Os próprios títulos dos editoriais emitem julgamentos e atribuem características à administração pública. Adjetivar as instituições públicas como um “*galinheiro*”, as penitenciárias como indústrias que fabricam medo e a FNSP como uma força ficcional demonstram o posicionamento do jornal em relação a como a administração pública lida com a violência e seus reflexos.

d) Proposta de solução

Na última função de enquadramento, o jornal foi bem mais econômico em suas ponderações ao se comparar com as categorias anteriores de análise, demonstrando uma postura severa ao apontar problemas, mas bem tímida ao apresentar possíveis soluções. Em três de seus editoriais não foi possível identificar qual sua posição para resolução do problema prisional brasileiro, deixando assim uma posição muito mais de ataque nos enquadramentos utilizados na linha opinativa.

Como o cenário político foi bem proeminente nas outras três funções, uma das propostas de solução também não fugiria desta temática, muito embora trata-se de uma proposição implícita e bem permeada por uma crítica. O jornal sugere que para contornar a crise carcerária a administração petista deve deixar de lado os holofotes e se centrar em ações concretas e assertivas, pois segundo sua opinião, os atos da gestão demonstram um cunho mais propagandístico do que de resolução de problemas.

No editorial publicado no dia 17/05/2006, o jornal reforça sua opinião que os problemas oriundos do crime e da violência são complexos, não são resolvidos e protelados, inclusive utiliza a palavra ‘*galinheiro*’ para nomear o editorial, em uma alusão ao descontrole estatal:

O problema de violência e da criminalidade é extensamente complexo. Mesmo assim, pelo bem e pelo mal, o fenômeno está amplamente diagnosticado, dada a dimensão que adquiriu no dia-a-dia de cada cidadão. O que impressiona é que nenhum Governo até o momento – independentemente do partido a que pertença – conseguiu ir ao cerne da questão para começar a dar encaminhamento a soluções verdadeiramente eficazes.²⁶

²⁶ Jornal *Correio do Estado*. 17/05/2006. *O galinheiro e a pirâmide invertida*. Arquivo *Correio do Estado*.

Nas propostas de solução dos editoriais, o jornal defende uma postura conservadora no trato com a população carcerária. Defende o endurecimento da legislação, mesmo enquadramento utilizado nas notícias, para evitar o que classifica como “*regalias dos presos*”. Trata-se de uma posição semelhante a AGEPEN para retirada dos aparelhos eletrônicos, inclusive adjetivando-a como uma solução pedagógica.

Após a conclusão da análise das funções de enquadramento dos editoriais percebe-se que os apontamentos e opiniões nos editoriais foram similares aos utilizadas nas notícias, com forte ênfase no campo político, porém com uma elevação no tom crítico, sugerindo que existe um forte e estreito laço de ligação entre autoridades e organizações criminosas.

Os discursos permeiam a ideia de que a força que o crime organizado tomou mostra negligências, falta de planejamento, corrupção, entre outros. Emergem das análises também um forte discurso conservador em relação à defesa de valores morais e éticos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo após uma década das rebeliões nas penitenciárias no Dia das Mães de 2006, cenário que movimentou a segurança pública e amedrontou a população, ainda há um caminho longo a percorrer no combate aos problemas na segurança pública em Mato Grosso do Sul em presídios, como superlotação e crime organizado.

Os índices de aprisionamento aumentam progressivamente. Jovens, carentes e com baixa escolaridade são os que mais adentram, a cada ano, no universo do crime organizado. Apesar do esforço da administração na construção de mais presídios, a superpopulação ainda é uma realidade. Somado a isso, uma guerra declarada por domínio nas regiões de fronteira, onde o tráfico internacional continua articulando e controlando territórios.

As disputas por áreas entre as organizações criminosas continuam gerando conflitos de grandes proporções, com poder bélico similar a episódios de guerra, como visto em chacinas na fronteira, além de arrebatam cada vez mais seguidores e apoiadores para suas causas, sob uma pretensa narrativa de proteção dos presos frente ao estado. O número de membros em ORCRIMs e suas ramificações, dentro e fora dos presídios, é cada vez maior. O PCC, por exemplo, já conta com mais de 30.000 membros, espalhados por todo o território brasileiro.

Em Mato Grosso do Sul, após rebelião de 2006, entraram em funcionamento alguns presídios. A cobertura do jornal *Correio do Estado* daquela época já citava a penitenciária construída em Naviraí. Nos anos seguintes foram abertas unidades prisionais em Caarapó, Coxim, Dois Irmãos do Buriti, Ivinhema, Jardim e Nova Andradina. Em Campo Grande também foi construído o Estabelecimento Penal de Regime Fechado da Gameleira I, o Estabelecimento Penal de Regime Fechado da Gameleira II e a Penitenciária Federal de Campo Grande. Porém, apesar dos esforços, último levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cita que Mato Grosso do Sul ainda possui um déficit de vagas de 87,78%.

Logo após aquela rebelião, a AGEPEN/MS também criou o Gerência de Inteligência do Sistema Prisional (GISP) para atuar juntamente a outros órgãos de inteligência estatal, levantando informações que pudessem deixar a administração penitenciária em vantagem para antecipar e mitigar possíveis novas rebeliões.

Para além dos fatores que culminam na prisão de indivíduos, esta pesquisa buscou compreender quais foram as características discursivas empregadas na cobertura do jornal *Correio do Estado* sobre as rebeliões em Mato Grosso do Sul. Para isso, foram analisados dois gêneros jornalísticos, as narrativas empregadas na elaboração dos textos informativos (notícias) e opinativos (editoriais). O objetivo geral da dissertação foi alcançado e o emprego do método

de Análise de Enquadramento se mostrou eficiente, possibilitando o entendimento dos objetivos específicos. O enquadramento técnico, embora muitas vezes empregado de forma implícita nas notícias, foi ratificado pelo enquadramento primário e, a partir deste, foi possível identificar de forma mais clara a posição do veículo frente aos problemas da segurança pública estadual.

Foi constatado na morfologia da cobertura que, apesar do volume de material produzido, o tamanho da veiculação é singular em relação à crise que atravessava a segurança pública brasileira e estadual naquele ano. A cobertura total representou apenas 3% do volume de páginas publicadas no período.

Nos textos informativos, o *Correio do Estado* atribuiu características depreciativas às deficiências estatais, como uma forma de deslegitimação do serviço público no enfrentamento da violência. Um Estado enfraquecido frente a um crime que aparenta ser bem organizado, que não garante celeridade nos processos jurídicos, contribui para a superlotação das prisões e possui forças de segurança fragilizadas.

A corrupção, outro ponto abordado na cobertura, foi verificada em 15,38% dos textos informativos analisados. O enquadramento dado sobre o assunto nos textos opinativos se limita a tratar dos políticos e representantes eleitos, deixando de lado outros setores da administração pública que possam contribuir com a proliferação do crime. Não foi questionado, em qualquer matéria, como os presos conseguiram articular uma rebelião de grandes proporções, sendo que se encontravam isolados e, teoricamente, sem acesso a telefones.

O *Correio do Estado* foi bastante crítico sobre a classe política, indagando a distribuição de cargos e funções como moeda de troca para atender interesses de grupos específicos. Avaliou como narcisista a administração pública estadual à época, sob gestão do Partido dos Trabalhadores. Nos enquadramentos, toda e qualquer ação do governo foi, segundo o jornal, utilizada para fins eleitoreiros, em uma tentativa de demonstrar uma eficiência que não possui.

Quanto à prisão, o veículo apenas comenta que o sistema prisional brasileiro sofre influência de um poder paralelo, por vezes mais forte que o Estado e em condições de negociar termos, regalias e outras exigências com a administração pública. Pontua que o histórico social conduz à marginalidade, mas sem explicar qual é esse histórico responsável pela proliferação criminal.

Sobre a eclosão da rebelião, não explora de forma mais aprofundada quais foram os problemas ou reivindicações que culminaram no movimento. Nos textos opinativos, os autores sinalizam não serem legítimos os protestos dos presos. O *Correio do Estado* não utiliza como fonte qualquer refém, como também não lança luz sobre as experiências dos trabalhadores e

servidores (policiais e agentes penitenciários) reféns ou não, sendo que alguns deles vivenciaram de forma muito próxima a face violenta da rebelião.

O posicionamento de que houve uma degradação e uma transvaloração de valores norteadores da vida social, na qual o crime passou a ser encarado como uma realidade inserido de forma intrínseca na vida dos brasileiros, aparece de forma mais acentuada nos editoriais.

Foi possível observar nos textos um conformismo, uma passividade da sociedade em relação ao crime organizado, à impunidade, à corrupção estatal, além de um discurso de que o Brasil necessita de um endurecimento na legislação penal, devolvendo assim às prisões o *status* de ambiente temido e repressivo, que segundo o veículo se perdeu no tempo. Compreende-se assim que, embora o jornal não tenha adotado uma narrativa extremista explícita nas notícias, a fez nos editoriais escrito por jornalistas e advogados, nos quais defende a convicção de que a prisão deveria funcionar como um local de transformação dos indivíduos e que não estaria cumprindo seu papel.

Ao comparar as características dos textos informativos e opinativos foi possível constatar que os editoriais trazem a perspectiva de que ocorre uma deterioração histórica da ordem moral e ética socialmente aceitas, conduzindo as pessoas à prática de crimes e as notícias seguiram a mesma linha discursiva, todavia de forma mais branda e menos evidente. Portanto, a informação divulgada nos editoriais reflete às convicções filosóficas e políticas do veículo, demonstrando que os formatos jornalísticos analisados não se comportam como unidades indivisíveis, mas se assemelham ao tecido, composto de opinião e informação, a qual ensina Chaparro *apud* Marques de Melo e Assis (2020).

Na cobertura analisada transparece um discurso fundamentado na comparação “nós” (sociedade) e “eles” (presidiários), o que pode ser explicado no modo como a violência se relaciona com a cultura e a vida cotidiana da população regional. Essa diferenciação entre uma possível elite e os demais sul-mato-grossenses que, invariavelmente, compõem uma parte da população carcerária, foi identificada por Raposo (2018) quando aborda uma recriação da identidade sul-mato-grossense, na qual foi suprimida em uma violência simbólica, parte da cultura dos primeiros habitantes do estado, pelo grupo que atuou para a criação de Mato Grosso do Sul, do qual o *Correio do Estado* e seus apoiadores fizeram parte.

Ao levantar o questionamento de que os presos recebiam regalias ao invés de punições, o jornal expressa uma visão de que as prisões funcionam como um local destinado a pessoas que precisam ser afastadas do convívio social enquanto são punidas por seus crimes, sem fazer qualquer distinção entre os tipos de crimes cometidos, bem como daqueles que ainda esperam

juízo. Se não bastasse, ainda defende como uma das propostas de solução para a criminalidade o emprego de leis e regras mais severas.

Tanto nas notícias como nos editoriais, o jornal foi mais discreto na utilização da função de enquadramento “Proposta de solução” em relação a “Problemas”, “Causas” e “Juízos Morais”. Em 25% dos textos informativos e 60% dos editoriais não foi possível identificar o tipo de função, demonstrando uma postura baseada mais no ataque do que na proposição de saídas.

Vale ressaltar que embora esta dissertação não tenha analisado os enquadramentos empregados nos artigos de opinião, foi verificado na morfologia da cobertura, que neles, o jornal concede voz às classes sociais que lhe servem como base de sustentação, desde sua fundação. São eles: ruralistas, empresários, advogados e políticos, demonstrando um discurso permeado por valores conservadores e que, depois de mais de uma década da rebelião, foi utilizado na campanha política que elegeu o presidente da república em 2018, um político conservador de extrema direita, o que expõe características elitistas na maneira como se relaciona com a violência.

O *Correio do Estado* teve papel significativo na história de Mato Grosso do Sul, contribuindo desde a sua fundação para o desenvolvimento do Estado. Seus idealizadores atuaram nos bastidores da política nacional para que Mato Grosso não fosse dividido em norte e sul. O veículo esteve presente também em grandes decisões políticas, ora contra, ora a favor dos grupos governantes que possuíam afinidades ou disparidades com suas filosofias.

Na cobertura das rebeliões de 2006, o veículo assumiu um papel de oposição ao governo estadual e federal, ambos comandados pelo Partido dos Trabalhadores, questionando as ações tomadas no controle da crise da época, as quais adjetivou como estratégias eleitoreiras e mostrando problemas estruturais brasileiros que se arrastam por anos, como o caso da segurança pública.

Esta dissertação não se esgota no *corpus* analisado, tendo em vista que a prisão e suas relações sociais representam uma enorme fonte de variáveis e narrativas, com raízes históricas pouco estudadas pela perspectiva da Comunicação. Ciente do grande impacto causado pela rebelião de 2006 na vida dos presos, familiares, na população das cidades afetadas e nos servidores das penitenciárias, esta também pesquisa explorou apenas um lado da complexa problemática que emergiu da luta entre presos e o Estado, a mídia. Analisou-se dois gêneros jornalísticos utilizados por um veículo midiático e entende-se que outros aspectos ainda precisam ser investigados.

Neste sentido, este estudo servirá como uma provocação inicial para novas investigações científicas que possam analisar outros gêneros e formatos jornalísticos e, assim, criar uma tradição de pesquisa que relacione violência, prisões, identidades, regionalidades e jornalismo no novo e multicultural Mato Grosso do Sul.

Conclui-se que há ainda um percurso a ser feito no sistema prisional brasileiro e em seu papel ressocializador. Faltam, dentre tantos incentivos, políticas públicas eficazes para o tratamento de adictos, uma maior aproximação da massa carcerária com a educação e oferta de cursos profissionalizantes, por exemplo. Esses esforços são necessários para possibilitar chances reais de reinserção dos egressos após o cumprimento das penas no convívio social, em uma tentativa de mitigar condutas delitivas e apresentar novas perspectivas, fazendo com que os indivíduos não retornem ao universo criminal e, por consequência, à condição de presos, em uma espécie de *looping* constante.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Allan de. **Cocaína: a rota caipira**. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- ADORNO, Luiz; COSTA, Flávio. **PCC domina o crime em 8 estados e disputa o controle em outros 13 e no DF**. Uol Notícias. 10/08/2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/10/mapa-da-presenca-do-pcc-nos-estados-brasileiros.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2021.
- _____. **Como eu fundei o PCC**. Uol Notícias. 8/11/2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/jose-marcio-vulgo-geleiao-fundador-do-pcc-revisita-surgimento-da-faccao/>>. Acesso em: 06 mar. 2020.
- ADORNO, Sérgio; DIAS Camila Nunes. Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década. São Paulo: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 2, p. 118-132, ago./set., 2016.
- AMARAL, Claudio do Prado. **A história de pena de prisão**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.
- AMORIM, Carlos. **Comando vermelho: a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record. 1994. p. 38.
- _____. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. 289 p. Título do original: *Art Rhétorique et Art Poétique*. 2011.
- ASSIS, Francisco de, MARQUES DE MELO, José. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.
- BARBOSA, Adriano Mendes. **Ciclo do esforço investigativo criminal**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 153-179, jan./jun., 2010. Disponível em: <<https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/32/10>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- BARCELOS, Clayton da Silva. **Educação escolar na prisão: os significados e sentidos das professoras que atuam em unidades penais de Corumbá, Mato Grosso do Sul**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus do Pantanal*. Corumbá.
- _____. **Sistema Penitenciário Federal: o encelamento do ensino**. 2020. 135 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, Campo Grande.

BECKER, Gary S. *Crime and Punishment: An Economic Approach. The Journal of Political Economy*. V. 76, n. 2, p. 169-217, mar./apr., 1968. Disponível em: <http://webarchiv.ethz.ch/soms/sociology_course/Lecture6/becker1968.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre. Sulina, 1980.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**. 2015. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/04/A-UDN-e-o-Udenismo-M-Victoria-Benevides.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

KOCH, Ingedore; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna. Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk. **ALED** 11 (1), p. 79-91. Disponível em: <<http://projetonoisnafita.vl1.net2.com.br/site/pdf/rev07.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BORILLI, Salete Polônia, SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Apontamentos acerca das organizações criminosas a partir de um estudo exploratório na Penitenciária Industrial de Guarapuava e Cadeia Pública de Foz do Iguaçu (Paraná). **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 3, n. 2, 2002. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/1479/1300> 14/03/2020>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Considera%2Dse%20organiza%C3%A7%C3%A3o,penais%20cujas%20penas%20m%C3%A1ximas%20sejam>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CAMILO, Jairo. **O jornal e a prisão: uma análise da cobertura dos ataques do PCC em 2006 pela Folha S. Paulo e o Estado de S. Paulo**. 2009. 229 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo. Disponível em: <[prisao-uma-analise-da-cobertura-dos-ataques-do-pcc-em-2006-pela-folha-de-s-paulo-e-o-estado-de-s-paulo/](http://www.casperlibero.com.br/portal/imagens/2011/08/01/prisao-uma-analise-da-cobertura-dos-ataques-do-pcc-em-2006-pela-folha-de-s-paulo-e-o-estado-de-s-paulo/)>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Jornalismo: discurso em dois gêneros**. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos: Estudos fundamentais**. 1ª edição. São Paulo: Loyola; 2020. p. 219-247.

CHRISTINO, Mario Sérgio; TOGNOLLI, Cláudio. **Laços de sangue: A história secreta do PCC**. São Paulo: Matrix, 2017.

CODAZZI, Guilherme; ALVES, Xandu. **'Cidade Proibida' concentra 'gerais' do PCC, aponta raio-x**. 23/11/2019. Disponível em: <https://www.ovale.com.br/conteudo/conteudo/nossa_regiao/2019/11/92347--cidade-proibida--concentra--gerais--do-pcc--aponta-raio-x.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.

_____. História e violência cotidiana de um “povo armado”. **Projeto História São Paulo**, n. 39, p. 57-73, jul/dez, 2009.

DEPEN. **Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN** jul/dez, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2019.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

EDER. **Charge 1**. Jornal Correio do Estado, 16/05/2006a.

EDER. **Charge 2**. Jornal Correio do Estado. 19/05/2006b.

ENTMAN, Robert Mathew. *Framing: towards clarification of a fractured paradigm*. **Journal Communication**, v. 43, n. 4, 1993. Disponível em: <<https://is.muni.cz/el/fss/jaro2017/POL510/um/68100463/Entman1993.pdf>>. Acesso em: 19 de jun. 2020.

FERNANDES, Mário Luiz; SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo. **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

FOLLONI, André Parmo. Objetividade e subjetividade nas ciências sociais: introdução às relações interdisciplinares entre direito e desenvolvimento. **Revista do Direito Público**. v. 9, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/19806>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1977.

GANSON, William A., MODIGLIANI, André. *Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach*. **American Journal of Sociology**, v. 95, p. 1-37, 1989.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the news left*. Londres. University California Press. 1980.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOULART, Marília Bolemjian. **Um salve por São Paulo: narrativas da cidade e da violência em três obras recentes**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-28012015-100411/pt-br.php>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A produção do real em gêneros do jornal impresso**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. **A forma que (in) forma:** o projeto gráfico do jornal impresso na contemporaneidade. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM. 2011. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Ana-Gruszynski/publication/261437732_A_forma_que_informa_o_projeto_grafico_do_jornal_impresso_na_contemporaneidade/links/02e7e53444281a783b000000/A-forma-que-informa-o-projeto-grafico-do-jornal-impresso-na-contemporaneidade.pdf>. Acesso em 22 jan. 2021.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias.** 2020. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>. Acesso em: 28 out 2020.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal:** Parte geral. 24ª edição. São Paulo: Saraiva, 2001.

LOPES, Luís Fernando. **Charge jornalística:** estudo do discurso chargístico da Folha de S. Paulo veiculado no período da crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). 2008. 95 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp058974.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz Breta. **A história as prisões no Brasil.** V. 1, Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MANSO, Bruno Paes, DIAS, Camila Nunes. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista brasileira de Segurança Pública.** São Paulo, v. 11, n. 2, p. 10-29, ago/set, 2017. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

_____. **A guerra:** A ascensão do PCC e o mundo do crime. São Paulo: Editora Tovadia, 2018.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª edição. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos:** Estudos fundamentais. 1ª edição. São Paulo: Loyola, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Apreensões de drogas batem recorde em Mato Grosso do Sul e ultrapassam 707 toneladas em 2020.** 05/12/2020. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/apreensoes-de-drogas-batem-recorde-em-mato-grosso-do-sul-e-ultrapassam-707-toneladas-em-2020/>>. Acesso em: 3. mar. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento:** diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V. 27 n. 79, jun., 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MICHAUD, Yves. **A violência.** São Paulo: Ática, 1989.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal.** 17ª edição, São Paulo: Atlas, 2001.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 11ª edição. São Paulo: Editora Forense, 2015.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e da política**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Editora da UNESP, 2004.

RAPOSO, Maurício de Melo. **Enquadramento jornalístico dos conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul: Discursos Identitários como Quadros de Referência Primários**. 2018. 104 f. Dissertação (Menstrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

ROCHA, Rosana Gomes dos Santos. **Ecomuseu Ilha Grande: sustentabilidade, cidadania e resistência**. Dissertação. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2019. Disponível em: <http://ppgpat.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_rosana_rocha.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ROD, Ciro. **Censo registra aumento de 138,9 mil novos habitantes em MS**. Ciro Rod. 7/11/2010. Disponível em: <<http://ciorod.blogspot.com/2010/11/censo-registra-aumento-de-1389-mil.html>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SADABA, María Teresa. *Origen, aplicación y límites de la “teoría del encuadre” (framing) em comunicación*. **Revista Comunicación y Sociedad**, v. 14, n. 2, p. 143-175. Universidade de Navarra, Espanha. 2001. Disponível em: <https://www.unav.es/fcom/communication-society/es/articulo.php?art_id=335#C02>. Acesso em: 14 jun. 2019.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, jul./dez., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SANT’ANA, Ruth Bernardes. A implicação do pesquisador na pesquisa interacionista na escola. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 370-387, ago. 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v16n2/v16n2a09.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SCHWHENGBER, Isabela de Fátima. **Aspectos históricos do jornal Correio do Estado**. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Aspectos%20historicos%20do%20jornal%20Correio%20do%20Estado.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

SEJUSP/MS. **Sistema da SEJUSPMS**. Disponível em: <<http://www.estatistica.sigo.ms.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SILVA, Eduardo Araújo. **Organizações criminosas: Aspectos penais e processuais da lei n. 12.850/13**. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Gislene. Para pensar os critérios de noticiabilidade. **Revista UFSC**. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2091/1830/6215>>. Acesso em 03 mar. 2020.

SILVA, Marcos Paulo. **A representação da Segunda Guerra Mundial em um semanário do interior paulista**. O Eco (1939-1944). 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista. Bauru.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. **Análise de gênero textual: concepção sócioretórica**. Maceió: Edufal, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Rodrigo. **Comando Vermelho – História**. 7/12/2015. Disponível em: <<https://pensamentovivoblog.wordpress.com/2015/12/07/comando-vermelho-historia/>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

SOUZA, Tania Conceição Clemente. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **RUA**. V. 7 n. 1, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640721>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a study in the construction of reality**. Nova Iorque: The Free Press, 1980.

VALENTE, Rodolfo de Almeida. **Luta antiprisional no mundo contemporâneo: um estudo sobre experiências de redução da população carcerária em outras nações**. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2018. Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/09/relatorio_luta_antiprisional.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. **Jornalismo Utilitário - Teoria e Prática: Fundamentos, História e Modalidades de Serviço na Imprensa Brasileira**. 150 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/647>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

VINUTO, Juliana. Erving Goffman e sua análise de quadros. **Revista Sociologia**. Coleção Grandes Temas do Conhecimento, São Paulo, p. 25 - 32, 01 nov., 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/16321798/Erving_Goffman_e_sua_an%C3%A1lise_de_quadro>. Acesso em: 15 jun. 2019.

WOLOSZYN, André Luís. **Documentos Perdidos do PCC: Uma radiografia insignificante**. 04/10/2012. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/mout/noticia/8005/Documentos-Perdidos-do-PCC---Uma-radiografia-insignificante--->. Acesso em: 30 dez. 2020.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANEXOS

Texto 1

5a

Correio do Estado
Quarta-feira, 17 de maio de 2006

GERAL

SOLUÇÃO

Para o juiz federal Odilon de Oliveira, a Constituição Federal teria que ser modificada e eliminadas as prerrogativas de foro privilegiado para várias autoridades:

Foro especial fortalece o crime organizado

DENILSON PINTO

O juiz federal Odilon de Oliveira, ao comentar a força do crime organizado, afirmou que "o estado repressor está visivelmente despreparado". Entre as medidas que ele propõe para enfraquecer os criminosos, está o fim das prerrogativas de foro privilegiado para autoridades, ou seja, alterar a Constituição Federal. "Foro privilegiado significa impunidade. Não se vê o Supremo colocar ninguém na cadeia, nem condenar", afirmou. Ao falar da força do Primeiro Comando da Capital (PCC) ele foi enfático: trata-se de um dos grupos terroristas

mais fortes da América do Sul.

Entre os que desfrutam de foro privilegiado estão deputados, senadores, ministros, governadores, o presidente da República, juízes, promotores e prefeitos, quando o caso for na área criminal. Para Odilon, somente os presidentes da República, do Congresso e do Supremo deveriam manter este privilégio. Para isso, porém, seria necessário alterar a Constituição, o que é de competência dos políticos que hoje são beneficiados pelo que o magistrado classifica de "impunidade".

O magistrado defende também aumento de penas para

determinados tipos de crime, como narcotráfico, homicídio, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, sequestro, entre outros. Eliminar prisão especial para quem tem curso superior, eliminar sigilo bancário e fiscal para certos crimes e permitir que delegado expeça mandado de busca e apreensão também, na avaliação de Odilon de Oliveira, seriam medidas que auxiliariam o Estado a enfraquecer o poder do crime organizado. "Hoje tudo depende do juiz", lembra, ressaltando também que delegados e promotores deveriam ter acesso às movimentações bancárias e fiscais, sem depender de autorização judicial.

Para o juiz, também é importante "criar figuras penais de crimes de obstrução de Justiça". Ele lembra que o Brasil chegou a assinar convenção da ONU, nesse sentido, mas não foi editada lei. "Nos EUA, um simples disparo contra um policial pode gerar prisão perpétua. No Brasil, ameaçar um juiz ou qualquer do povo gera uma só pena".

Estruturar as polícias estaduais, federal e o Ministério Público, bem como especializar varas em crimes mais graves, na avaliação do juiz federal, também é uma necessidade urgente. "As polícias devem ser recicladas e ganhar melhor".



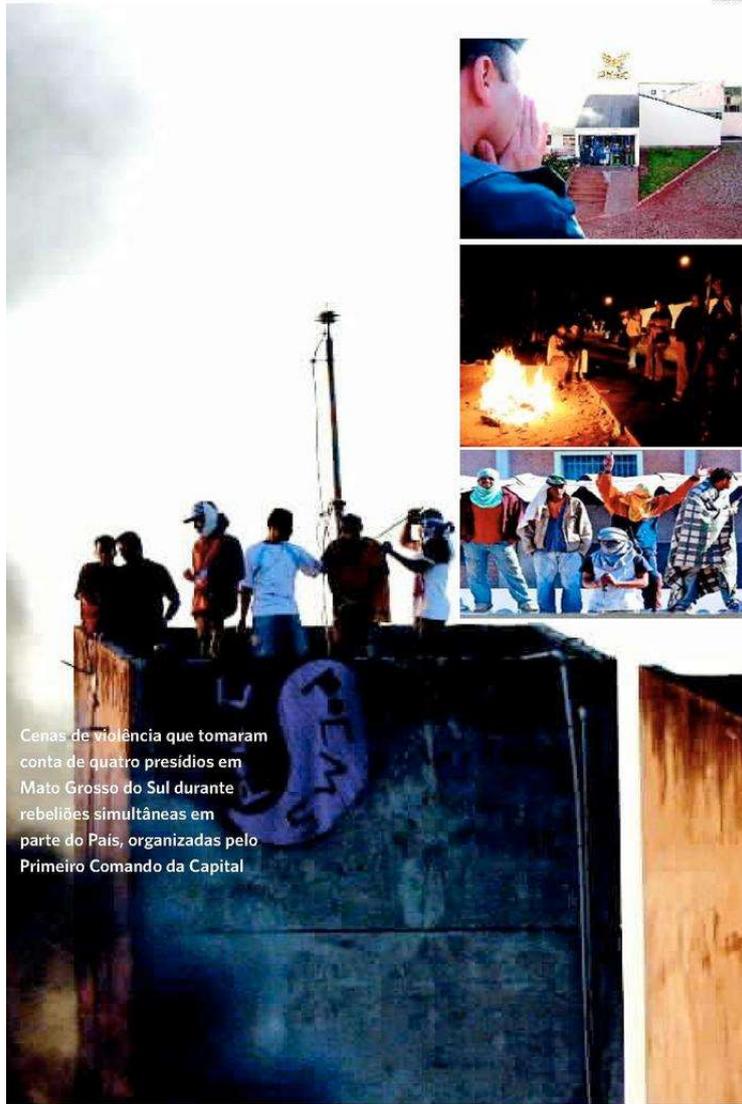
VALDENIR REZEND

Juiz Odilon de Oliveira propõe medidas contra o crime organizado

Texto 2

GERAL

Correio do Estado
Domingo, 21 de maio de 2006 14a



Cenas de violência que tomaram conta de quatro presídios em Mato Grosso do Sul durante rebeliões simultâneas em parte do País, organizadas pelo Primeiro Comando da Capital

REBELIÕES

Caos nos presídios de Segurança Máxima de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas permanece por bom tempo

Dias de fúria custarão 5 anos

EDUARDO MIRANDA

As forças de segurança pública de Mato Grosso do Sul ainda vão levar um bom tempo, pelo menos cinco anos, para se recuperar do furioso ataque da facção criminosa paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) às penitenciárias de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas - as principais cidades do Estado. Uma semana depois de rebeliões simultâneas dizimarem os presídios como a passagem de um furacão, as visitas para mais de 3 mil detentos estão suspensas, familiares e agentes vivem sob tensão e angústia, e as forças policiais em alerta permanente.

"Apesar das rebeliões controladas, o clima nessas quatro penitenciárias continua tenso", disse ontem Fernando da Anunciação, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Mato Grosso do Sul. A Polícia Militar admite que a suspensão das visitas que aconteceriam hoje pode potencializar a tensão dos presos e de seus parentes, e informou ontem que o policiamento foi reforçado para evitar novos tumultos dentro e fora das penitenciárias.

A justificativa da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) para a suspensão das visitas é a falta de infra-estrutura para dar segurança aos agentes, policiais, detentos e seus familiares. Nas ruínas das penitenciárias de Campo Grande e Dourados, por exemplo, é praticamente impossível revistar todos os visitantes.

Colapso

A degradação causada pelo PCC em Mato Grosso do Sul é tanta, que na última sexta-feira o governador José Orestes Miranda dos Santos decretou estado de emergência em todo o Estado. Ele reconheceu um problema que vem sendo denunciado há quase uma década: o da superlotação carcerária. São 8.266 detentos que se apertam em celas que, juntas, podem abrigar no máximo 3.737 pessoas.

Para se ter uma idéia da gravidade da situação, a administração estadual reconheceu que nem mesmo a ativação dos presídios de Naviraí e Dois Irmãos do Buriti - que estão em construção há mais de seis anos - poderia

aliviar o colapso do sistema prisional. O presídio federal de Campo Grande, que só deve ser entregue no segundo semestre por causa de problemas ambientais, também não deve alterar a rotina da superlotação no Estado, pois nele ficarão apenas presos considerados "VIPs" pelo Ministério da Justiça, como Fernandinho Beira-Mar e outros grandes traficantes, e líderes de facções como o PCC, o Comando Vermelho e o Terceiro Comando.

Uma das esperanças para o Governo do Estado levar um pouco mais de tranquilidade para os servidores da Justiça e Segurança Pública e para as famílias da população carcerária é a captação de R\$ 2,5 milhões do Governo federal, para obras emergenciais nas penitenciárias devastadas pela ação do PCC.

Enquanto o dinheiro não vem, os agentes penitenciários e policiais militares fazem o que podem, servindo comida preparada por empresas terceirizadas e até mesmo pelo Exército, trabalhando com poucas informações sobre seus detentos - destruídas pelo fogo - e tentando limpar os destroços das rebeliões.

ENTENDA O CASO

Em uma semana, o crime organizado sob o comando do Primeiro Comando da Capital (PCC) ordena ataques e rebeliões simultâneas nos principais presídios do Brasil e atinge quatro cidades do Estado. A polícia se defende como pode.

12 de maio - sexta-feira

- Incomodados com a transferência dos líderes da facção para a sede do Departamento de Investigações Criminais (Deic) em São Paulo, presidiários membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) iniciam uma onda, rebeliões e atentados contra policiais, agentes penitenciários e até mesmo bombeiros.

13 de maio - sábado

- O número de mortos na onda de atentados já passa de 40, a maioria detes policiais.

- Em Mato Grosso do Sul, chega a ordem para que as penitenciárias do Estado comandadas pelo PCC se rebeliem durante a visita do Dia das Mães.

Agentes penitenciários alertam autoridades da segurança sobre as iminentes rebeliões.

14 de maio - domingo

- O PCC faz o seu maior ataque da história. Na capital paulista mais policiais são mortos, bancos e ônibus também passam a ser alvo, e são destruídos. Em todo o Brasil são registradas 90 rebeliões: 52 em São Paulo, 4 em Mato Grosso do Sul e 4 no Paraná. O número de mortos, entre policiais, cidadãos e suspeitos, já passa de 80.

- Em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá as rebeliões começam ainda antes do meio-dia. O número de reféns, mulheres e crianças, passa de 600 em todo o Estado. A Polícia Militar inicia a rodada de negociações.

Temendo ataques como os da Grande São Paulo, as polícias Civil, Militar e Federal reforçam a segurança em suas bases.

15 de maio - segunda-feira

- O pânico toma conta da maior cidade do Brasil. O PCC continua os ataques contra as bases da polícia, bancos e o sistema de transporte coletivo. Além da onda de violência, uma onda de boatos faz o comércio paulistano fechar as portas no início da tarde. A cidade tem um dos maiores congestionamentos da história, e o sistema de telefonia celular entra em colapso por causa do excesso de ligações e dos boatos sobre atentados e tiroteios.

- Em Mato Grosso do Sul, as rebeliões nas penitenciárias tomadas pelo PCC terminam com o saldo de um morto (em Campo Grande) e mais de 20 feridos. Os presídios de Segurança Máxima, em Campo Grande, e Harry Amorim Costa, em Dourados, ficam semidestruídos pela fúria do PCC.

16 de maio - terça-feira

- O dia começa com todas as 90 rebeliões controladas. O PCC dá um tréguas e diminui os ataques em São Paulo, que tenta voltar à rotina.

- A Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul avalia que serão necessários R\$ 2,5 milhões para reconstruir as penitenciárias das principais cidades do Estado. A administração do sistema carcerário suspende as visitas por tempo indeterminado.

17 de maio - quarta-feira

- O Governo de São Paulo nega que o cessar-fogo tenha sido resultado de um acordo com o PCC.

18 de maio - quinta-feira

- O número de mortos desde o início da onda de ataques passa de 110.

19 de maio - sexta-feira

- O Governo de Mato Grosso do Sul reconhece o colapso no sistema penitenciário e decreta situação de emergência em todo o Estado.

Texto 3

GERAL

Correio do Estado
Segunda-feira, 22 de maio de 2006

14a

REFLEXOS DA REBELIÃO

Esposas, mães, irmãs e filhas de presidiários cobram da direção da Agepen pelo menos a entrada de advogados no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima

Famíliares de presos protestam com vigília

SÉVIA TAMA

Mães, mulheres e irmãs de detentos do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande fazem vigília próximo ao estabelecimento, em sinal de protesto contra a suspensão das visitas. Elas querem que pelo menos os advogados tenham permissão para entrar e conversar com os presos. As visitas foram suspensas pela Agência de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) em razão da precariedade das instalações do presídio após a rebelião da semana passada. O local encontra-se semidestruído.

Ontem, cerca de 35 pessoas continuavam próximo da entrada do Instituto Penal, unidade vizinha da Máxi-

ma. O protesto começou na quarta-feira, quando aproximadamente 115 pessoas permaneceram nas imediações da penitenciária. Segundo elas, a vigília começa às 5h e dura até as 18h.

De acordo com informações dos familiares, hoje eles devem tentar conversar com o secretário de Segurança Pública, Rauff Marques, em busca da liberação da visita dos advogados. A única autoridade com quem têm contato, afirmam, é o juiz das Execuções Penais, Francisco Gerardo de Souza. "Ele sempre nos recebe e nos ouve, mas o Telles (diretor da Agência Estadual de Administração Penitenciária, Luiz Carlos Telles Júnior), passou por aqui hoje (ontem) e conversou cono-

co do carro", reclamaram.

Carla Galvão Fernandes é uma das manifestantes e explicou que a entrada de advogados na Máxima tranquilizaria a família. "Além disso, eles precisam de materiais de higiene pessoal, como pasta de dente", disse. Os parentes chegaram a estender uma faixa, em que diziam "Reivindicamos nossa visita. Paz para todos", mas afirmaram que policiais militares retiraram-na.

O marido de Priscila Marques de Oliveira Farias está preso em Três Lagoas e ela estava na cidade quando aconteceu a rebelião. "Tanto lá, como aqui, nenhuma mulher ficou como refém. Todas foram muito bem tratadas e ficamos para garantir a integridade



ÁLVARO REZENDE

Famíliares de internos permaneceram nas imediações do presídio, cobrando a liberação de visitas

física de todos", explicou.

Reforço

O policiamento na Máxi-

ma continuou reforçado neste domingo, com cerca de 50% a mais de homens que o normal. Conforme policiais que estavam

em serviço, o fornecimento de energia chegou a ser interrompido rapidamente, em virtude de manutenção na rede.

Texto 4

→ AUDIÊNCIAS ←

Rebelião em penitenciária causa reflexos também no Judiciário

EDUARDO MIRANDA

As consequências da destruição das penitenciárias de Campo Grande e Dourados durante as rebeliões no início da semana passada, já chegam ao Poder Judiciário. Dezenas de julgamentos e audiências podem ser adiados

por conta da dificuldade de locomoção dos detentos e da extinção de arquivos e fichas dos setores administrativos dos presídios.

Na semana passada, por exemplo, três julgamentos de acusados homicídio e tentativa de homicídio tiveram de ser adiados no 1º Vara do

Tribunal do júri da capital, que julga prioritariamente os réus presos. Em outras varas de júri, de execução penal e criminais residuais, o cenário é semelhante.

"Diante da situação causada pelas rebeliões, o constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da

culpa não poderá ser alegado", explicou o juiz titular da 1ª Vara do júri, Júlio Siqueira Cardoso. Em resumo: os detentos das penitenciárias danificadas não poderão reclamar da lentidão no andamento de seus processos pois foram eles que se rebelaram e criaram todas estas dificuldades.

A diminuição da pena daqueles que trabalhavam em penitenciárias como o Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande e o Harry Amorim Costa, de

Dourados, também pode ter danos irreversíveis. Os papéis com a contagem dos dias trabalhados perderam-se em meio ao quebra-quebra e o incêndio promovido pelos presos no complexo administrativo.

Conforme informou na semana passada o diretor da Agência Estadual do Sistema Penitenciário (Agepen), Luiz Carlos Telles, todo este material terá de ser recuperado aos poucos, com base nas pesquisas no arquivo central do órgão, e com a ajuda dos

funcionários responsáveis pela fiscalização do trabalho nos presídios.

Na semana passada, a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) anunciou que precisa de pelo menos R\$ 2,5 milhões para realizar obras emergenciais nas penitenciárias, e reestabelecer a rotina anterior às últimas rebeliões. Na sexta-feira, o Governo do Estado reconheceu o colapso em seu superlotado sistema prisional e decretou situação de emergência em todo o Estado.

Texto 5

7a

Correio do Estado
Terça-feira, 23 de maio de 2006

GERAL

PAULO RISAS

SOS

Auxílio que foi recusado por Cláudio Lembo (SP) é bem-vindo no Estado

Governador pede reforço nacional para a segurança

EDIVALDO BITENCOURT

O governador José Orestes Miranda dos Santos (PT) solicitará ao Ministério da Justiça, nesta terça-feira, o envio de 150 policiais da Força Nacional de Segurança Pública para atuar em Mato Grosso do Sul. Eles vão reforçar a vigilância nos presídios destruídos pelas rebeliões e no policiamento urbano, segundo o secretário interino de Justiça

e Segurança Pública, Raufi Marques.

O pedido de ajuda do Governo federal foi aprovado em reunião do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI), formado por membros da cúpula da segurança no Estado. A solicitação foi aprovada após o governador José Orestes decretar situação de emergência em decorrência do colapso no sistema prisional. A mesma ajuda foi recu-

sada pelo governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL), durante os ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que paralisaram a maior cidade brasileira.

O pedido será oficialmente entregue hoje pelo governador ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. "É uma medida por zelo, cuidado por parte do Governo. Para tranquilizar ainda mais a população", ressaltou Marques.



Presidiários promoveram rebelião no dia 14 em Campo Grande e outras cidades, fazendo inúmeros reféns

Justificativas

Segundo o secretário, os presos depredaram os presídios em Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Ponta Porã, onde estão mais de três mil internos. Para manter a segurança nestas unidades, o número de agentes e policiais para manter a vigilância das penitenciárias triplicou.

Os integrantes do Gabi-

nete de Gestão Integrada de Segurança consideram prudente o reforço com os policiais da Força Nacional, por considerá-los treinados para agir em momentos de tensão, como o que ocorreu durante a rebelião.

Marques aposta que o Ministério da Justiça aprovará o envio das tropas federais, que deverão ficar por dois meses

no Estado. Até ontem à noite, o Governo não divulgou quais cidades vão receber o reforço no policiamento urbano.

Além disso, o Governo espera a liberação dos R\$ 2,5 milhões solicitados ao ministério para reformar os presídios. O auxílio ainda poderá ajudar na aquisição de equipamentos para a ativação do presídio de Naviraí, inaugurado neste ano.

Texto 6

Comunidade repudia a transferência

EDILSON OLIVEIRA, NAVIRAÍ

A comunidade de Naviraí está repudiando a idéia de o presídio da cidade receber os presos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), antes da desativação da Cadeia Pública de Naviraí, que tem 84 presos em um espaço projetado para 24. O presidente do Conselho Municipal de Segurança, Moacir Andrade, disse que na última reunião do

grupo que ele lidera "ecoou as reclamações da sociedade naviraíense, apreensiva com o recebimento de presos de alta periculosidade e por ter uma cadeia pública mal estruturada".

Para o vereador José Odair Gallo, "os presos da Cadeia Pública de Naviraí não fogem porque não querem". Ele acrescenta que "receber estes presos não satisfaz a população, que espera a desativação

da cadeia pública e prioridade para a transferência dos presos que estão na cidade". O velha unidade penal foi palco de três tentativas de fuga nos últimos 30 dias e os policiais civis e militares temem que os presos derrubem uma das paredes, e fujam. Por isto a PM aumentou a guarda, que tinha três e passou a ter nove homens.

A comerciarista Ednéia Silveira disse que "Naviraí

merecia algo melhor que um presídio, mas já que temos um, temos que aceitar a idéia". O pedreiro Roberto Dantas disse que "não é bom ter os presos importados do PCC e de outras regiões, quando já temos os que estão na cidade e os que estão em cadeias superlotadas, em todo o cone sul". A dona de casa Marlei Amorim prefere brincar com esta situação - "já que ficar brava não adianta, pelo menos a gente se consola que Naviraí está ficando famosa, é o preço do desenvolvimento".

O juiz Eduardo Magri-

nelli Júnior, contrariado, não quer falar com a imprensa sobre as exigências de segurança que impôs para receber os presos, em regime de exceção, por 60 dias. O comandante do quartel da PM, Paulo César Monteiro Ayres, acredita que por enquanto os 12 homens da guarda externa "são suficientes" (antes das transferências, o juiz Magrinelli havia informado que deveria haver 40). A Agência Penitenciária dispõe de 38 homens para fazer a guarda interna.

O prefeito Zelmo de Bri-

da disse que vai continuar trabalhando e vai manter contato com a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública, para que haja a urgente reforma da Cadeia Pública de Naviraí, a ser transformada em presídio feminino. Na Delegacia de Polícia Civil, ninguém quer falar para repórteres, mas não disfarçam o medo de novas rebeliões e tentativas de fuga. Eles, a exemplo de toda a comunidade naviraíense, expressam o desejo de ver os presos da cadeia local em novo presídio.

Texto 7

13a

Correio do Estado
Sexta-feira, 2 de junho de 2006

GERAL

NARCOTRÁFICO

O juiz federal confirmou que o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, vai ser transferido para o Presídio Federal e interrogado por ele

Odilon vai interrogar Beira-Mar na Capital

DÊNILSON PINTO

O juiz federal Odilon de Oliveira confirmou que o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, será transferido para o Presídio Federal de Campo Grande, assim que ele for inaugurado. Segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que esteve ontem na Capital, a penitenciária deve ser ativada no início do próximo semestre (julho ou agosto).

Assim que fizer parte da população carcerária da Capital, Beira-Mar será interrogado pelo juiz federal, que chefiará a Vara Especializada em Lavagem de Dinheiro. Com base em denúncia do Ministério Público Federal, o traficante é acusado de lavar dinheiro do narcotráfico em Coronel Sapucaia.

Segundo relato dos procuradores da República, Beira-Mar lavou cerca de R\$

12 milhões em Coronel Sapucaia, divisa com Capitán Bado (Paraguai), por meio de casas de câmbio. Todo o dinheiro teria sido obtido pelo traficante com a comercialização de maconha nos grandes centros consumidores do Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro).

Beira-Mar encontra-se preso na Superintendência Regional da Polícia Federal, em Brasília (DF), desde março deste ano. Antes, ele ficou em Maceió (AL).

Desde que foi preso em 2001, na Colômbia, Beira-Mar já foi transferido oito vezes, de diferentes cidades. E a terceira vez que ele é levado para Brasília. Caso seja transferido para Campo Grande, Beira-Mar também deverá ser interrogado pelo Tribunal do júri, em Campo Grande. Ele é acusado de ser o mandante do assassinato do traficante paraguaio João Morel, ocorrido em 2001 no

Presídio de Segurança Máxima.

Crime organizado

Em maio, logo após a onda de rebeliões em Mato Grosso do Sul, o juiz federal Odilon de Oliveira, ao comentar a força do crime organizado, disse ao *Correio do Estado* que uma das medidas urgentes para enfraquecer o poder dos integrantes é estabelecer o fim das prerrogativas de foro privilegiado para autoridades, ou seja, alterar a Constituição Federal. "Foro privilegiado significa impunidade. Não se vê o Supremo colocar ninguém na cadeia, nem condenar", afirmou. No caso do Primeiro Comando da Capital (PCC), especificamente, ele afirma que é um dos grupos mais fortes da América do Sul, superando a organização das Farc, na Colômbia.

Entre os que desfrutam de foro privilegiado estão depu-



Em março deste ano, o traficante Fernandinho Beira-Mar foi transferido para Brasília (DF)

tados, senadores, ministros, governadores, o presidente da República, juízes, promotores

e prefeitos, quando o caso for na área criminal. Para Odilon, somente os presidentes

da República, do Congresso e do Supremo deveriam manter este privilégio.

Texto 8

GERAL

Correio do Estado
Sexta-feira, 2 de junho de 2006

14a

SEGURANÇA PÚBLICA

O comandante da tropa, coronel Aurélio Ferreira, disse que o efetivo é altamente treinado para operações especiais e cuidar presos seria uma subutilização

Força Nacional não quer atuar em presídios



A tropa especial do Governo federal deve entrar em atuação a partir de hoje no Estado



FOTOS: VALDENIR REZENDE

A Força Nacional de Segurança deverá ser deslocada para pontos estratégicos de Mato Grosso do Sul

DA REDAÇÃO

A Força Nacional não quer atuar nos presídios de Mato Grosso do Sul que foram palcos de rebeliões no mês passado. Ontem pela manhã, o comandante da tropa, coronel Aurélio Ferreira Rodrigues, afirmou que "não querendo desmerecer os demais", esse grupo é altamente qualificado para outros tipos de atuações, de natureza operacional.

"Não podemos subutilizar a tropa colocando-a dentro

de presídios, disse o oficial, o que no seu entender não justificaria uma mobilização nacional do efetivo. A declaração gerou mal-estar entre policiais militares locais, que aguardavam o reforço da tropa federal principalmente nas unidades prisionais de Campo Grande e Dourados.

Com 200 policiais de 22 Estados, o grupo foi apresentado ontem pela manhã ao governador José Orcirio Miranda dos Santos. À noite, a FN realizou operações em

pontos das rodovias BR-163, BR-262 e MS-080, em Campo Grande, já numa demonstração de sua área de atuação. A Força Nacional também deverá ser empregada na região de fronteira com o Paraguai e Bolívia, apoiando o combate ao tráfico de drogas, e em rodovias.

A FN deverá ter como ponto de atuação as bases de Campo Grande, Dourados, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas. Apesar dessa distribuição, a tropa terá um trabalho prio-

rizado nas regiões de Naviraí e Dourados, auxiliando a Polícia Militar no patrulhamento ostensivo. Pelo menos é o que afirmou o secretário estadual interino de Justiça e Segurança Pública, Raufi Marques.

A região de Naviraí está sendo incluída até mesmo em razão do grande número de presos transferidos para a unidade penitenciária local, partindo dos estabelecimentos penais de Campo Grande e Dourados. No papel a ser desempenhado pelo grupo

durante sua permanência no Estado estão previstas operações especiais nas áreas de fronteira, reprimindo o tráfico de drogas e o contrabando, em apoio à Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Até o final da tarde não havia informações oficiais sobre os termos exatos da atuação da tropa em Mato Grosso do Sul, todavia, Raufi Marques disse que as ações da Força Nacional serão estabelecidas através de parecer do Gabinete de Cessão Integrada

de Segurança (GCI-MS), que reúne os vários setores da segurança pública.

A Força Nacional veio para Campo Grande com uma frota de 28 viaturas Nissan X-terra, além de coletes, capacetes especiais, carabinas e outras armas especiais. Os equipamentos serão doados para a Polícia Militar. As viaturas retornarão a Brasília após as operações em Mato Grosso do Sul. A tropa especial permanecerá de 60 a 70 dias no Estado.

Texto 9

→ MINISTRO ←

Liberação de mais recursos para segurança esbarra na burocracia

EDUARDO MIRANDA

Libertando menos dinheiro que o esperado pela administração estadual, o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos esteve ontem em Campo Grande, trazendo consigo um contingente de 200 homens da Força Nacional de Segurança Pública, 28 viaturas e mais R\$ 2.354.989,00 para a recuperação da Penitenciária Harry Amorim Costa, de Dourados.

O dinheiro para a reforma dos presídios de Segurança Máxima de Campo Grande, e de Corumbá e Três Lagoas deve ficar para liberação na semana que vem, previu ontem o ministro.

O Governo do Estado esperava que Bastos anunciasse a liberação de R\$ 5 milhões, como havia sido divulgado pelo ministério no início da semana. Contudo, o ministro da Justiça explicou que para disponibilizar o restante do dinheiro necessário para a reforma do Segurança Máxima de Campo Grande, cerca de R\$ 2 milhões, é necessário fazer alguns ajustes burocráticos junto à Caixa Econômica Federal.

Mas os gastos do Ministério da Justiça em Mato Grosso do Sul não serão somente com o sistema penitenciário. Somente a estadia de 60 dias dos 200 homens da Força Nacional de Segurança Pública, custará quase R\$ 1,4 milhão. Cada um dos soldados que vieram de 22 Estados, receberá mais de R\$ 6 mil em diárias.

O combustível das 28 viaturas da Marca Nissan, modelo X-Terra, será custeado pela Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública. "Esta será a nossa contrapartida na operação com as tropas nacionais", informou o secretário de Governo Raufi Marques, interino na pasta de Justiça e Segurança Pública, que ainda disse que caso seja necessário, os policiais da Força Nacional poderão ficar mais de dois meses no Estado.

Depois que as tropas federais retornarem para seus Estados de origem, parte do armamento utilizado nas operações ficará em Mato Grosso do Sul. Os veículos da Força serão levados de volta para Brasília.

Presídio Federal

Durante a solenidade de ontem, da qual também participou o governador do Estado, José Orestri Miranda dos Santos, Márcio Thomaz Bastos disse que o presídio federal de Campo Grande deve ser inaugurado em "julho ou agosto". A penitenciária de segurança máxima, que terá capacidade para 300 presos, já está pronta, mas ainda não pode funcionar porque não cumpre todos os pré-requisitos ambientais.

Para que o presídio federal da capital possa receber presos do mesmo nível de periculosidade de Fernandinho Beira-Mar e do líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Herbas Camacho, o Marcola, é necessário que a Prefeitura de Campo Grande desative o atual lixão, situação que ainda está pendente.

Para explicar o atraso na entrega da penitenciária, Thomaz Bastos ironizou: "Este presídio estava previsto para ser construído desde 1984, e construímos ele em menos de três anos".



O ministro Márcio Thomaz Bastos assinou convênio com José Orestri, liberando só R\$ 2,3 milhões

Texto 10

Tropa especial realiza operações em rodovias para adaptação

EDUARDO MIRANDA

A primeira atuação da Força Nacional de Segurança Pública em Mato Grosso do Sul foi em barreiras montadas nas saídas de Campo Grande, bem longe das penitenciárias da Capital, Dourados e de Naviraí, onde a Secretaria de Justiça e Segurança Pública queria reforço no policiamento. Em uma ação que durou aproximadamente cinco horas na noite de quinta-feira e no início da madrugada de ontem, ninguém foi preso, nenhuma arma ou droga foi apreendida e centenas de pessoas foram revistas.

Antes desta primeira operação, realizada nas cidades de Terenos, Sidrolândia, e nas saídas de Campo Grande para São Paulo e Três Lagoas, o comando da Força Nacional reuniu-se por mais de uma hora com equipes das polícias Militar, Rodoviária Federal e Civil. O objetivo era planejar a atuação das tropas federais pelos próximos 60 dias em todo Estado. Na tar-



A Força Nacional desenvolveu operações em pontos de rodovias para adaptação na cidade.

de ontem, entretanto, a estratégia dos 200 policiais militares trazidos de 22 Estados ainda não estava claramente definida.

Treinados para trabalhar em situações de crise extrema e com bandidos de alta periculosidade, os policiais

da Força Nacional não conseguiram fugir do desconforto criado durante as revistas a caminhões, ônibus e automóveis. A empresária Cristina Moreira da Rocha Bastos, 38 anos, demonstrou insatisfação com a ação policial. "Eu acho que é ótimo

para a segurança quando há mais policiais, mas este tipo de tratamento é demais para um civil normal", reclamou. Cristina e o marido tiveram de encostar no carro e ser submetidos à revista por parte dos policiais.

O gerente de vendas Da-

niel Resende, 34 anos, por outro lado, aprovou a ação dos policiais. "Eu acho que tem de haver cada vez mais fiscalização, como eu não devo nada, não temo e não me incomodo", avaliou. "Tomara que haja mais policiais em outros pontos do Estado, porque eu que viajo bastante e vou me sentir muito mais segura", disse a representante comercial Sandra Regina Oliveira, 34, que seguia de Corumbá para Campo Grande com outras quatro mulheres em seu carro.

Insatisfação

Nas operações que tiveram início na noite da última quinta, policiais militares e rodoviários federais residentes em Mato Grosso do Sul não disfarçaram o incômodo que a presença das tropas representava eles. "Isso é uma ofensa para os policiais do Estado, que são os que mais apreendem drogas e prendem criminosos em todo o País, haja vista que nossos presídios estão lotados", dis-

se um policial que preferiu não revelar sua identidade. "Se existe caos, ele está nas penitenciárias lotadas e não nas ruas", complementou.

Na noite de quinta-feira, o problema de planejamento era refletido dentro da própria Força Nacional. "Eu, sinceramente, não entendi ainda o motivo desta convocação", disse um policial militar de boina vermelha, que também optou por manter sua identidade em sigilo. "Precisamos saber o que vamos realmente fazer por aqui", acrescentou.

A estratégia de atuação da tropa de elite do Ministério da Justiça ainda é genérica. Sabe-se que eles vão realizar operações na região de fronteira seca com o Paraguai, e nas cidades de Dourados, onde parte do efetivo da PM faz a segurança do Presídio Harry Amorim Costa, e em Naviraí, cuja penitenciária ativada às pressas abriga mais de 200 integrantes da facção criminosa paulista Primeiro Comando da Capital (PCC).

Texto 11

15a

Correio do Estado
Terça-feira, 13 de junho de 2006

Copa 2006



Após rebelião em maio, 1,1 mil internos da Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande ficaram sem aparelhos eletrônicos, como TV e rádio, para acompanhar os jogos da seleção brasileira no mundial

BOB TENSÃO

Unidos por motim em maio, detentos estão se mobilizando para protestar por não assistir ao jogo do Brasil. Sindicato dos agentes pede reforço na segurança

Sem TV, presos podem promover rebelião

XIVALDO BITENCOURT

Sem televisão para assistir ao jogo de estreia do Brasil na Copa do Mundo 2006, os presos da Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande ameaçam promover rebelião nesta terça-feira. À tarde, o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, Fernando Anuniação, denunciou à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

(Agepen) que os presos estão programando manifestação para hoje e pediu reforço da segurança nos presídios da Capital, de Dourados e de Naviraí.

"Eles falam em manifestação para hoje. Tudo pode acontecer", alertou Anuniação, que considerou pouco o reforço feito pelos policiais militares desde a rebelião realizada no dia 14 de maio. Sobre o motivo alegado para revolta, a proibição de apa-

rechos de TV para assistir aos jogos da seleção, o sindicalista argumentou que eles estão procurando motivo para promover novas rebeliões.

Na segunda-feira, segundo os agentes, os presos falavam em manifestação, protesto, mas não adiantaram o horário e que tipo de evento promoverão hoje. O tumulto iniciado no Dia das Mães também foi alertado antes pelos agentes penitenciários.

Regalia

Em Campo Grande, os cerca de mil internos do Instituto Penal continuam autorizados a dispor de aparelhos de TV nas celas para acompanhar os jogos pela Copa do Mundo. No entanto, os 1.187 presos da Máxima estão sem qualquer aparelho eletrônico desde a rebelião, como punição. Eles também estão proibidos de receber visitas.

Segundo informações da

Agepen, eles não vão assistir a nenhum jogo do Brasil pela Copa do Mundo da Alemanha. A medida tem o apoio do sindicato, que considera o aparelho de televisão como uma regalia. Fonte do órgão também considera o risco de rebelião, mas considera o efetivo suficiente para controlar a situação. Para manter a situação sob controle, a Companhia de Guarda e Escolta conta com o apoio de policiais militares de outros

batalhões, que cumprem escala extra.

Segundo o sindicato, também existe o risco de rebelião na Penitenciária Harry Amcyrim Costa, em Dourados, e na Presídio de Naviraí, para onde foram transferidos os líderes das rebeliões de maio.

O diretor-presidente da Agepen, Luís Carlos Tellez, não foi encontrado para falar sobre as medidas adotadas pelo órgão para evitar motim nos presídios estaduais.

Texto 12

Clima foi de tranquilidade em penitenciárias

JOBSON MOREIRA, REDAÇÃO
LUIZ LOPES, DOURADOS
DILSON OLIVEIRA, NAVIRAÍ

Mesmo sob o risco de uma nova rebelião devido à falta de televisores, o Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande permaneceu durante toda a tarde de ontem sem nenhum tipo de manifestação dos detentos. Os militares do policiamento de guarda e escolta, chegaram a estranhar o silêncio. "Está mais quieto que o normal, é até estranho", afirmou um dos policiais que estavam na guarita de entrada. Mesmo no momento em que os moradores da região e os próprios policiais comemoraram o gol brasileiro, os detentos não esboçaram nenhum início de manifestação. Pela grade do portão de entrada, os agentes penitenciários afirmaram que o clima lá dentro era de tranquilidade.

Apesar da aparente situação de tranquilidade, o efetivo da Polícia Militar foi aumentado para ontem, já que os agentes penitenciários alertaram as autoridades sobre uma nova rebelião, dessa vez, em protesto à falta de aparelhos televisores para acompanhar os jogos do Brasil na Copa.



Gato repousa em frente à Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande, em clima tranquilo

tenciária de Segurança Harry Amorim Costa (PHAC), a situação foi calma durante o jogo da seleção brasileira e a Croácia na tarde de terça-feira.

Pela manhã, um telefonema supostamente feito do interior do presídio para um repórter de rádio de Dourados, havia causado surpresa no comando da Polícia Militar, onde o preso denunciava

o endurecimento da Agepen contra os internos, causou surpresa nos meios policiais, porém, segundo a Polícia Militar, a ligação pode ter sido falsa e feita de outro local.

O comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar, coronel Carlos Alberto Pereira confirmou que o pente-fino realizado na penitenciária revistou todas as celas e raos

ocupados pelos detentos e, com a apreensão de quatro celulares, seria impossível algum detento telefonar de dentro da PHAC para a imprensa, fato comum durante a rebelião do mês passado.

O diretor da PHAC, Joel Rodrigues Ferreira disse que, mesmo com a retirada dos aparelhos de TV e rádio dos internos, a situação, durante

o jogo da seleção brasileira foi tranquilo e sem incidentes na tarde.

Força Nacional

O grupo de 40 militares do efetivo da Força Nacional, deslocado para atender Naviraí, se apresentou em formação (solenidade militar) por volta das 9h, no anfiteatro Associação Comercial e Industrial (Acin). O grupo que inclui três mulheres chegou em sete viaturas próprias e uma da Ronda Tática do Interior (PM-Rotaí).

A Força Nacional pelo comandante do Décimo Segundo Batalhão da Polícia Militar, o tenente-coronel Paulo César Monteiro Aires, acompanhado por algumas dezenas de militares, do deputado estadual Onevan de Matos e pelo vice-prefeito - Ronaldo Botelho. O comandante da Força Nacional, Dan Câmara, concedeu entrevista coletiva, mas não deu detalhes sobre as operações a ser feitas na região. Os dois comandantes se limitaram a dizer que estarão em operações diversas nas ruas e se for necessário, na Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí.

Editorial 1

EDITORIAL

Correio do Estado
Terça-feira, 16 de maio de 2006

2a

O fracasso do Estado

As ruas e praças tornaram-se os espaços do medo. Há sensação coletiva de que o crime organizado tornou-se poder paralelo muito mais eficiente e poderoso do que as organizações estatais

que o crime organizado está mais poderoso do que imaginavam os responsáveis pelo sistema de segurança pública de todo o País, a grande dúvida que assombrava a opinião pública, diante dos atentados, mortes e rebeliões em várias penitenciárias, atribuídas à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), era uma só: qual a palavra correta para definir a atual situação?

Banditismo hegemônico, guerra civil urbana, atos de terrorismo, violência generalizada, combate en-

tre facções criminosas e forças policiais e vice-versa? Qual o qualificativo correto para sintetizar a idêntica chave dos atos que estão mostrando a dimensão do enfraquecimento do Estado diante da violência e criminalidade incontroláveis? A incógnita é total.

Outra questão de fundo: qual a gênese desta situação caótica? Quem são os responsáveis? Até que ponto as causas e os efeitos do ambiente político altamente promíscuo em que vivemos – mensalões, valeriodutos, dancinha da pizza, acordões, sanguesugos e tantos outros fatos que vêm engrossando o caldo de cultura da impunidade brasileira – fazem conexão com a atividade criminosa, numa demonstração clara de que, à medida que o brasileiro torna-se tolerante e banaliza os pecados institucionais motivados pela extensa corrupção, termina por afiançar, ao mesmo tempo, o jogo bruto das grandes organizações criminosas?

O questionamento neste momento é incessante: o atual modelo do Estado brasileiro atingiu o ponto máximo de seu estágio falimentar? Ou ainda tudo está em seu começo – e o pior ainda está por vir? Sejam quais forem as explicações ou soluções mi-

lagrosas para os últimos acontecimentos, nos quais a cidade de São Paulo passou a ser comparada a Bagdá, com dezenas de mortos e feridos, o fato é que o País está assustado.

As ruas e praças tornaram-se os espaços do medo. Há uma sensação coletiva de que o crime organizado tornou-se um poder paralelo muito mais eficiente e poderoso do que as organizações estatais e não-governamentais.

Neste aspecto, o que resta à população brasileira é aguardar a reação dos governos. Espera-se que desta vez seja diferente dos momentos anteriores de tensão nacional, mesmo porque os últimos fatos são inéditos na história do País.

Tentar aprovar à socapa algumas leis, enveredar por debates estereis sobre a falta de recursos para o setor de segurança pública, ou mesmo procurar culpados para colher resultados políticos – nada disso resolverá efetivamente este gravíssimo problema, que nada mais é do que o acúmulo histórico de um imenso passivo social misturado com as mazelas de um Estado que se perdeu no torvelinho de suas próprias contradições.

Editorial 2

EDITORIAL

Correio do Estado
Quarta-feira, 17 de maio de 2006

2a

O galinheiro e a pirâmide invertida

De pouco adianta elaborar leis de urgência para dar satisfação a uma população que há tempos está vivendo sob o impacto da indústria do medo

propor soluções mirabolantes, acusar de negligência e incompetência o sistema de segurança pública, tudo isso torna-se contraproducente à medida que o debate, a rigor, é velho, e só ganha contornos alarmantes quando uma onda de violência e pânico transborda e ganha relevância internacional como agora.

É evidente que faz muito tempo que o Estado está perdendo feio a luta contra a criminalidade. Cada vez mais, em todas as esferas sociais, os procedimentos criminosos, em maior e menor grau, ganham espaço,

que em função das contradições do judiciário, quer em decorrência da frouxidão dos governos, ou ainda por causa da lassidão moral e ética que contaminou praticamente todos os recônditos do poder.

O mais grave é que uma geração inteira vem sendo educada sob o signo das atividades criminosas, cujos principais protagonistas da hora, além de gozarem dos privilégios da impunidade, são glorificados pela mídia em torno de personagens que num País minimamente sério receberiam tratamento congruente com o banditismo abjeto que praticam.

Assim, num mecanismo de transvalorização de padrões morais, a sociedade passa a utilizar como modelo de avaliação da realidade a imagem de uma pirâmide invertida, na qual o paradigma de eficiência e respeito não são os organismos que vitalizam a vida pública e o convívio democrático, e sim a estrutura perversa do crime organizado.

Não é preciso mergulhar em análises profundas para perceber que tudo está errado no País. De pouco adianta elaborar leis de urgência para dar satisfação a uma população que há tempos está vivendo sob o impacto da indústria do medo, convencida de que a

palavra liberdade significa, antes de tudo, a liberdade daqueles que não titubeiam em praticar todo tipo de delito.

O problema da violência e da criminalidade é extensamente complexo. Mesmo assim, pelo bem e pelo mal, o fenômeno está amplamente diagnosticado, dada a dimensão que adquiriu no dia-a-dia de cada cidadão. O que impressiona é que nenhum Governo até o momento – independentemente do partido a que pertença – conseguiu ir no cerne da questão para começar a dar encaminhamento a soluções verdadeiramente eficazes.

Está passando da hora de abandonar os interesses de ordem política e alterar o ambiente do setor de segurança. O caso de Mato Grosso do Sul, só para ficar no plano local, é emblemático para que se possa avaliar o grau de prioridade concedido ao setor: há meses o Governo do Estado tenta nomear um secretário de Segurança Pública e não consegue conjugar os interesses em jogo, visto que a área é encarada apenas como moeda de troca eleitoral.

Diante disso, fica fácil entender como os PCCs da vida conseguem tomar conta do galinheiro.

Editorial 3

EDITORIAL

Correio do Estado
Sexta-feira, 19 de maio de 2006

2a

A indústria do medo

As grandes e pequenas cidades dos Estados brasileiros que abrigam as penitenciárias sob o comando do PCC estão vivendo dias de intensa expectativa

historiadores e psicanalistas.

Como tudo ainda é muito fresco e, por esta razão, sendo quase impossível de racionalizar os vertiginosos desdobramentos dos casos que envolvem a onda de violência que está assombrando o País, o bom senso recomenda que os dados da realidade sejam acompanhados com a incredulidade perplexa de quem está lendo uma novela surrealista.

Diante de tudo que foi noticiado até o momento sobre o levante do PCC no sistema prisional brasileiro, a gênese de todo o processo deu-se quando um simples técnico de som na Câmara dos Deputados, Arthur

Nem a mais imaginativa obra de ficção poderia descrever os acontecimentos desta semana no Brasil. Os fatos parecem que transcorrem com inelutável capacidade de surpreender os cidadãos a cada momento, numa sucessão de eventos que pode um dia fazer o gozo criativo de romancistas, sociólogos,

Vinicius Silva, depois de ter gravado sessão secreta da CPI do Tráfico de Armas, em que foram ouvidos os delegados Godofredo Bittencourt e Rui Fontes, do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic) de São Paulo, foi assediado por advogados dos criminosos e, conforme seu depoimento, vendeu o material reproduzido em CD por R\$ 200 (apesar de haver versões de que foi por muito mais).

Vinicius Silva confessou: "ganho pouco, me oferecem dinheiro e eu me corrompo". Simples assim. Com esta explicação ficou claro sobre como o PCC descobriu com antecedência o plano da polícia em torno da megatransferência de mais de 700 detentos de alta periculosidade para vários presídios do interior paulista, inclusive o mais fechado deles, no município de Presidente Bernardes, o que desencadeou, afinal, o estopim das rebeliões, que se espalharam por vários Estados brasileiros.

O restante da história já é sabida pela maioria da população. O que permanece é a sensação de insegurança que segue num crescente à medida que detalhes dos acontecimentos vão chegando ao conhecimento público.

O círculo não se fecha. Há um mistério que permanece como sendo verdadeiro segredo de Estado: o

Governo de São Paulo negociou ou não uma trégua com o comando do PCC?

Mesmo com negativas de todos os lados, os indicadores levam a crer que a chamada "volta à normalidade" foi obtida mediante concessões do Estado às reivindicações da cúpula do banditismo.

Com isso, o cidadão sente-se desprotegido porque percebe que há um poder paralelo capilarizado em todos os setores da sociedade sob o comando do crime organizado. Do Congresso Nacional, passando pelo Executivo e Judiciário, chegando até a mais fétida cela de uma cadeia nos cafundós do País, há potencialmente um bandido pronto para obedecer a seus superiores.

As grandes e pequenas cidades dos Estados brasileiros que abrigam as penitenciárias sob o comando do PCC estão vivendo dias de intensa expectativa.

Em Campo Grande, por exemplo, vários locais - públicos e privados - foram evacuados por ameaça de bombas no decorrer da semana. Em ambos os casos, tudo não passou de trote. Mas isso sinaliza que o medo começa a imperar na rotina das pessoas. De uma vez por todas, uma coisa está mais do que clara: esteja onde estiver, ninguém pode afirmar com segurança que está seguro. Lamentável.

Editorial 4

EDITORIAL

Correio do Estado
Domingo, 4 de junho de 2006

2a

Força ficcional

Diante de tanta improvisação fica evidente para o cidadão os motivos pelos quais o crime organizado segue em frente, impávido e colosso.

Como a maioria dos grandes feitos anunciados pelo PT há sempre grandes impactos propagandísticos precedidos de ações mal ajambradas, que terminam por provocar descrença e fomentar piadas entre a população.

O ministro Márcio Thomaz Bastos esteve na última quarta-feira em Campo Grande e assinou convênios para reforma de penitenciárias além de atuação da "temida" Força Nacional, composta por 208 homens. Antes da visita, as informações veiculadas ganharam manchetes: o Governo federal estaria repassando R\$

10 milhões ao Estado. Dias depois, o valor foi cortado pela metade. E - incrivelmente - no dia da chegada de Bastos, os recursos garantidos só foram R\$ 2,3 milhões. Vê se pode.

O secretário de Segurança em improvisação, Rauffi Marques, e o governador José Orcírio nem piscaram os olhos: fizeram de conta que não era com eles. Mas a comédia de erros ainda estava apenas começando. Na edição de ontem do *Correio do Estado*, a notícia de capa fazia o seguinte relato: "A Força Nacional, que está na Capital desde quarta-feira, estava literalmente desnorreada. No final da manhã os 208 policiais deixaram a base aérea para se acomodar no clube do Sesi, para onde seguiu todo o efetivo (25 carros, além de três ônibus da FAB). Porém, o local foi considerado impróprio. Depois, o batalhão, sempre em comboio e sob forte ruído, foi em busca de almoço. Até as 15 horas, dezenas de policiais ainda enfrentavam demorada fila. Boa parte da tropa permaneceu na churrascaria até o final da tarde, quando finalmente se definiu que o grupo seria alojado no Cefap."

A notícia não merece grandes comentários. Diante

de tanta improvisação fica evidente para o cidadão os motivos pelos quais o crime organizado segue em frente, impávido e colosso. Quando o Governo age só preocupado em fazer registro de imagens para mostrar eficiência nos telejornais, transformando problemas concretos num compartimento do mundo ficcional, dificilmente será levado a sério de que pretende realmente resolver assuntos candentes que afligem a população.

Depois deste mau começo, a Força Nacional não terá credibilidade para convencer os sul-mato-grossenses de que poderá ajudar decisivamente no combate ao tráfico de drogas ao contrabando e às quadrilhas que dominam a região de fronteira - algumas delas com forte ligação com o PCC.

Certamente, quando a tropa em ação aparecer na TV, com texto ao fundo comentando que a FN foi fundamental para garantir a segurança do Estado, nada mais justo que o público considere o desempenho do pessoal como mais uma propaganda de terceira categoria. E tudo realizado com dinheiro dos contribuintes. O que é mais do que lamentável.

EDITORIAL

Correio do Estado
Quarta-feira, 14 de junho de 2006

2a

Regalias ou punição

Com comida, cama, sexo e lazer permanentemente garantidos, o que há de assustador numa prisão que seja muito pior do que aquilo que boa parcela da população enfrenta do lado de fora das grades?

Internos da Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande ameaçavam, na segunda-feira, promover nova rebelião caso continuassem sem TV para acompanhar os jogos da seleção brasileira na Copa da Alemanha. A simples ameaça revela o grau de petulância e nível de regalias nos sistemas penitenciário e judiciário brasileiros.

Não se trata de negar direitos básicos a condenados ou a detentos que esperam julgamento. O caso é que, sem entrar no mérito das causas que os levaram até aquele lugar, são pessoas que foram afastadas do convívio comum por representar risco à sociedade e para pagar, com alguma punição, pelos erros que cometeram. E, da forma como vivem atualmente atrás das grades, boa parte dos detentos não encara mais a

prisão como uma punição, um castigo que amedronte e seja severo o suficiente para evitar que erros sejam cometidos novamente. A mesma impressão fica para quem está do lado de fora. Além de ser grande a probabilidade de não ser flagrado, em caso de extremo azar, a prisão não é vista como fim da linha. Há garantia de boa alimentação e de alojamento, mesmo que este seja um tanto precário. Existe, até, grande possibilidade de comunicação permanente com o mundo externo, por celular e duas visitas semanais, inclusive íntimas. TV e rádio, até hoje, eram vistos como direitos adquiridos, uma espécie de cláusula pécunia.

Ou seja, com comida, cama, sexo e lazer permanentemente garantidos, o que há de assustador numa prisão que seja muito pior do que aquilo que boa parcela da população enfrenta do lado de fora das grades? Na semana passada, em São Paulo, internos de 144 unidades prisionais chegaram ao ponto de fazer "greve branca" (como se fossem uma categoria laboral) em solidariedade ao regime de privações im-

posto aos colegas da Penitenciária Maurício Henrique Guimarães (Venceslau 2). A tal greve deixou evidente que um sistema punitivo é encarado com temor.

E evidente que controlar uma massa carcerária vivendo em regime de privações é bem mais difícil do que sob regalias, em que até o acesso a drogas é facilitado sob o argumento de que ela ajuda a manter a paz nas prisões. Está comprovado, porém, que as benesses acabaram dando errado, abrindo espaço para o surgimento de organizações que aterrorizam parte da Nação. Ou o poder público continua fazendo de conta que retira os bandidos do convívio social, e gastando milhões com recuperação de presídios depredados, ou começa a atuar com seriedade, adotando medidas capazes de assustar quem está lá dentro e principalmente quem está na parte externa. E impedir acesso a TV e rádio em época de Copa do Mundo pode ser pedagogicamente eficiente num país em que a devoção à bola é a única unanimidade.

ESTATUTO DE FUNDAÇÃO DO PCC²⁷

- “1. Lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao Partido.
2. A luta pela liberdade, justiça e paz.
3. A união da luta contra as injustiças e opressão dentro da prisão.
4. A contribuição daqueles que estão em liberdade com os irmãos que estão dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade, será excluído e repudiado do Partido.
6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre leal e solidário a todos os seus integrantes para que não venham a sofrer nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em liberdade ‘bem estruturado’, mas que esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à morte sem perdão.
8. Os integrantes do Partido têm que dar bons exemplos a serem seguidos. E por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro, e extorsão dentro do sistema.
9. O Partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, a solidariedade e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10. Todo integrante tem que respeitar a ordem e disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de todos será ouvida e respeitada. Ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
11. O Primeiro Comando da Capital - PCC - fundado em 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças, do Campo de Concentração ‘anexo’ à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto ‘a Liberdade, a Justiça e a Paz’
12. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com a sua capacidade para exercê-la.
13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura, massacres nas prisões.
14. A prioridade do Comando no momento é pressionar o Governo do Estado de São Paulo a desativar aquele Campo de Concentração, ‘anexo’ à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e tantos sofrimentos atroz.
15. Partindo do Comando da Capital do QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteiras, até a vitória final.
16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os sistemas penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também no lado de fora, com muito sacrifício e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos a nível estadual e a médio e longo prazo nos consolidaremos a nível nacional.

27 BARROS, João de. **A construção do PCC**. Caros Amigos: PCC, São Paulo, Ano X, n. 28, 28.05.2006. p. 5. Edição extra.

Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o 'Terror dos Poderosos' opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros. Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos. Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido. ”